

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – CAMPUS DE MARÍLIA

DANIELY NASCIMENTO MARREIRA DANTAS

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA: DIALOGANDO COM
O ENSINO DE SOCIOLOGIA**

Marília – SP
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – CAMPUS DE MARÍLIA

DANIELY NASCIMENTO MARREIRA DANTAS

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA: DIALOGANDO COM
O ENSINO DE SOCIOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) da faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Ensino de Sociologia.

Linha de pesquisa: Educação, Escola e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Valéria Barbosa

Marília – SP
2020

D192c Dantas, Daniely Nascimento Marreira
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA:
DIALOGANDO COM O ENSINO DE SOCIOLOGIA / Daniely
Nascimento Marreira Dantas. -- Marília, 2020
123 p.: il., tabs.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Maria Valéria Barbosa

1. Ensino de Sociologia. 2. Educação. 3. Ensino e
Aprendizagem de Sociologia. 4. Racismo. 5. Antiracismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

DANIELY NASCIMENTO MARREIRA DANTAS

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA: DIALOGANDO COM
O ENSINO DE SOCIOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) da faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

APROVADA EM: 30/05/2020

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof.^a. Dr.^a. Maria Valéria Barbosa – UNESP MARÍLIA

Examinadora Prof.^a Dr.^a Lúcia Helena Oliveira Silva – UNESP ASSIS

Examinador Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira – UNESP MARÍLIA

Marília, 30 de abril de 2020

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus professores e à Universidade Estadual Paulista como um todo, sou muito grata a essa instituição por poder retornar e fazer mestrado. Agradeço em especial à minha orientadora Maria Valéria Barbosa, pela paciência e compreensão; professora Sueli Guadalupe; professora Rosângela Vieira e à Ana Paula Cordeiro. Gostaria de agradecer, também, aos professores que aceitaram meu convite para participarem dessa banca de qualificação e defesa: professores Paulo Eduardo Teixeira; Andreas Hofbauer e à professora convidada Lúcia Helena Oliveira Silva. Agradeço imensamente aos meus amigos e colegas Wilian Marques Dias; Laís Paiva; Adriana Ronchi e sua companheira, Ana e a todos aqueles que me apoiaram, como a Valéria Botaro, terminamos na luta e nas lágrimas. Agradeço àqueles que marcaram toda a minha existência, no lugar de filha, irmã e companheira. Em especial à minha mãe, Narcisa Milanesi, a meu pai, professor Ladyr Milanesi, que faleceu durante meus estudos no mestrado, ao meu irmão, Carlos Milanesi e a meu companheiro, Carlos Alberto Gomes Junior. Durante o período do mestrado um ditador chegou ao poder, perdi parentes, amigos, colegas de trabalho e alunos; fiquei doente gravemente várias vezes; o mundo entrou em uma pandemia; eu tive que mudar de cidade; tudo isso passamos juntos, dedico grandemente a vocês essa vitória. Vocês foram os sujeitos que me ajudaram todos os dias a suportar e ressignificar os estigmas que recaem sobre minha trajetória enquanto mulher negra. Agradeço à equipe gestora da escola que serviu de campo de trabalho para esse estudo. Gostaria de agradecer aos meus pares, pela paciência e, por vezes, pela falta dela, e dizer o quanto me sinto grata pela compreensão e pela colaboração a todos que puderam, ou não, contribuir para que eu pudesse dar forma aos anseios que tinha para a produção deste trabalho, em especial a Márcia El Adass, minha colega e parceira que me ajudou nessa caminhada. Agradeço aos meus alunos, carregarei vocês por toda a minha existência. Fiz tudo que pude para demonstrar o quanto vocês sempre serão especiais, sem vocês esse trabalho jamais teria sido finalizado. Vocês me inspiraram e me inspiram cotidianamente para que eu consiga superar minhas adversidades!

Muito Obrigada!

*Qualquer um de nós pode ser a
próxima vítima, mas neste momento
ainda estamos aqui, vivos, em
testemunho de resistência, contrariando
as estatísticas, os prognósticos e os
desejos da minoria citada pelo
governador ou de seus braços armados,
os exterminadores do futuro. Mas, em
cada um dos rostos negros que
encontro em minha caminhada, pulsa
uma esperança de vida que desafia a
violência do racismo. Viveremos!*

Sueli Carneiro

RESUMO

A dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia – PROFSOCIO – da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, analisou as relações raciais de uma escola pública central do interior do estado de São Paulo. Realizou-se um estudo de caso e uma pesquisa-ação nessa escola, onde foi observado a dinâmica escolar e o cotidiano em que esses jovens estão inseridos e como a introjeção e projeção de práticas racistas estão presentes nessas relações. Por meio da observação participante efetuou-se uma coleta e a apropriação dos dados levantados para a compreensão desse processo por meio de ações orientadas. Utilizou-se de um aporte teórico de autores como Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga e Antonio Sérgio Guimarães, dentre outros, que foram relevantes para a apreensão da questão do racismo e as possíveis intersecções desse fenômeno. Ao longo desse trabalho foram realizadas intervenções pontuais a partir da disciplina de Sociologia, mediante o conteúdo previsto no Currículo Paulista. Esse estudo se demonstrou relevante no sentido de se compreender as dinâmicas sociais no interior dessa escola e o modo como o racismo velado incide nas relações sociais entre negros e não-negros em uma escola majoritariamente composta por estudantes pretos e pardos.

Palavras-chave: Educação. Ensino e Aprendizagem de Sociologia. Sociologia. Racismo.

ABSTRACT

The dissertation presented to the Post-graduation Program in Sociology - PROFSOCIO - of the Faculty of Philosophy and Sciences, Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Marília, analyzed the race relations of a central public school in the interior of the state of São Paulo. A case study and an action research were carried out in this school, where the school dynamics and the daily life in which these young people are inserted were observed and how the introjection and projection of racist practices are present in these relations. A theoretical contribution of authors such as Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga and Antonio Sérgio Guimarães, among others, was used, which were relevant for the understanding of the question of racism and the possible intersections of this phenomenon. The collection and appropriation of the data raised and the understanding of this process through guided actions. Throughout this work, specific interventions were made from the discipline of Sociology, through the content provided in the Paulista Curriculum. This study has proved relevant in the sense of understanding the social dynamics within this school and the way in which veiled racism affects social relations between blacks and nonblacks in a school composed mainly of black and brown students.

Keywords: Education. Teaching and Learning of Sociology. Sociologia. Racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Equipe de Futebol da Irlanda	100
Figura 2 - Equipe de Futebol da França	101
Figura 3 - Equipe de Futebol da Irlanda	11920
Figura 4 - Equipe de Futebol da França	12021
Figura 5 – Paleta de cores para base.....	12122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dados referentes ao gênero dos alunos participantes da pesquisa	46
Gráfico 2 – Dados referentes a cor/etnia dos alunos participantes da pesquisa	47

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

AOE – Agente de Organização Escolar

APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEL – Centro de Estudos de Línguas

CNE – Conselho Nacional da Educação

EJA – Ensino para Jovens e Adultos

ETEC – Escola Técnica Estadual

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e bases

LEAFRO – Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros

ONU – Organização das Nações Unidas

PNDA – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE – Portador de Necessidades Especiais

PNE – Portador de Necessidades Especiais

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PROFSOCIO – Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional

PT – Partido dos Trabalhadores

SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

SECAD – Sistema de Educação Continuada a Distância

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

STF – Supremo Tribunal Federal

TEM – Teatro Experimental do Negro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

Sumário

CAPÍTULO 1. O PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS DIFERENÇAS: O NEGRO NO BRASIL.....	21
1.1 AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O RACISMO CIENTÍFICO.....	21
<i>1.2 Raça e pobreza no Brasil.....</i>	<i>28</i>
<i>1.3 As produções científicas sobre o racismo e o negro no Brasil.....</i>	<i>34</i>
CAPÍTULO 2. CONHECENDO A ESCOLA.....	39
<i>2.1 Apresentação do campo.....</i>	<i>39</i>
<i>2.2 Os cuidadores e os Portadores de Necessidades Especiais.....</i>	<i>42</i>
<i>2.4 Os Professores.....</i>	<i>50</i>
<i>2.5 A Escola e seu o Entorno.....</i>	<i>52</i>
CAPÍTULO 3. ESCOLA E O ENSINO DE SOCIOLOGIA.....	56
<i>3.1 Ensino de sociologia e a questão racial em sala de aula.....</i>	<i>56</i>
<i>3.1.2 Teoria Histórico Cultural e o Ensino de Sociologia.....</i>	<i>59</i>
<i>3.2.2 Ensino de Sociologia e o livro didático.....</i>	<i>60</i>
<i>3.3 A sociologia e os materiais escolares.....</i>	<i>62</i>
<i>3.3.1 O livro didático e a disciplina de Sociologia.....</i>	<i>63</i>
<i>3.3.2 Sobre o livro “Sociologia em Movimento”.....</i>	<i>66</i>
<i>3.3.3 Conceitos, Teorias e Abordagens.....</i>	<i>67</i>
<i>3.4 O livro “Sociologia em Movimento” e a questão racial.....</i>	<i>69</i>
CAPITULO 4 - A ESCOLA E O RACISMO.....	74

4.1 O Racismo percebido e vivido – professores e alunos.....	74
4.2 Estudantes negros.....	90
4.2.1 Meninas negras.....	94
4.3 Roteiro didático para roda de conversa com o tema “Racismo e seus reflexões na sociedade brasileira”	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	108
APENDICE A - MODELO DE QUESTIONÁRIO DOS ESTUDANTES.....	114
APENDICE B - MODELO DE QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS NEGROS.....	115
APENDICE C - MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES	115
APENDICE D - ATIVIDADE DESENVOLVIDA NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA SOBRE DESIGUALDADE RACIAL.....	119

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho intitulado “**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA: DIALOGANDO COM O ENSINO DE SOCIOLOGIA**”, é produto de um programa que faz parte de uma parceria entre a Universidade Federal do Ceará e a Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, que juntos oferecem o curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (*ProfSocio*), *alocado pelo programa de pós-graduação em Sociologia da Unesp de Marília*. Esse programa, dentre outros objetivos, se propõe a formar professores de modo a refletirem suas práticas pedagógicas e a instrumentalizar esses docentes para atuarem como mediadores no processo de ensino-aprendizagem. Esse programa me ofereceu a oportunidade de refletir a minha atuação em sala de aula, de ampliar minha visão crítica em relação a escola, de me conscientizar em relação ao meu papel de professora. Por meio das disciplinas tive a oportunidade de lapidar meus anseios em relação a minha pesquisa. As bibliografias do programa me ofereceram caminhos possíveis para poder refletir um dos fenômenos que me deixa mais estarecida no interior da escola onde eu trabalhava: o racismo.

Para iniciar nossa pesquisa, situamo-nos por meio de diversos autores que proporcionaram estabelecer um amplo arcabouço teórico em relação ao tema e, também, utilizamos como fonte de pesquisa e consulta diversos trabalhos acadêmicos correlatos as questões relacionadas ao racismo e a educação. Para a análise, pareceu-nos mais adequado adotarmos o método qualitativo de pesquisa, pesquisa-ação e o estudo de caso. É comum em estudos que envolvem análise dos fenômenos educativos serem empregados o estudo de caso, porém é necessário que sejam empregados rigorosos métodos de análises para que o pesquisador não incorra em erros de procedimentos ao lidar com o objeto de estudo. É necessária a delimitação do objeto e do fenômeno a ser estudado e do emprego dos recursos necessários para a viabilidade da pesquisa. Segundo Gomes (2008) um “Estudo de Caso” exige que o pesquisador empregue procedimentos metodológicos diversos, como protocolo do estudo e preparação prévia para o trabalho de campo; estabelecimento de base de dados, dentre outros, que servirão para nortear o trabalho científico.

Os instrumentos de coleta foram: observação participante, entrevista semiestruturada, rodas de conversa, que seguiam um roteiro com textos e perguntas abertas. Foi aplicado pelos estudantes – em uma atividade específica projetada para esse fim –, aos trabalhadores e aos moradores da comunidade escolar com o objetivo de se compor um perfil dos sujeitos que compõem o espaço escolar. Também, foi aplicado um questionário aos professores e a

equipe gestora com o objetivo de mensurar o conhecimento que eles possuíam acerca da temática pesquisada nesse trabalho e qual a visão que tinham a respeito do fenômeno do racismo no interior dessa escola. Os colaboradores da pesquisa foram 2 coordenadores pedagógicos, 17 professores, 2 diretores e 1 coordenadora do Centro de Línguas. Os cuidadores e os Agente de Organização Escolar da escola também participaram da pesquisa. O questionário que os alunos responderam coletou 133 respostas de todas as salas do ensino médio das turmas da manhã. Seleccionamos para fins de análise deste trabalho as respostas que se mostraram mais pertinentes com o objetivo deste trabalho. Coerente com o objetivo da pesquisa e com os referenciais teórico-metodológicos que as orientaram, o contato diário em sala de aula e as diversas rodas de conversa ao longo do ano – que se intensificaram no último bimestre –, proporcionou-me uma oportunidade ímpar de contato com o meu objeto de estudo. Os materiais coletados por meio dos interlocutores do nosso trabalho nos ajudaram na compreensão e reflexão de diversas problemáticas que permeiam o universo escolar e a relações desses indivíduos em seus diferentes espaços de socialização.

O objetivo do presente trabalho é analisar a realidade do meu campo de atuação, analisar possibilidade e executá-las a partir da minha experiência de vida e, também, como docente na luta contra o fenômeno do racismo e de outras formas de discriminação e diferenciação de uns em detrimento de outros. Além desse objetivo principal tínhamos como outros objetivos buscar meios para transpor as barreiras da discriminação que afetam tanto os estudantes negros em sua trajetória escolar e abrir precedentes para que os estudantes e professores compreendessem o quão danosas são as práticas racistas. Almejávamos explicitar as ligações entre fenômeno racista no interior da escola e a hipótese da carência de intervenções necessárias e adequadas para a resolução do problema. Para tanto, demonstrou-se, dessa forma, fundamental o ensino de sociologia, pois essa disciplina em face as particularidades do objeto, aliada a outras ciências, possui especificidades ímpares para lidar com as demandas que nos foram apresentadas ao longo do trabalho.

Com a finalidade de empregar esforços no delineamento do perfil dos estudantes dessa escola e realizar uma análise da composição multidimensional dos diferentes sujeitos nas turmas de Ensino Médio, no primeiro contato com o objeto da pesquisa foi realizada uma pesquisa quantitativa por meio da aplicação de questionários para os estudantes e para os professores. A pesquisa foi realizada no laboratório da escola e abrangeu todo Ensino Médio

das salas da manhã¹. Um segundo momento, com os dados em mãos, nos detivemos em observar a dinâmica das relações raciais da escola e as possíveis intersecções do fenômeno do racismo no cotidiano escolar e qual sentido os estudantes atribuíam às diferentes experiências no interior dessa escola. Um terceiro momento, quando já havíamos observado a forma como os alunos se comportavam perante a determinadas questões, buscamos nos respaldar, por meio de leituras e compreensão do tema que é objeto dessa pesquisa. Ao longo das aulas de sociologia, sempre que possível, eu abordava os alunos questionando-os de que forma eles se sentiam em relação a determinadas posturas dos colegas, como brincadeiras, ausência de pessoas negras nos concursos de beleza, o tratamento dos professores e a maneira como a escola abordava questões que envolvia preconceitos de todos os tipos.

Com a devida apreensão dos dados levantados e a compreensão desse processo, construímos um plano de ensino que abrangesse a questão das diferentes formas de discriminação diretamente e transversalmente, para que mesmo que houvesse outros objetos de conhecimento², pudéssemos trabalhar questões que tivessem relação com as tensões da juventude e suas problemáticas.

Desenvolvemos atividades que foram utilizadas como eixo norteador para as discussões que envolviam a questão do racismo no Brasil a fim de construir intervenções pontuais a partir da disciplina de Sociologia, mediante o conteúdo previsto no Currículo Paulista, desse modo, ao longo do nosso trabalho reafirmamos a importância fundamental para que se compreendesse sociologicamente a maneira como algumas práticas pedagógicas realizadas no âmbito escolar, possuem poder de desconstruir estereótipos e preconceitos, e, também, contribuir para o combate ao racismo.

Para compreender as demandas que se apresentavam, as relações raciais e o racismo velado presente nessas relações escolares, tornou-se indispensável delimitar o campo teórico das Ciências Sociais que serviriam para subsidiar nossas reflexões ao longo da manufatura deste trabalho. Em relação aos teóricos que compuseram a parte basilar de nossa pesquisa,

1 Ainda que eu tivesse disponibilizado o link de um questionário, que foi elaborado por meio do recurso presente do Google formulários, os estudantes não sabiam como proceder em relação ao questionário, por isso eu levei todas as turmas que eu leciono, que nessa ocasião, 2019, eram em um total de 10 turmas, para o laboratório, a fim de ensiná-los corretamente como responder as perguntas do questionários, contudo, sem interferência em suas respostas, somente os orientando em relação a questões procedimentais.

² Esse termo é produto da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Cada unidade dos materiais enviados pela secretaria de educação (SEE) para ser trabalhados no conjunto das aulas possuem um “objeto de conhecimento” que diz respeito aos conteúdos, conceitos e processos abordados nas habilidades. Por exemplo, a sociologia trabalha a questão das escolas antropológicas e seus respectivos autores, o objeto do conhecimento referido está no âmbito da “cultura”.

nossas preferências foram por autores e pesquisadores negros do campo da educação, pois acreditamos que essas escolhas se deram no sentido de enaltecer a importância de se valorizar esses intelectuais por suas trajetórias enquanto atores sociais e políticos do Movimento Negro, assim como nos ensina Nilma Lino Gomes, ex-ministra, que em diversas falas públicas, palestra e por meio de suas obras nos traz essa ideia por meio de sua categoria analítica da “sociologia das emergências”. Acreditamos que nossas escolhas reiteram a validade de nossas análises, pois são pessoas que vivenciam cotidianamente as questões abordadas nesse trabalho de maneira factual, sobretudo por meio de suas próprias peles, reforçando as análises aqui apresentadas, pois fornecem sustentação empírica e histórica na compreensão da constituição do racismo no Brasil, como elemento estruturante das relações de dominação e opressão. Assim, nos amparamos em Munanga (2016); Gomes (2016); Guimarães (2002), dentre outros. Além dos teóricos, nosso trabalho foi orientado, também pelo conteúdo de diversas legislações educacionais em especial a Lei 10.639/03³, que dispõe sobre o Ensino da Cultura e da História da África em escolas de Educação Básica e de instituições de ensino superior.

O primeiro referencial que nos inspirou grandemente foi Nilma Lino Gomes⁴, que pressupõe acerca das epistemologias criadas por meio das diversas expressões em que se apresenta o movimento negro. Em seu Livro “Movimento Negro Educador”, a autora nos apresenta a importância de se evidenciar os atores negros do movimento negro e da apreensão das epistemologias geradas nos movimentos sociais, que ao mesmo tempo que se apresenta como educador, também se educa. Nilma possui duas categorias que foram importantes para a reflexão da presença/ausência dos atores negros e na luta contra a exclusão e a discriminação desses sujeitos. A “Sociologia das ausências” e a “sociologia das emergências”. Segundo Boaventura de Souza Santos (2002), essas categorias são importantes devido a oportunidade que elas oferecem para “reinventar a nossa experiência, confrontando as experiências hegemônicas, que nos são impostas, com a imensa variedade das experiências cuja ausência é produzida ativamente pela razão metonímica ou cuja emergência é reprimida pela razão proléptica.”, pois elas nos permitem a possibilidade de tradução dos fenômenos e da

³ A lei 10.639/03 e a lei 11.645/08 são legislações que foram aprovadas para complementarem a lei 9.394/96 que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. A promulgação dessas duas leis se demonstra marcos importantes para a valorização da cultura, identidade e história dos povos africanos, indígenas e seus descendentes.

⁴ Esta autora aponta para a importância da práxis negra como instrumento de mudanças de mentalidade dos indivíduos e ressalta que não é suficiente não ser racista, mas necessário em grande medida ser antirracista.

modificação da realidade atual por meio dessas duas categorias, além de elucidarem a importância dessa categoria de denúncia e nos apontamentos em relação ao silenciamento dos sujeitos negros. Dessa forma, ambas reforçam a importância de se avivar os sujeitos negros, dando voz e evidência às produções negras, valorizando a importância dos africanos e seus descendentes como matriz cultural, política e social deste país.

Conforme o nosso objetivo de pesquisa, almejávamos elaborar um estudo de caso partindo das análises e das observações coletadas no campo de trabalho. A perspectiva oferecida por Nilma Lino Gomes nos inspirou, pois nos forneceu um novo olhar em relação ao movimento negro e seu caráter educador e a importância de se evidenciar os sujeitos históricos desse movimento e dos atores cotidianos.

Em relação a professora Doutora Nilma, gostaríamos de reforçar a importância de nossa escolha, pois além das questões mencionadas, essa autora, em consonância com nossos anseios, defende que a educação seja constituída de práticas pedagógicas pautadas na história social, política e educacional deste país; e que tais práticas sejam articuladas a uma educação que evidencie saberes ancestrais produzidos pelo Movimento Negro – este último teria o papel de ser um educador e produtor de epistemologias. Ciente do papel de professor como agente político transformador, esta autora, em última instância, forneceu referencial para nós auxiliar na argumentação acerca da importância da disciplina de Sociologia como “instrumentalizadora” e promotora de transformações sociais, históricas e políticas.

A professora Doutora Sueli Carneiro, uma importante articuladora do Movimento Negro, nos forneceu arcabouço teórico para compreender a questão do negro de forma interseccional, pois por meio de suas análises ela nos oferece inúmeras possibilidades de refletir a questão do negro por meio de diferentes vieses, de gênero, em especial da mulher negra, políticas, ressaltando-se a questão das ações afirmativas; Direitos Humanos, igualdade racial, dentre várias outras questões que foram fundamentais para subsidiar as reflexões aqui suscitadas de modo a encadear tais reflexões aos recortes de nossa pesquisa. Quando elegemos categorias e conceitos para elucidar e corroborar nossas hipóteses, também nos fundamentamos, em grande medida, em suas, pois são obras de grande relevância para as Ciências Sociais, devido a sua acuidade intelectual e a sua história de vida que aviva grandemente suas obras e produções científicas.

Kabengele Munanga é um antropólogo e professor doutor brasileiro-congolês, que serviu para nos situar historicamente em relação ao povo brasileiro e sua gênese, pois nos apresenta em suas obras a importância de se reformarem olhares prejudicados pela imposição da cultura europeia como universal e absoluta – que ignora o encontro de diversas

civilizações que construíram esse país – , deformando e distorcendo o imaginário social em relação a história do povo afro-brasileiro e dos povos africanos, fato este que engendrou e engendra cotidianamente inúmeras injustiças sociais, principalmente em relação ao segmento social que descende desses povos. Seus escritos na área da educação trazem diversas perspectivas acerca da discussão a respeito das relações raciais no interior da escola, políticas educacionais e as pautas do Movimento Negro e ressalta a importância fundamental de se discutir o papel do professor em relação a sua práxis – como função metodológica – em sala de aula e fora dela contribuindo para a modificação de estruturas de poder hegemônicas, de que os estudantes introjetem saberes “instrumentalizadores” da disciplina de sociologia nesse espaço.

A partir do que foi colocado, a dissertação está constituída em quatro capítulos. O primeiro se dedica a contextualizar a situação do negro no Brasil; a questão do racismo científico e a forma como as Ciências Sociais trataram a questão racial como tema de pesquisa e, também, expõe algumas pesquisas que demonstram o contexto das produções científicas atuais em relação ao tema. O segundo se deteve a descrever o campo em que foi elaborado o estudo de caso deste trabalho, analisando dados que foram coletados e demonstrar a sua conexão com questões sociais de maior amplitude. O terceiro trata de expor conceitos fundamentais para o entendimento das análises aqui empregadas por meio da análise do material didático utilizado na escola e quais as implicações de seu uso. O quarto capítulo apresenta a análise dos resultados das pesquisas coletadas e por fim apresentamos nossas considerações finais a respeito dos resultados obtidos na manufatura deste trabalho.

CAPÍTULO 1. O PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS DIFERENÇAS: O NEGRO⁵ NO BRASIL

1.1 As Ciências Sociais e o racismo científico

O século XIII foi um período marcado pelo florescimento de correntes filosóficas, políticas e científicas que engendraram rupturas e transformações fulcrais para a humanidade, em nível conjuntural e estrutural. Destaca-se as rupturas teóricas que se evidenciaram nesse período de ampla mudança de pensamento, sobretudo a secularização do pensamento. Em especial, a Revolução Francesa foi a revolução que se apresentou como responsável, em grande medida, por difundir a necessidade premente de se formalizar declarações para se assegurasse a existência de direitos; direitos esses conquistados a duras penas e sobre o sangue derramados de milhares. Os documentos e teorias elaborados nesse período serviram e servem não somente de objeto de estudo para diversos intelectuais em seus escritos sobre a promoção de formas de governabilidade liberais de líderes despóticos e absolutistas, mas também na consolidação de marcos importantes para a consolidação de uma ideia de indivíduo e da proteção de direitos fundamentais, consolidando os direitos difusos e coletivos no seio de diversas constituições ao longo do século XX.

No entanto, embora houvesse um significativo avanço intelectual sobre o ocidente – com a ampla compreensão do indivíduo como um ser em si mesmo, assim como preconizava Kant – muitos intelectuais de altíssima relevância para a área das Ciências Naturais, como Lombroso e seus discípulos que derivavam de correntes de pensamento pautados no positivismo evolucionista, afirmavam terem comprovado, por meio de estudos científicos, que existiria uma divisão natural e hierárquica entre diferentes etnias.⁶ Dessa forma, alguns cientistas evolucionistas – essas correntes de pensamento foram precedidas por correntes relacionadas aos Darwinismo – se inclinaram em comprovar o pressuposto de que a espécie humana poderia ser classificada perfeitamente por meio da divisão de raças que seriam identificáveis através de características fenotípicas, e que os seres humanos de diferentes

⁵ Utilizaremos, também, o termo “negro” para nos referir ao grupo constituído por pretos e pardos, como nominado pelas pesquisas do IBGE. Entendemos que o termo negro, também, expressa a construção de uma identidade política para este grupo no Brasil.

origens étnicas poderiam ser elencados em diversos graus de evolução em que se poderia hierarquizar os menos inferiores e os mais inferiores geneticamente.

Por meio dessas correntes deterministas surgiu uma nova corrente de pensamento que foi, posteriormente, denominada de “racismo científico”. O racismo científico teve ampla aceitação e difusão entre os séculos XVII até meados do século XX. Alguns cientistas que colaboraram para a sustentação da ideia de hierarquia de raças foram Robert Boyle, Lord Kames, Carl Hinnaues, Cesare Lombroso e no Brasil, destaca-se os escritos de Raimundo Nina Rodrigues. Diversos intelectuais das ciências sociais, em especial antropólogos e sociólogos, fizeram uma ampla análise sobre os efeitos nefandos do racismo científico na configuração da identidade da nação brasileira no período pós-escravatura. Alguns trabalhos relevantes são Munanga (2004) e Hofbauer (2006); dentre outros.

1.1.2 Os estudos raciais no Brasil – A “Sociologia das Relações Raciais”.

Desde o fim do século XIX e o início do século XX diversos pesquisadores, inclusive sociólogos, passaram a se dedicar a uma área de estudos denominada “relações raciais”. Esse termo passou a ser utilizado pelos acadêmicos estadunidenses para tentarem instituir a ideia de raça para a estruturação de seus estudos. (CASHMORE, 2000). Nesse sentido, as Ciências Sociais foram pioneiras⁷ em tornar a temática como campo do conhecimento – que mais tarde se tornaria disciplina acadêmica em algumas faculdades europeias e estadunidenses e “estaria à frente das demais ciências humanas no que concerne à abordagem da questão étnico-raciais, sobretudo a questão do negro” (COSTA, Wellington, 2017).

A sociologia das “relações raciais” [...] ateu-se a dois temas principais: estimar a extensão e os efeitos do racismo e da discriminação sobre aqueles que tinham sido objetos destes e a luta política contra o racismo e a discriminação. É uma sociologia do conflito, que reflete as concepções cotidianas das “relações raciais”, embora ofereça uma explicação totalmente diferente para esse conflito do que aquela utilizada no dia-a-dia.” (CASHMORE, 2000, p.486).

⁷ Na época em que foram divulgadas essas análises sociológicas de Gilberto Freyre, elas receberam ampla aceitação, contudo, alguns sociólogos que foram mencionados neste trabalho, se dedicaram a tentar formular novas visões em relação a “democracia racial”.

Os estudos raciais culminaram na formação de uma corrente de sociólogos, brasileiros e estadunidenses, que acreditavam e defendiam teorias que iam no sentido de que mesmo após séculos de sistema escravagista e tráfico transatlântico negreiro, o Brasil pós-abolição possuía especificidades únicas e diversas características que o distinguia de outros lugares que também empregaram mão-de-obra escravizada. Essa visão foi, em grande medida, influenciada pelas obras do Sociólogo Gylberto Freyre. À esse conjunto de teorias científicas se atribui o nome de “Democracia Racial”; que foram baseadas na visão bastante difundida no fim do século XIX começo do século XX, que a sociedade brasileira “supostamente” teria superado as divisões étnicas pautadas na dominação racial. No país em que vigorou como base de seu sistema econômico a mão de obra escravizada durante séculos, – tendo sido o último país da América Latina a abolir esse sistema cruel – essas discussões encontraram terreno fértil, pois passada algumas décadas a situação dos negros no Brasil ainda era de extensa pobreza e desigualdade. A publicação de Freyre acontece em um período marcado por muitos diálogos e reflexões que foram estabelecidos na busca de se compreender as implicações da miscigenação e a condição do negro no Brasil⁸.

No fim da década de 40 e no início da década de 50, a UNESCO⁹ passou a patrocinar uma série de pesquisas que faziam parte de uma agenda que começou a ser fomentada a partir do escancaramento dos horrores da Segunda Guerra Mundial, em que nações foram cruelmente dizimadas em nome de uma suposta “superioridade racial”¹⁰.

[...] Uma das heranças da escravidão foi o racismo científico do século XIX, que dotou de suposta cientificidade a divisão da humanidade em raças e

⁸ Alguns teóricos estrangeiros de destaque nessa área foram “Neste sentido destacam-se os trabalhos dos pesquisadores Robert Park, Jhon Dollard, Lloyd Warner, Gunnar Myrdal e Oliver C. Cox nos Estados Unidos, que tratavam, de uma maneira ou de outra, das ‘relações raciais’”. (CASHMORE, 2000). saber mais ler “Dicionário de Relações Étnicas e Raciais” de Ellis Cashmore.

⁹ Os estudos preconizados pela UNESCO auxiliaram na institucionalização das pautas de alguns movimentos sociais a se tornarem objeto de política pública estatal. Após o escancaramento dos horrores da Segunda Guerra Mundial, houve uma contrarreação por partes de diversos setores políticos e científicos que passaram a fomentar discussões que visavam demonstrar a necessidade de se instituir a criação de mecanismos e instrumentos para que se resguardasse indivíduos de diversas nações das atrocidades vividas no período da Segunda Guerra Mundial. “Foi necessária a criação de mecanismos instrumentos controladores da ação dos estados no sentido do respeito àqueles que habitam ou se encontram em seu território e do respeito aos princípios do direito internacional. Para tanto, foram organizados sistemas regionais de proteção e promoção dos direitos e garantias fundamentais, buscando adesão, por parte dos Estados, a uma política internacional de resolução pacificados conflitos e contradições e de efetivo respeito ao elenco de direitos conhecidos internacionalmente, independentemente de nacionalidade, raça, sexo, idade, religião, opinião política, condição social, etc.” (DORNELLES, 1993, p. 39)

estabeleceu hierarquia entre elas, conferindo-lhes estatuto de superioridade ou inferioridade naturais. Dessas ideias decorreram e se reproduzem as conhecidas desigualdades sociais que vêm sendo amplamente divulgadas nos últimos anos no Brasil. (CARNEIRO, 2011, p. 15-6).

Os estudos raciais no Brasil tinham como objetivo comprovar cientificamente que, diferentemente de alguns lugares dos EUA, o Brasil vivia em perfeita harmonia entre negros e brancos, não havendo distinção de raças entre os diferentes indivíduos em seu interior. Essas reflexões causaram reações de diversos tipos, não somente contraiu admiradores e defensores, mas também mobilizou intelectuais críticos que se posicionaram contrários à ideia da “democracia racial”¹¹; um lugar habitável para qualquer ser, onde inexistia preconceito de raça ou de cor.

Nesta empreitada para a desconstrução dessas ideias, destaca-se aqui o sociólogo negro Arthur Guerreiro Ramos que na época já era conhecido por ser militante do Movimento Negro, integrou o elenco do Teatro Experimental do Negro e representou uma importante força intelectual e política da época. Os intelectuais Costa Pinto, Roger Bastide e Florestan Fernandes, também se opuseram as teses que defendiam a teoria da democracia racial. Ambos passaram a se dedicar em tentar problematizar¹² as teorias defendidas pela tradição sociológica de Chicago e seus estudos raciais empreendidos no/sobre Brasil. Florestan Fernandes foi um duro crítico das proposições que endossaram haver um sentimento de fraternidade nas relações raciais e uma harmonia das relações sociais entre diferentes grupos étnicos no Brasil.

Ora, está fora de dúvidas que inconsistências dessa natureza restringem as potencialidades de desenvolvimento dos sistemas sociais. A perpetuação delas exprime estados de inércia cultural, que comprometem a capacidade dos agentes humanos na realização de certa concepção do mundo e da filosofia moral correspondente. Não existe democracia racial efetiva, em que o intercâmbio entre indivíduos a “raças” distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer as exigências do “bom-tom” de um discutível “espírito-cristão” e da necessidade prática

¹¹ Segundo Clóvis Moura essas análises sociológicas de que no Brasil vigorava uma possível aculturação em que distintas culturas se diluíram harmonicamente entre si, resolvendo gradativamente os conflitos sociais entre negros e brancos, não seriam um elemento da dinâmica social, mas sim: “[...] um mecanismo usado pelas classes dominantes e os seus seguidores ideológicos para neutralizar a radicalização da população, de um lado, e, de outro, mostrar-se internacionalmente como a maior democracia racial do mundo.” (MOURA, 1988, p. 48)

¹² É importante que se ressalte aqui que tais intelectuais argumentavam de forma distinta entre si, embora se opusessem ao ideário da democracia racial, eles optavam por caminhos diferentes para criticar a tal ideia.

de “manter cada um em seu lugar”. Contudo ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios da questão é porque ele é essencial, quando se atenta para o futuro do Brasil como parte dos países integrados na órbita da civilização ocidental [...]. (FERNANDES, 2007, p.192).

Florestan argumentava que as questões que se relacionavam com a configuração social em que o Brasil apresentava na primeira metade do século XX teria sido constituída devido a um amplo e longo processo de escravidão e tráfico negreiro transatlântico, ou seja, que a questão racial seria reminiscência da escravidão, alertava, ainda, ao fato de que o tempo seria insuficiente para dizimar as desigualdades geradas por meio desse processo secular. Entretanto, um dos autores que não partilhavam dessa visão – a de atribuir as mazelas da população negra em grande medida as questões econômicas ligadas a escravidão – era Guerreiro Ramos, que argumentava de forma contrária a visão de Florestan, pois afirmava ser o fenômeno da desigualdade social, racial e econômica um problema de variáveis diversas, não sendo coerente, segundo sua visão, afirmar que o processo de escravidão teria em sua gênese outras raízes além da raiz econômica.

Além dos estudos sociológicos financiados pela Unesco pelo Brasil e em outros lugares do mundo, a partir de 1951¹³, diversos trabalhos científicos passaram a ser publicados contestando e revisando os trabalhos elaborados pelos deterministas. As correntes deterministas perderam seu status de “verdade absoluta” a partir de estudos que foram empreendidos na busca de se descobrir evidências científicas que comprovassem por meio de metodologia adequada se haveria alguma grande distinção física entre seres humanos que justificassem a hierarquização de diferentes etnias. Esses estudos que se inclinaram a revisar tais pesquisas constataram uma série de equívocos na metodologia escolhida para a análise da suposta inferioridade/ superioridade racial entre indivíduos de origem étnica distintas entre si; somente na década de 70 que os estudos acerca do mapeamento do genoma humano conseguiram refutar totalmente as correntes deterministas. (CASHMORE, 2000).

¹³ Nessa época – década de 50 – a UNESCO passou a patrocinar uma série de pesquisas que faziam parte de uma agenda antirracista que começou a ser fomentada a partir do escancaramento dos horrores da Segunda Guerra Mundial, em que nações foram cruelmente dizimadas em nome de uma suposta “superioridade racial”. Esses estudos faziam parte de uma tradição consolidada que se inclinou a estudar as relações raciais no Brasil.

Reafirmamos que o objetivo dessa explanação histórica se constrói no sentido de auxiliar a compreender a história de nosso país; o racismo e as questões que envolvem o negro na atualidade. Compreender essas questões, implica, necessariamente, em conhecer algumas engrenagens que justificaram ideologicamente a reprodução das diferenças da máquina da escravidão – fato esse que, infelizmente, compõe a história desse país. O discurso da racialização pautado em ideais biologizantes produziu uma série de problemáticas para a formação desta nação, pois massacrou a diferentes matrizes culturais dos povos originários e dos africanos trazidos na diáspora negra, valendo-se de teorias que hierarquizavam os indivíduos de diferentes etnias¹⁴, além disso produziu diferenças sociais, políticas e economia que são facilmente constatáveis até os dias atuais.

Ademais, embora na história mais recente do país não houvesse de fato legislações que fossem expressamente discriminatórias, muitos governos se valeram da arbitrariedade e de aparatos institucionais para instituírem ações que geraram implicações imensamente danosas a essa parcela da população, perpetuando os efeitos que a escravidão – que foi amparada legalmente e religiosamente – consagrou nas entranhas desta nação, de forma sistemática e estrutural.

Perante o exposto, entendemos que existem muitas razões as quais afirmamos aqui a importância de se empreender discussões e reflexões acerca da questão étnico-racial, pois, durante séculos uma realidade permanece estável: a de que são os mesmos grupos sociais que detêm majoritariamente o controle político, financeiro e econômico desse país, que são constituídos por um conjunto racial hegemônico e homogêneo. Realidade, essa, que é corroborada por meio dos dados do IBGE/PNAD sobre pobreza no Brasil, que nos apontam que atualmente o contingente da população negra, que representa 53,6% da população real, está incluída entre os 10% mais pobres, e dentre a porcentagem daqueles que constituem o

¹⁴O conceito de Etnia é definido pelo Sociólogo Ellis Cashmore (2000) como “Um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, pelo menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns.” (p.196). Dessarte, então, “Não há de se falar, portanto, de culturas inferiores ou superiores, pois, por meio da ótica científica se desmitifica proposições dessa natureza “Além do mais, cada cultura é uma realidade autônoma e só pode ser adequadamente compreendida a partir de si mesma. Quando alguém admite a superioridade ou inferioridade de alguma cultura assim o faz porque adota o ponto de vista e os valores de alguma cultura em particular, ou seja, age de modo etnocêntrico. Etnocentrismo, em Ciências Social, é a tendência humana universal a perceber e julgar culturas e sociedades estranhas através do crivo dos valores da sua própria cultura. Atitude etnocêntrica é, por exemplo, a do homem ocidental, que, por não compreender os padrões tradicionais de comportamento da Índia, acha que essa é uma cultura inferior à sua. Nenhuma cultura pode ser compreendida a partir da “lógica” de uma outra, pois cada cultura possui sua própria ‘lógica’”. (VILA NOVA, 1981 p. 35)

1% mais ricos a população negra constitui somente 15% desse total¹⁵. (BRASIL, 2015). Isso nos demonstra expressamente que uma parte considerável desses negros – principalmente os pretos – se encontram em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza¹⁶. Esses dados são estarrecedores e nos fazem aferir que a realidade posta é de que brancos e pretos estão em extremos diametralmente opostos em relação aos índices de pobreza.

¹⁵ Evidencia-se, contudo, que ainda que os dados atuais sejam expressão de uma realidade lamentável, ao longo das décadas por meio dos esforços do movimento negro e de algumas políticas públicas – com destaque para as ações afirmativas – essa triste realidade vem se modificando, produto de um intenso processo de lutas e discussões acerca da situação do negro no Brasil e das desigualdades em relação as minorias sociais.

1.2 Raça e pobreza no Brasil

Por meio dos dados estatísticos é bastante evidente a maneira como a riqueza, a humanidade, a dignidade está distribuída nesse país: pela cor de pele. Por essa perspectiva evidencia-se que ser negro no Brasil – não somente o(a) negro(a) em situação de pauperismo – é viver em uma situação de inferioridade, seja material, seja psicológica, como destacamos neste trabalho, que decorrem de uma série de desdobramentos oriundos por meio de um fenótipo específico, pois assim como afirma Joel Rufino dos Santos (2016) “[...] a cor é uma barreira a mais na fuga da pobreza – ou seja: a única diferença entre um branco pobre e um negro pobre e que o primeiro não é negro e tende a ser beneficiado por isso no mercado de trabalho, nas relações pessoais, nas disputas de prestígio, entre outros exemplos”(p. 20). Por essa razão não se devendo atribuir a questão das desigualdades sociais somente à questão da classe social dos indivíduos, mas analisar a questão da cor como uma variável que possui grande relevância na situação econômica e social dos indivíduos.

O filósofo Frantz Fanon também corrobora com essa visão, pois compreendia ser de extrema relevância que os setores negros da sociedade compreendessem sua situação de inferiorização e a destituição de direitos dos negros não somente no campo material. (FANON, 2008) “[...] Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: – inicialmente econômico; – em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidemização dessa inferioridade.”(p.28).

A adequada pontuação e conceituação da situação do negro na sociedade brasileira são imprescindíveis para a desmitificação de uma suposta democracia racial, para que não se incorra no erro de classificar o racismo como algo que parta de casos isolados, mas sim de uma junção de diversos mecanismos discriminatórios que tangem a atuação de toda uma sociedade. É de suma importância localizar questões relativas as injustiças sociais no cenário brasileiro de forma científica e epistemológica, de modo a desmitificar a ideia difundida por mais de um século que o Brasil é um país em que o racismo não existe¹⁷ e que negros e brancos desfrutam dos mesmos privilégios e que não há conflitos raciais no Brasil. Acreditar e fomentar a ideia oriunda da crença de uma “democracia racial” é extremamente danoso para os anseios de uma sociedade justa e igualitária, pois obviamente aquilo que não é

¹⁷ O atual cenário político em que o neoliberalismo avança desenfreadamente e que cargos políticos estratégicos estão sendo ocupados por pessoas que insistem em negar a situação desigual em que vive negros e brancos no país é preocupante.

discutido recai em esquecimento – e abre precedente para a naturalização de atrocidades – o que desmobiliza a luta dos atores sociais e do movimento negro. Tal questão já foi explorada por diversos pesquisadores, com destaque ao sociólogo Florestan Fernandes, que foi um dos teóricos mais relevantes da sociologia em elaborar um estudo da situação do negro na sociedade brasileira.

Evidencia-se, por conseguinte, que as inúmeros intelectuais das Ciências Sociais tem se mantido críticos face a postura de governos e políticos em relação ao irrestrito e constante massacre de grupos e da supressão da dignidade e da humanidade dos povos originários e africanos que perpassaram por dolorosos processos de exploração, epistemicídio, genocídio e desumanização em nome de ideais colonizadores¹⁸. Foram séculos de exclusão e aniquilamento da cultura e todos os conhecimentos produzidos por esses povos em nome de uma suposta superioridade racial ou pela ausência de discussões relativas aos problemas sociais entranhados na estrutura da sociedade.

Hodiernamente, alguns grupos políticos tem se utilizado de veículos midiáticos – algo que tem sido cada vez mais comum com o advento das redes sociais – para dissimular, por vezes, até justificar – a existência de uma sociedade dividida em setores diametralmente opostos entre si, ao passo que, divulgam suas ideias a fim de convencer a opinião pública¹⁹ da inexistência de diversas formas de discriminação e da situação de desigualdade e pauperismo em que alguns grupos sociais estão imersos, por meio de publicações em revistas, propagandas, vídeos, imagens, dentre outros veiculados nas plataformas digitais. Em contraposição, são inúmeros os teóricos e políticos que problematizam a ausência de políticas públicas para esses grupos, massacres policiais, segregação e a existência da discriminação étnico-racial no Brasil; mais que isso, a saber, ainda articulam esforços para denunciar as mazelas sociais históricas e as limitações sistemáticas e institucionais da ascensão dos setores

¹⁸ Diversas facetas em que o racismo se apresenta ao nosso povo, que se concretiza atualmente sob os constantes genocídios de jovens negros e os desmontes de direitos da população negra inviabilizando a construção de uma sociedade igualitária, justa e inclusiva para todos.

¹⁹ Ao longo de sua carreira política são inumeráveis as falas polemicas do presidente Jair Bolsonaro, conhecido por sua postura negacionista em relações aos problemas sociais do país em que hoje, possui mandato como presidente. Jair insiste em deslegitimar as pautas dos movimentos sociais por meio de suas falas equivocadas. Seu governo, por meio de seus ministros e agente políticos, cotidianamente ganham notoriedade em decorrência das ações sistematizadas que vão no sentido de invisibilizar, por vezes, até defender a criminalização de movimento sociais.

negros, produto de uma estrutura racista que mina desde as entranhas do pensamento social brasileiro até as instituições educacionais, políticas, religiosas e sociais.

Muitas pessoas acreditam que as relações entre pessoas brancas e negras são marcadas pela igualdade, harmonia e solidariedade, afinal todos fazem parte de um mesmo povo. Outros acreditam que existem diferenças qualitativas entre povos e grupos sociais e assumem com tranquilidade e a falsa ideia de superioridade de uns em detrimento de outros (GOMES; MUNANGA, p. 179, 2016).

A desigualdade entre negros e brancos no país se constituiu devido a uma desigualdade sistêmica e somática desmensurada entre diversos grupos. Essa desigualdade inscrita no cerne da nossa sociedade causa danos cumulativos de difícil reparação aos indivíduos que se encontram no lado mais fraco da força – os negros, infelizmente. Porquanto, dizer que haja uma mera causalidade entre cor e pobreza seria uma constatação desacertada, dadas as inúmeras pesquisas científicas que contrariam tal afirmação²⁰, também não é uma herança da escravidão, tão somente, pois ainda nos dias atuais o racismo vem sendo realimentado e tomando novas formas, além de configurar uma sociedade de maneira desigual, em que privilegia uns em detrimento de outros, portanto não se pode afirmar que não devemos cobrar no presente ações do passado, quando essas ações ainda refletem e modificam os dias atuais.

Por isso é necessário que se fomente tais reflexões na sociedade a fim de se combater uma estrutura racista que se mantém, para que aqueles que gozam de seus privilégios em detrimento de milhões possam sentir o balançar das estruturas de uma cultura segregacionista. Há, desde antes da abolição da escravatura, uma realidade construída na qual se declarou um suposto marco de condição de liberdade para os negros que aqui neste país se encontravam em situação de servidão e exploração – em um sistema econômico cruel. Diversos estudos nos levam a constatar que no Brasil não há e nunca houve possibilidade real e efetiva de mobilidade social expressiva para negros – uma vez que muitos pontos de convergência permanecem entre esses dois grupos pardos e pretos –, haja vista os alarmantes índices referentes a pobreza e a desigualdade social.

Diante do exposto, e cientes do papel transformador da educação e de ações políticas metodologicamente intencionadas na construção da autonomia dos indivíduos, acreditamos,

²⁰ Para que se analise a questão econômica é necessário aliar outras reflexões interseccionais tais como políticas, educacionais e de gênero de negros e brancos no Brasil.

que aos professores cabe a tarefa de proporcionar para os estudantes a oportunidade de submeter os estudantes ao processo de reflexão dessas questões há muito naturalizadas. Não somente aos professores, mas a instituição educação em sua totalidade, de modo que o processo de aprendizagem no Brasil tenha potencial de tornar a escola um espaço público acessível em que se objetive a construção da equidade de tratamento dos indivíduos e na promoção de oportunidades.

1.2.1 O Negro e a Exclusão Educacional

No conjunto das nossas discussões fica claro que há uma relação intensa entre cor e desigualdade no Brasil. Estas duas dimensões da vida não podem ser consideradas em separado, pois o racismo é fruto das relações de opressão em uma sociedade excludente, onde só se consegue apreender as dimensões da realidade social se se considerar as diferentes dimensões do processo de desigualdade.

Percebe-se, não obstante, que é necessário que se evidencie e se denuncie as raízes dessa realidade inaceitável, que se construiu no Brasil, em que a população negra foi relegada à vala das desigualdades, o que se justificaria analisando os índices sociais, em que há uma péssima distribuição de renda e uma imensurável concentração de riquezas, tudo isso engendra processos sistemáticos de segregação das minorias sociais, sobretudo de negras e negros e descendentes dos povos africanos trazidos na diáspora e das populações indígenas.²¹

A questão da desigualdade é observada em variáveis como as de rendimento do trabalho, em que negros, ainda que trabalhem mais, são os que recebem o menor salário. Paradoxalmente o desemprego para os negros seja também é maior, cerca de 50% acima no caso dos trabalhadores brancos. Os indicadores de escolaridade são impactantes, segundo o PNAD 2014 os negros têm em média menos 1,6 anos de estudo com relação aos brancos. O cenário geral se caracteriza pela existência de uma diferença colossal entre o padrão de vida de negros e brancos no Brasil. Em relação ao setor produtivo o que se expressa por meio dos dados é que os pretos e os pardos estão dentro do conjunto de profissionais que percebem

²¹ O Governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, presidente reconhecido por suas falas preconceituosas e sua postura intolerante, em uma atitude perversa, extinguiu em seus primeiros dias de governos secretarias importantíssimas, produto da luta histórica dos movimentos negros. Exemplo disso é a extinção da SECADI por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Isso se demonstra como um ataque gravíssimo as demandas da população negra, além de ser um eminente retrocesso.

menor remuneração, em sua maioria trabalhando em ocupações no o setor de construção civil e na agropecuária e no caso das mulheres como empregadas domésticas.

Já na análise por cor ou raça, tendo que em 2017 a proporção de brancos era de 45,8% e a de pretos e pardos de 53,2%, observa-se que esse recorte constitui também uma característica importante na segmentação das ocupações e a persistência, ainda hoje, da segregação racial no mercado de trabalho. Assim, a presença dos pretos ou pardos na Agropecuária (60,8%), na Construção civil (63,0%) e nos Serviços domésticos (65,9%) é mais acentuada – justamente as três atividades que possuíam menores rendimentos médios em 2017 [...] Já as atividades de educação, saúde e serviços sociais são as que contavam, em 2017, com a maior participação de pessoas ocupadas brancos. (51,7%) (IBGE, 2018).

A saber, a educação é a área em que as desigualdades mais se demonstram de forma explícita. Não é necessário conhecimento estatístico algum para olhar os dados entre diferentes indivíduos da sociedade para constatar a gigantesca desigualdade que está colocada no seio desta nação. Quando se faz o recorte racial e por gênero, a leitura dos dados nos mostram uma situação execrável e estarrecedora por aqueles que anseiam por uma sociedade mais igualitária e justa para todos os cidadãos. Destaca-se aqui, que por muito tempo foi negado à parcela negra da população o acesso ao letramento, pois foram marginalizados durante a maior parte da existência desse país, permaneceram apartados da oportunidade de serem alfabetizados e de frequentarem escolas.

Hodiernamente, o estado brasileiro possui como preceito disposto na Constituição Federal o acesso à educação. Esse direito não somente é uma norma fundamental garantida pela Constituição Federal, mas também é previsto no Pacto de São José da Costa Rica²². Desta forma, em teoria, todos deveriam ter acesso a esse direito fundamental, todavia, não é essa realidade que demonstram os índices. Consoante, ainda que a educação seja um direito estendido a todos os menores de idade e que o Estatuto da Criança e do Adolescente obrigue os pais de crianças e adolescentes menores de idade a frequentarem a escola; quando se observa os dados obtidos por meio do IBGE, percebe-se que os negros estão à margem do processo educacional desde a infância:

De fato [...] as crianças de 0 a 5 anos pretas ou pardas frequentavam menos escola ou creche que as crianças brancas em 2017, com uma diferença de 2,6 pontos percentuais entre elas. As crianças residentes em domicílios

²² O Pacto de São José da Costa Rica, também nomeado como Convenção Americana de Direitos Humanos é um órgão que possui a prerrogativa para buscar garantir a tutela a interesses fundamentais em caso de violação de direitos humanos.

rurais se encontravam em desvantagem ainda mais intensa em relação às residentes em domicílios urbanos: enquanto a frequência escolar do primeiro grupo era de 43,4%, a do segundo era de 54,7%, em 2017. Fomentar o atendimento das populações do campo está no escopo das estratégias do PNE para a universalização da educação infantil para as crianças de 4 a 5 anos e ampliação da oferta para as de 0 a 3 anos de idade. (IBGE, 2018).

Há que se salientar que é evidente que ainda possuímos um cenário de desigualdade muito grande entre os diferentes segmentos sociais; estas são reproduzidas em diferentes esferas da vida social desses indivíduos. Nesse sentido, a escola pode atuar na manutenção e na reprodução dessas desigualdades na medida em que se ausenta dessas discussões ou não oferece recursos para que os indivíduos possam enfrentar as problemáticas que se somam para a construção desse cenário injusto. Dessa forma, se existente, a exclusão educacional auxilia na introjeção de leituras negativas de si e da visão negativa desse espaço – que é percebida de forma totalmente distinta para brancos e negros por inúmeras questões que vão desde a precariedade de escolas em bairros mais vulneráveis até a ausência da demonstração de afeto por parte dos profissionais da educação em relação esses indivíduos. Por isso devemos olhar a educação com um olhar crítico; de que forma “todos têm acesso à educação” e em que condições?

É preciso insistir sempre que a sociedade brasileira é preconceituosa e discriminadora em relação à sua população. Em decorrência, o modelo de educação não tem sido inclusivo, ainda quando permita a entrada de todos na escola. Todos entram, ou a maioria entra, mas nem todos saem devidamente escolarizados, aptos a enfrentar a vida como verdadeiros cidadãos. A instituição escolar precisa desenvolver programas que, reconhecendo as diferenças e respeitando-as, promovam a igualdade de oportunidades para todos, o que se traduz pela oferta de escola de qualidade. (LOPES, 2005, p.189).

Apesar da Constituição Federal de 1988 ter estabelecido como direito fundamental o acesso à educação e há cerca de uma década a instituição das políticas das ações afirmativas, que flexibilizam o acesso da população negra ao ensino superior, ainda assim, mesmo com essas notórias conquistas produto da árdua luta do Movimento Negro, impera uma estrutura de lógica exclusivista em alguns campos da educação, sobretudo nas universidades²³. Nesse

²³ À proporção que as ações afirmativas vêm sendo gradualmente implementadas, vemos uma melhora nesse quadro. Contudo, ainda não se pode afirmar que as políticas de ações afirmativas conseguiram penetrar e promover transformações extraordinárias.

sentido evidencia-se uma matéria divulgada no fim de 2019, noticiada pela Folha de São Paulo que tem como título: “Na USP, apenas 2,1% dos mais de 5.000 educadores são pretos ou pardos”²⁴. Triste realidade, em que a maior parte do corpo-docente das universidades públicas e privadas do país ainda é composto esmagadoramente por professores brancos, o que resulta, inevitavelmente em uma conjuntura em que, segundo o pesquisador Wellington Narde Navarro da Costa, prejudica a formação dos estudantes negros pois;

[...] muitos estudantes negros que ingressam através do sistema de cotas acabam tendo sua formação prejudicada pelo currículo excludente, entre outros mecanismos institucionais que ainda não se adequaram para receber o novo público, tornando o acolhimento estatal pelas políticas públicas uma conquista jurídica, no papel, mas com déficit em relação a um lastro de preparo para que essas ações garantam o sucesso acadêmico desses novos estudantes. Diante desse contexto, além dos debates e enfrentamentos necessários no ambiente acadêmico para a construção de uma universidade pública que contemple a diversidade étnico-racial, é preciso que a discussão alcance um público maior [...]. (COSTA, Wellington, 2017, p. 21).

Em vista disso, acreditamos que somente com políticas públicas de promoção da dignidade humana, com a fiscalização da execução da lei 10.639/03 e com a conscientização de professores – em especial o professor de Sociologia – podemos visualizar e concretizar um real cenário para a construção de um processo emancipador para as estudantes negras e negros, escusando-se da inércia diante de estereótipos e estigmas, atuando na contramão, conscientizando esses sujeitos, por meio de uma educação libertadora, de viés crítico, rompendo com o círculo vicioso que nega aos estudantes a oportunidade de conhecerem a história de seus ancestrais de forma descolonizada, por meio de práticas pedagógicas emancipadas de leituras eurocentristas que ignoram a importância que o africano e seus descendentes constituíram na construção da matriz demográfica e cultural da população brasileira.

1.3 As produções científicas sobre o racismo e o negro no Brasil

A saber, assim como mencionamos anteriormente, nos utilizamos de diversos teóricos das Ciências Sociais para a manufatura desse trabalho, os quais são provenientes de inúmeras

áreas do conhecimento como a História, a Educação, a Antropologia e, sobretudo, a Sociologia. Em primeira instância consultamos as produções acadêmicas existentes no Brasil, para que se fizesse um recorte adequado às especificidades e a realidade do racismo brasileiro. O Banco de Teses do portal da CAPES, que possui um amplo catálogo de teses, foi consultado para que se pudesse investigar o que já havia sido escrito acerca das questões que envolvem “racismo” e “escola”, com objetivo de se recortar somente os trabalhos direcionados a investigar as relações interraciais e a discriminação étnico-racial no interior das escolas no Brasil. Foram 24.439 resultados com as palavras racismo e escola. Os trabalhos que citei foram escolhidos dentro de cerca de duzentos resultados mais relevantes para as palavras-chave “racismo” e “escola”. Dessa forma, destacamos 7 trabalhos cadastrados na plataforma sucupira que foram utilizados como direcionados em relação a construção desse trabalho.

Segundo nossas pesquisas, a área da educação é a que mais concentra trabalhos com a temática “discriminação” e “racismo”. Outra área que também possui uma quantidade considerável de trabalhos é a psicologia, além da Antropologia.

O primeiro trabalho a ser mencionado no campo da educação é o do pesquisador Paulo Melgaço da Silva Junior (2004/UFRJ) que teve como principal objetivo em sua pesquisa investigar como as identidades de gênero, sexualidade, masculinidade e raça são construídas nas salas de aula de arte e de que maneira elas interagem com outras relações sociais que nelas se desenvolvem. O trabalho de Ellen Daiane Cintra (UNB/2018), organiza e compara discursos de estudantes oriundos de realidades socioeconômica e escolar distintas, por meio de uma análise comparada e interseccional dos discursos de jovens negras no ensino médio em uma escola pública e uma escola particular no Distrito Federal. Outra importante contribuição na área da educação é a de Almir Rogério da Silva (UFMT/2018), que se inclinou a compreender a dinâmica das relações raciais em uma escola pública de Colíder – MT. Ele objetivou analisar a maneira como as dinâmicas sociais no interior da escola afetam os jovens negros e não-negros. Em 2018, Roseane Dos Santos Lazzarine (UFRRJ–2018), pesquisou como se constituem as relações raciais na sociedade e seus reflexos na escola, além de ter buscado compreender os principais desafios dessas relações diante do racismo velado e desmitificando a ideologia da democracia racial brasileira. A autora Andreia Cristina Attanazio Silva (UERJ – 2018) em sua pesquisa de doutorado, procurou investigar os sentidos que “mulheresnegras” – esta justaposição, segundo a autora é proposital – produzem sobre seus cabelos. O professor de Educação-Física Carlos Willian de Azevedo (USP/2018),

pesquisou o racismo sob a ótica das contribuições de Michael Foucault, analisando o racismo institucional como o fenômeno moderno da escola de massa. Por último, na área da psicanálise, o trabalho de Maria da Glória Calado (USP/ 2013), faz um estudo psicanalítico sobre os relatos de professoras sobre as práticas pedagógicas laureadas pela 4ª edição do Prêmio Educar para a Igualdade Racial.

Ao analisarmos essas produções acadêmicas inferimos que a o tema “racismo” e a questão da discriminação dentro dos espaços escolares estão pulverizados em inúmeros campos de conhecimento, como, por exemplo, as artes plásticas, as ciências do esporte e do campo da psicologia. A infinidade de sentidos que a temática reverbera, elucida as derivações e as imbricações que se apresentam nas tentativas de se desconstruir o fenômeno do racismo nos diferentes espaços, de forma que evidencia que esse fenômeno atinge os diversos âmbitos da vida social. Por esta razão, dialogar, pesquisar, estudar as tensões que envolvem o racismo, exigem que sejam realizadas de modo metodologicamente embasado com o rigor científico necessário para que não se recaia em relativizações irresponsáveis e na menorização de violências, tão pouco incorrer em equívocos conceituais.

Em relação a trabalhos que tivessem como tema o ensino de sociologia e o racismo na escola, não encontrei nas 50 primeiras páginas dessa plataforma trabalho algum, no momento em que fiz esse levantamento no início do ano de 2018²⁵. Ressalta-se que a sociologia está presente como disciplina obrigatória na matriz curricular do Ensino Médio obrigatória desde o ano de 2008²⁶ – ou seja datavam 10 anos de obrigatoriedade quando esse levantamento foi realizado –, e não se encontrar facilmente um trabalho com a temática, é um tanto quanto problemático, pois reflete a negligência dos setores públicos e entidades governamentais em relação a essa temática nesse campo específico²⁷.

²⁵ Optei por pesquisar a partir de 2018 pela busca por produções mais atuais sobre a temática.

²⁶ As Ciências Sociais, em especial a Sociologia e a Filosofia – em que a legislação que as tornavam obrigatória não chegou a gozar de uma década como disciplinas obrigatórias nos currículos de ensino do Ensino Médio brasileiro – estas sofreram um duro golpe com a aprovação da BNCC em 2017, que culminou em configuração do Ensino Médio em que se excluiu a obrigatoriedade de disciplinas como Sociologia, Filosofia e História, pois na prática somente as disciplinas de Português e matemática permanecem como obrigatórias. Tais medidas adotadas provocaram alterações de natureza tecnicistas, satisfazendo aos interesses do capital, em detrimento de um ensino com características formativa e de natureza humanista.

²⁷ Em três anos como professora da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, não fui submetida a nenhum curso sobre a temática racismo ou discriminação, o que contraria o que normatiza o texto da lei 10.639/03.

O “ensinar” e o “aprender” sociologia na Educação Básica perpassa pela discussão sobre a importância da linguagem na aprendizagem, da mediação no contexto do desenvolvimento, e de qual o modelo de educação ensinamos para nossos jovens. Para além de significar somente ampliação de currículo, o ensino de sociologia na Educação Básica, configura-se como de extrema importância, dado que, objetivando o estranhamento e a desnaturalização do mundo social, contribuem para a mediação entre os objetos refinados da cultura humana, e as necessidades que se colocam frente ao desenvolvimento do indivíduo, ensinando sua transformação em sujeito da própria história. A escola enquanto espaço privilegiado de mediação, deve proporcionar a internalização de instrumentos culturalmente produzidos pela humanidade, objetivando o desenvolvimento integral do sujeito.

O ensino de Sociologia oferece ao docente caminhos inúmeros para a abordagem de temáticas que dignifiquem e ressignifiquem a forma como os jovens enxergam seu entorno e além. Esta disciplina é a responsável por auxiliar os estudantes a pensar seu lugar no mundo e no meio em que estão inseridos.

A partir do momento em que os estudantes compreendem a importância dessa disciplina no seu cotidiano, eles percebem o quão necessárias são algumas rupturas e que há diversos caminhos que, a partir do senso crítico e da desnaturalização dos fenômenos sociais eles podem se apropriar do conhecimento adquirido e instrumentaliza-lo, proporcionando rupturas e transformações internas imensuráveis, pois essa disciplina científica atua diretamente na desconstrução de ideias que aprisionam pessoas e mentes, que são defendidas apaixonadamente por aqueles que se beneficiam das estruturas de poder vigente.

Cabe salientar a complexidade da questão racial no Brasil: se por um lado, no senso comum, o/a negro/a tem sua identidade social construída de maneira negativa e subalternizada, por outro vê sua sexualidade explorada, exaltada e hipervalorizada. Ao longo da história da civilização brasileira, o/a negro/a vem sendo marcado/a, tendo suas subjetividades construídas por meio de estigmas e mitos, principalmente de maneira essencializada, fazendo com que muitos sujeitos tenham dificuldade de se aceitar como pertencentes à raça. Uma reflexão atenta sobre esta questão nos mostra que a educação e a escola podem contribuir para a perpetuação do racismo e a manutenção do status quo inferiorizante do/a negro/a em nossa sociedade. (MELGAÇO JUNIOR, 2014, p. 5)

Assim propomos materializar esta discussão – entre o aprender e ensinar Sociologia e a sua relevância enquanto instrumento para o combate ao racismo –, através do Ensino de Sociologia na Educação Básica, a partir da reflexão sociológica sobre as questões étnico-

raciais, desnudando e combatendo o racismo nas relações sociais, a partir da escola, visando a sociedade como um todo.

Por isso, reafirmamos aqui, mais uma vez, que esse é um caminho efetivo, pois a sociologia, aliada a outras disciplinas se trabalhada de maneira cientificamente orientada, por meio de professores que possuam robustez teórica, é capaz de fomentar discussões no interior da escola que promovam reflexões em direção a aceitação da estética negra e da consciência de si como forma de emancipação dos ideais da imposição de uma estética branca. Nós, professores, não podemos nos esquecer de que esse país ainda vive as reminiscências do processo de escravidão engendrado e mantido por muitos séculos, onde o africano e seus descendentes foram cruelmente explorados, sendo vistos como mercadorias, em um doloroso processo que lhes negou o direito pelos seus corpos, suas identidades, origens e humanidade.

CAPÍTULO 2. CONHECENDO A ESCOLA

2.1 Apresentação do campo

O nosso trabalho teve como campo de pesquisa uma escola pública e os sujeitos que avivam esse lugar. Para campo deste trabalho foi escolhida essa escola por ser meu local de atuação – oportunidade que me privaria de alguns percalços eventualmente encontrados por pesquisadores quando escolhem esse tipo de objeto de pesquisa – e pelas oportunidades que esse estudo me geraria para a reorientação da minha prática pedagógica nesse lugar. Além dessas questões, o fato de eu ter estudado naquele lugar me impulsionou, pois entendo que “toda pesquisa é uma extensão de nossa biografia, pois somos os discursos e os contextos nos quais operamos” (MELGAÇO JUNIOR, 2014, p. 5).

Eu estudei nessa escola nos anos de 2004 e 2005. Durante os dois anos em que estudei nessa escola sofri com inúmeras problemas com professores e os colegas; constantes injúrias raciais que começavam por meio de ofensas em relação aos meus traços físicos até se desdobrarem em agressões físicas. Por isso, voltar naquele espaço se demonstrou bastante doloroso para mim, pois, apesar de transcorrida uma década, sinto possuir reminiscências de todas as injúrias raciais que passei naquele espaço.

Além dessas questões, eu via em minha pesquisa uma oportunidade não somente de compreender melhor um fenômeno, mas também de reanalisar e compreender minha trajetória como estudante naquela escola, pois sou produto, também, das inúmeras experiências que vivi naquele lugar. Frisa-se que, de início encontrei dificuldades emocionais em lidar com as questões que estava investigando, contudo, extrai de minha dor força propulsora para seguir adiante com a pesquisa e também, extrair das investigações experiências para instituir um trabalho docente no sentido de colaborar para que os estudantes pudessem percorrer caminhos diferentes dos meus, ou que, pelo menos pudessem compreender esse fenômeno que me é tão caro.

Dessa forma, por meio da prática docente, eu pude perceber a importância de se trabalhar com esse público, o de ensino médio, pois nesse momento os estudantes estão em um estado de indefinição nesse período de suas vidas, os jovens são verdadeiras “metamorfoses ambulantes”. Esse é um período reconhecidamente difícil para responsáveis

e até mesmo para os próprios jovens, pois essa transmutação em que não são mais crianças, nem ainda adultos, lhes causam constantes inquietações, questionamentos e conflitos.

Ademais, como já referido, o período do mestrado foi essencial para eu poder refletir todas essas questões, pois a partir do contato com as disciplinas e leitura do programa pude compreender a importância de se dialogar permanentemente com esse grupo que possui tantas especificidades. Dessa forma, passei por um processo amplo de estranhamentos e de desnaturalizações para poder olhar para a escola e suas relações cotidianas sobre diferentes recortes e interseccionalidades, Esse local detém importância significativa na construção das identidades de estudantes, pois se constitui como um dos primeiros lugares que exercem importância central fora do núcleo familiar, onde a criança/jovem poderá contrapor ou confirmar todas as informações e visões de mundo introjetadas por meio de seu processo de socialização e do convívio com seus familiares e demais agentes socializadores (LOPES, 2005; MELGAÇO JUNIOR, 2014).

As maneiras como diferentes indivíduos fazem a leitura de si e do local onde exercem sua sociabilidade é parte de um processo que é engendrado a partir da interação com diferentes indivíduos e em diferentes contextos, por meio das práticas discursivas e das experiências empíricas, portanto construção social possui ligação íntima com a maneira como os sujeitos se relacionam com o mundo em que estão inseridos. A construção de si e do outro não é um produto fechado, pronto e acabado, mas sim um processo constante, em que a partir dos contextos os significados serão dados e entendidos. (MELGAÇO JUNIOR, 2014)

Em vista do exposto, após as percepções preliminares, eu iniciei a coleta dos dados contidos nesse trabalho. Os dados apresentados foram gerados nas interações durante minha permanência na escola, por meio das observações do cotidiano de funcionários, pais e estudantes da escola. Essa escola conta com várias modalidades de ensino, dentre elas Ensino Fundamental – Ciclo II, EJA Ensino Fundamental e Ciclo II, Ensino Médio, Salas de Recurso e Hospitalares e CEL (Centro de Estudos de Línguas). O corpo administrativo e pedagógico é constituído por aproximadamente 50 funcionários efetivos, dentre ativos e afastados; e dezenas de funcionários contratados. Em meio a funcionários efetivos são aproximadamente 38 professores e os demais são funcionários da secretaria, pátio e limpeza.

Dentre as várias questões problemáticas nessa escola, uma emblemática é a escassez de funcionários para trabalhar no pátio com os estudantes e nos corredores observando a movimentação. Os Agentes de Organização Escola (AOEs), que exercem função fundamental nas escolas – profissão essa que, devido a péssimas condições de trabalho e a

alta carga de responsabilidades em contraposição ao salário irrisório, possui uma altíssima taxa de exoneração, sem que aja reposição do recurso humano, pois os concursos para esse cargo são raros.

Em relação ao AOE, nessa escola contava-se no ano de 2019 com 3 funcionárias²⁸ para organizarem a escola nos três períodos. No prédio em que eu trabalhava havia 11 salas e cada sala com uma média de 30 alunos por sala – podendo a chegar a 45 – e somente uma funcionária. O que tem como consequência o aumento de tensão entre estudantes e professores, pois a ausência de funcionários gera uma carga de trabalho exaustiva, que faz com que aqueles que permanecem não consigam administrar os inumeráveis problemas que aparecem ao longo do período letivo.²⁹

A escola também sofre com a questão da limpeza, pois seu espaço físico de mais de 2 mil metros quadrados possui somente dois funcionários para fazer a manutenção, o que faz que, consequentemente, a maior parte do espaço físico esteja quase sempre pouco asseado, pois os dois funcionários não têm condições físicas e emocionais de conseguirem efetuar a limpeza em todos os locais da escola.

Por ser uma escola que possui Centro de Línguas e Ensino para Jovens e Adultos, os públicos são das mais variadas faixas etárias, possuindo no CEL estudantes de outras escolas de toda a cidade e de todas as regiões, que segundo pude aferir por meio das falas da coordenadora do programa, são estudantes que possuem poder aquisitivo mais elevados³⁰, – seja dentre os nossos alunos, seja os que vem de outras escolas da cidade e da região –, alguns desses estudantes, inclusive, já frequentaram previamente escolas particulares de idioma da região. Em relação aos estudantes do EJA, a maior parte é de sujeitos egressos da Fundação Casa e de trabalhadores braçais, que além de sofrerem com os inúmeros estigmas que recaem sobre esse sujeitos, ainda são alvo da alcunha de serem acometidos por meio das reclamações dos pais dos estudantes que frequentam o Centro de Línguas, pois além de dividirem o mesmo prédio estudam no mesmo horário.

²⁸ Nessa escola o quadro completo deveria ser integrado por no mínimo 12 funcionários. Os demais encontravam-se afastados ou haviam pedido exoneração nesse período.

²⁹No ano de 2019 aconteceu um fato que foi bastante problemático e escancarou a forma como a escola sofre com a precarização, pois em uma briga entre dois alunos, uma moça e um rapaz, esse quase quebrou a sala toda e por pouco não agrediu a professora, sem que houvesse um funcionário próximo que pudesse controlar a situação sendo, dessa maneira, controlada pelos próprios estudantes. A diretora dessa escola já elaborou inúmeros documentos solicitando mais funcionários, no entanto nunca teve sua solicitação atendida.

³⁰ Infelizmente, são oriundos de zonas pauperizadas que acabam entrando no mercado de trabalho ainda cedo, não tendo a opção de poderem estudar no contraturno para poderem trabalhar e ajudar a família.

2.2 Os cuidadores e os Portadores de Necessidades Especiais

Uma das especificidades dessa escola é o fato de ela receber grande parte dos alunos egressos dos hospitais psiquiátricos da região e da APAE – Associação dos Pais e Amigos dos excepcionais. A escola recebe funcionários terceirizados para o auxílio desses estudantes, que exercem a função de cuidadores, orientando os alunos durante a permanência dos assistidos na escola. Em geral são cerca de 38 cuidadores em todos os períodos, porém esse número não é fixo, pois as empresas que prestam serviços possuem uma alta rotatividade de recurso humano, pois além de serem extremamente mal remunerados, possuem uma carga horário de trabalho muito exaustiva e estão sempre abarrotados de trabalho. No Ensino Médio no período da manhã, no ano de 2020, havia 2 alunos com síndrome de Down, 2 com autismo, 2 tetraplégicos e 1 com síndrome de Asperger.

2.2.1 Perfil dos cuidadores

Para que nós conseguíssemos conhecer os diferentes sujeitos que compõem a escola – a fim de se compreender a dinâmica da escola e de olhar os trabalhadores de maneira humanizada –, foram elaboradas entrevistas com o formato livre para os cuidadores. Eu sugeri aos alunos que elaborassem perguntas para que nós escolhêssemos algumas para entrevistar os trabalhadores, que fossem direcionadas a questões profissionais e pessoais. Algumas das perguntas foram: “Você gosta de trabalhar aqui? Você se sente valorizado? Qual sua cor? Você gostaria de trabalhar em outro lugar?”. Após as entrevistas pedi que os alunos relatassem o que ouviram dos funcionários e sistematizassem os dados.

Em relação ao gênero 70% são mulheres, onde a maioria possui nível superior ou está cursando e estão na faixa etária entre 22 a 38 anos. Esses dados nos demonstram que há uma consonância com a realidade nacional, em que a maioria das mulheres possui ensino superior, mas que, ainda sim, percebem remuneração mais baixa. A maioria dos funcionários admitiu não estar ali por vontade própria, mas sim por falta de opções no mercado de trabalho, pois devido a remuneração baixa – em torno de 700 reais – e a constante desvalorização de sua atuação, eles gostariam de trabalhar em outros locais.

Assim, como a diferenciação por sexo, o recorte por cor ou raça é fundamental para o diagnóstico das desigualdades de rendimentos do País. Como visto, as atividades econômicas de menores rendimentos médios são as que proporcionalmente possuem mais ocupados de cor ou raça preta ou

parda e pessoas do sexo feminino. No cômputo geral, em 2017, os brancos ganhavam em média 72,5% mais do que pretos ou pardos e os homens ganhavam, em média, 29,7% mais que as mulheres. (IBGE, 2018).

Foi uma triste constatação, a de que o estado e as secretarias da educação tratam essas questões com um crescente descaso, que se intensificou ainda mais com o governo do atual presidente, Jair Bolsonaro — ao contrário do que se imaginava, pois sua esposa “demonstrava” um certo afeto em relação aos portadores de necessidades especiais, no entanto logo em seus primeiros dias de mandato ele iniciou a exclusão de secretária essenciais e estratégicas para essas e outras questões.

Ademais, algo que se demonstrou estarrecedor é que alguns professores não sabem lidar com esses alunos³¹. Esta situação evidencia a negligência que o Estado tem com esses indivíduos, que são retirados de centros especializados de tratamento com profissionais adequados para lidarem com suas limitações, para os colocarem dentro de uma escola cheia de adversidades e dificuldades para eles, que, quando muito, tem pouquíssimos profissionais no quadro de professores capacitados ou devidamente treinados para poderem preparar atividades específicas para esses estudantes ou para lidar com suas questões emocionais e psicológicas. Evidencia-se que, aqueles que são capacitados são aqueles que possuem formação específica na área, com curso de pós-graduação, frisa-se aqui que são indivíduos que se especializaram por iniciativa própria e que essas especializações não foram financiadas pelo estado ou pelas secretarias.

Essa situação é bastante complexa e se demonstra de difícil resolução, pois como relatamos, é um problema que se constitui desde a formação desses docentes. Infelizmente a docência tem se tornado uma profissão cada vez mais desvalorizada, sendo representada em propagandas de faculdades particulares como “bico”. Uma formação deficiente reflete na atuação dos professores que além de não saberem lidar com questões dessas e de outras naturezas. No caso dessa escola específica, eram inúmeros os docentes que afirmavam não possuir cursos de formação continuada que pudessem amparar-los científica, técnica e

³¹ Essa situação é preocupante, uma vez que não há nenhuma capacitação pedagógica — quando muito fazem reuniões rápidas para “discutirem” o assunto — para se lidar com problemas de natureza e causas tão variadas, tão pouco recebem o amparo necessário para lidar cotidianamente com o desafio que a problemática da convivência com alunos portadores de necessidades especiais requer.

pedagogicamente para poder agir de forma orientada, por inúmeras razões, como por exemplo falta de dinheiro, falta de tempo e esgotamento mental.

Apesar disso tudo, em relação aos estudantes, pode constatar que eles possuem uma convivência harmoniosa com os estudantes PNE – Portadores de Necessidades Especiais. São vários os que se prontificam a ajuda-los a fazer as tarefas cotidianas como acender a luz ou ir ao banheiro, pois nem sempre os profissionais responsáveis por esses estudantes estão próximos para os auxiliarem porque, assim como já fora mencionado, esses funcionários estão sempre repletos de obrigações a fazer, pois a empresa que os contratam colocam como responsáveis por mais de um estudante PNE, o que dificulta o atendimento integral a cada um deles.

2.3 Os estudantes

O campo que escolhi para este estudo é uma escola estadual pública do interior de São Paulo. Além de todas as características que são comuns a lugares dessa natureza, evidencia-se que a cidade em que foi realizado esse estudo foi um importante centro de produção e distribuição de café nos séculos passados. Como a maior parte das cidades do interior de São Paulo, essa cidade possui um ranço escravagista, as quais a disposição da cidade é organizada de maneira semelhante as das fazendas dos “senhores do café”, em que a casa grande ficavam em lugares valorizados da fazenda e as senzalas são nas áreas marginais da fazenda.

Digo isso, pois, além de ser uma escola de estudantes majoritariamente negros, a maior parte desses estudantes são oriundos de lugares periféricos da cidade, enquanto as famílias com o maior poder aquisitivo se encontram no centro. Evidencia-se que, muitos enfrentam batalhas diárias para poderem chegar à escola e se manter nela. São inúmeros os relatos de estudantes que vão as aulas sem comer, ou que as poucas refeições que possuem são, tão somente, na escola.

Apesar disso tudo, os estudantes tiveram um papel fundamental no desenvolvimento da pesquisa, pois eles participaram de várias etapas na coleta de dados. Para que isso fosse possível, em um primeiro momento, eu enviei ao celular dos alunos que possuíam acesso à internet e também os levei à sala de informática, para que respondessem as perguntas elaboradas por mim, que tiveram como objetivo conhecer melhor os alunos do ensino médio da escola. Após a coleta dos dados, em que responderam ao questionário 53 alunos do 1º do período da manhã; 52 alunos do 2º ano da manhã e 28 alunos do 3º ano da manhã. As idades

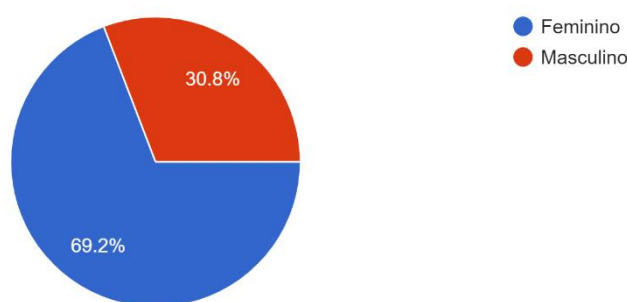
variavam de 14 a 22 anos – esse processo demorou cerca de 1 mês para coletar 133 respostas –, eles foram agrupadas e apresentados sintetizados, para facilitar a análise dos dados, isso foi importante para que nós conseguíssemos aferir a quantidade de alunos, o gênero, a cor e a forma como esses estudantes compreendem o fenômeno do racismo, as leituras que fazem desse processo; seus traços físicos e a forma como se expressam.

Em relação aos dados, esses números estão abaixo dos matriculados na escola, porém quando a pesquisa foi aplicada, tive que esperar cerca de 6 meses até que os estudantes fossem alocados em suas escolas por meio do georreferenciamento³², além disso a escola, devido ao público que atende – indivíduos oriundos das camadas sociais que possuem menor poder aquisitivo e jovens que precisam abandonar o estudo para complementar a renda familiar – sofre com a questão da evasão escolar que se tornou muito expressiva a partir do mês de Outubro.

Gráfico 1 – dados referentes ao gênero dos alunos participantes da pesquisa

1. Qual seu gênero?

133 responses



³² O “georreferenciamento” é um instrumento adotado pela SEE como uma forma de padronizar a identificação da localização das casas dos estudantes e os matricular em para a escola mais próxima a sua residência. Essa metodologia é bastante criticada, pois é visto como uma manobra do governo do Estado de São Paulo de efetuar a “reorganização escolar” indiretamente, ocasião que ficou conhecida no ano de 2015, quando o governo de Geraldo Alckmin tentou, de forma arbitrária, reconduzir milhares de estudantes para outras escolas sem o prévio consentimento dos responsáveis sob a alegação de otimização e unificação dos sistema educacional paulista. Contudo, é uma tentativa clara de sucatear, ainda mais, o ensino e de reduzir custos com transportes para os estudantes.

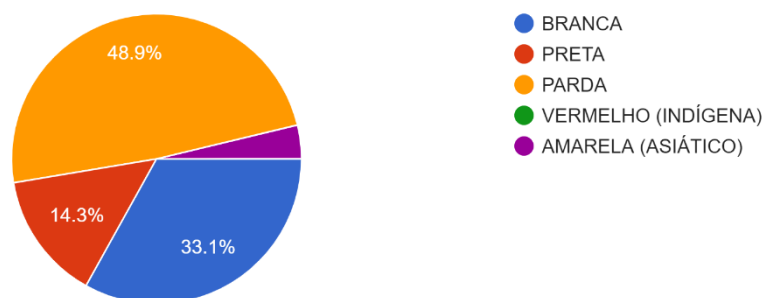
³² Um dos alunos que foi expulso da escola devido ao envolvimento com o tráfico relatou que a escola não era o lugar que serviria para ele aprender porque sua escola era na rua, a escola só servia a ele para poder vender substâncias ilícitas.

Fonte: Elaborado pela autora 2019

No gráfico 1 é possível constatar que a maior parte dos estudantes dessa escola é constituído de meninas, que representam um pouco mais de 69,2%, os meninos representam 30,8% do alunado. Esse gráfico demonstra que, assim como aferiu a pesquisa do IBGE 2018, as mulheres, atualmente, são as que possuem o maior grau de escolaridade, pois a representação delas só tem aumentado em todos os níveis da escolarização, inclusive no ensino superior. Contudo, esse dado deva ser visto com ressalva, pois as pesquisas nacionais também demonstram que a diferença social, econômica e cultural entre mulheres brancas e negras é a maior nas últimas décadas.

Gráfico 2 – Dados referentes a cor/etnia dos alunos participantes da pesquisa

2. Qual sua cor?
133 responses



Fonte: Elaborado pela autora 2019

A partir do gráfico 2, podemos constatar que a maior parte dos alunos é de negros (pretos e pardos), temos uma quantidade pequena de descendentes de asiáticos e menos de um quinto dos alunos do ensino médio se declara como brancos. Essa realidade é convergente com os dados nacionais em relação ao número de negros no Brasil, em que mais da metade da população é constituída por negros; os dados dessa escola demonstram uma realidade em que mais da metade dos alunos é de negros, sendo 48,9% pardos e 14,3% de pretos.

Em relação aos estudantes, sobretudo os do Ensino Médio, para que pudéssemos mensurar quem eram esses estudantes, foi aplicado uma série de atividades, desenvolvidas ao longo do ano, nas aulas de Sociologia, em 10 salas do Ensino Médio, sendo 4 salas de 1º ano, 3 de 2º anos e 3 de 3º anos, com estudantes de 14 a 22 anos de idade.

Com os dados em mãos, comprovei minhas hipóteses. Constatei que essa escola possuía uma dinâmica bastante interessante, pois embora fosse uma escola localizada no centro da cidade e que fica próxima de bairros de bastante prestígio social na cidade, ela aloca, concomitantemente, os estudantes dos bairros de maior vulnerabilidade social da cidade. A composição da escola é dividida entre os jovens que são oriundos dessas regiões periféricas e dos jovens que são de áreas centrais, muitos egressos de escolas particulares.

Essa escola se localiza na parte central dessa cidade. Há, no entanto, uma escola que também possui as modalidades de Ensino Médio e Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Essa outra escola, inclusive, é preferida pelos pais dos alunos da nossa comunidade escolar, que tentam a todo custo matricular seus filhos, pois segundo eles a escola que serviu de campo para esse estudo é violenta – embora a escola tenha apresentado um índice baixíssimo de brigas entre os alunos no ano de 2018 e 2020, sendo um dos menores índices da região.

A maior parte dos estudantes dessa escola são oriundos de um conjunto habitacional, que fica localizado há cerca de 5 km da escola. Esse lugar sofre com as constantes investidas policiais devido ao tráfico de drogas. Os estudantes que moram nesses locais mais afastados, sobretudo nesse conjunto habitacional, são os mais problemáticos, pois possuem dificuldade de aprendizagem, pois sentem e expressam a diferenciação em relação aos colegas, além da

ausência de recursos materiais o que os fazem, por vezes, recorrer ao tráfico para que possam adquirir poder financeiro, fazendo da escola uma extensão de seus “negócios”³³.

O Conjunto Habitacional, onde eles moram, sofre com a alcunha de ser denominado por muitos habitantes dessa cidade de lugar de “marginais”; “traficantes”; “bandidos” e “favelados”. De maneira preconceituosa alguns alunos chamam esse Conjunto Habitacional de “predinhos”. Devido ao bullying, aqueles que residem nesse lugar não gostam de ser lembrados onde habitam, mas os outros alunos, mesmo os que moram próximos ao lugar em áreas pauperizadas e de igual vulnerabilidade, insistem em inferiorizar aqueles que habitam ali, valendo-se de uma ironia e um escárnio constante.

Nessa cidade, assim como na maior parte das cidades brasileiras, desde a década de 70 o país vive um crescimento de conjuntos habitacionais considerável. Como resultado dessas mudanças, há um distanciamento ainda maior das pessoas do centro da cidade, que vão em massa habitar esses conjuntos habitacionais, que são em formato de prédios – antes eram casas – onde pessoas são segregadas em apartamentos, minúsculos, com pouca privacidade, em lugares em que se concentra a pobreza e a miséria. O peso de morar em um lugar em que a miséria é generalizada, acirra uma tensão que marca a trajetória desses indivíduos, além de se sentirem marginalizados, devido a distância desses lugares em relação aos centros urbanos. Ademais, há também um sentimento de não-pertencimento, que parece se evidenciar em relação as falas que se fazem no sentido de inferiorizar esses colegas.

Outro dado que acirra e aprofunda o preconceito é a convivência desses estudantes com estudantes que fazem curso técnico em uma ETEC, próxima a essa escola. Infelizmente, durante essa pesquisa foram inúmeras as vezes em que os estudantes que estudavam na ETEC relataram as falas perversas e discriminatórias em relação aos estudantes da escola A escola, chegando, inclusive a episódios em que alguns professores dessa escola procuraram as redes sociais para escreverem textos com conteúdo extremamente pejorativo, desferindo ataques e ofensas, não somente aos estudantes da escola A escola, como também aos funcionários. Diversos são os relatos de falas que, segundo os estudantes, faziam-se no sentido de vincular os estudantes do A escola a atitudes tidas como “marginais”, algo que além de profundamente

³³ Um dos únicos alunos que foi expulso da escola no ano de 2019, teve como motivação de sua expulsão seu envolvimento com o tráfico e durante sua defesa relatou que a escola não era o lugar que servia para ele aprender porque sua escola era na rua, a escola só servia a ele para poder vender substâncias ilícitas.

desrespeitoso e preconceituoso, escancarando o caráter cruel que o racismo institucional toma, quando se aproxima a questão da cor com a marginalidade dos indivíduos.

Percebe-se que muitos estudantes, carregam em seus gestos similaridades com os colegas que habitam esse conjunto habitacional, que preferem conviver com os colegas que são oriundos do mesmo bairro. Dessa forma, Segundo Bourdieu (1997): “se o habitat contribui para fazer o hábito, o hábito contribui também para fazer o habitat através dos costumes sociais mais ou menos adequados que ele estimula a fazer” (p.165). Ou seja, o *habitus*, ao mesmo tempo em que é influenciado pelo espaço de moradia, também influencia esse espaço, formando um ciclo vicioso.

Por meio dos conceitos de Bourdieu, poder-se-ia afirmar que o *habitus* desses estudantes seriam seus trejeitos, seus modos similares de se vestir e falar, que são produto do campus, o lugar onde eles habitam e passam a maior parte do tempo fora da escola. Esses indivíduos adquirem, devido a convivência cotidiana e as situações vividas de forma comunal, modos semelhantes de falar, de andar e de se vestir que são reflexos da vida precária que levam. Ainda que alguns indivíduos tentem se distanciar do estigma de pertencer à aquele bairro, são facilmente identificados pelos seu *habitus* pelos colegas, e estes fazem questão de lembra-los de seu *campus* por meio de violência simbólica; proferindo frases do tipo “Cala a boca que você é dos predinhos”.

Esse conjunto habitacional, além de ser muito distante da escola é um lugar onde a pobreza e a vulnerabilidade social são marcantes. A péssima qualidade do asfalto, as condições insalubres em que os moradores desses prédios estão submetidos, se alinham aos indicadores sociais nacionais. O arranjo familiar dominante nesse lugar é de família desse lugar são constituídas de mulheres pretas e pobres em situação monoparental com os filhos.

[...] todos os indicadores de habitação e saneamento analisados, a situação da população preta ou parda é mais grave do que a enfrentada pela população branca. Isso decorre da associação entre indicadores de moradia e pobreza e da sub-representação da população preta ou parda na população pobre, conforme indicadores da seção anterior. (IBGE, 2018).

Um outro fator que é constante nesse lugar é a violência. Segundo relato dos estudantes que residem nesse conjunto, eles são frequentemente abordados em ações policiais. Tiroteios nessa região, também, são constantes. Houve um episódio que eles relataram que a força tática invadiu esse lugar, agredindo os jovens e arrebentando as portas, acompanhados de helicópteros e com homens armados com fuzis, tudo isso sob a alegação de que iriam apreender drogas e prender traficantes.

Alguns alunos também possuem familiares mortos por meio das ações policiais. No Brasil – país em que a polícia é a que mais mata e morre no mundo; segundo o relatório final da CPI “Assassinato de Jovens” (BRASIL, 2018) – a polícia é a instituição que detém o monopólio do uso legítimo da força e que – teoricamente – deveria servir para proteger a população, contudo, por meio de diversos relatórios e convenções de Direitos Humanos, o que se percebe é que muitos policiais brasileiros se tornaram uma espécie de “comissários da morte”, pois os constantes excessos policiais demonstram a brutalidade e a desumanização desses agentes do Estado. A luz do conceito de **necropolítica** (MBEMBE, 2018), conceito elaborado por Achille Mbembe, a violência que esses jovens negros sofrem cotidianamente é reflexo da necropolítica de estado, na medida em que se justifica essas constantes violências, e por vezes até a morte, desses corpos, sobretudo de corpos negros, como se tais jovens fossem marcados para morrer.

2.4 Os Professores

A maioria dos professores é constituída de mulheres com mais de 20 anos de docência, católicas e evangélicas como a pesquisa demonstrou. A maioria dos professores é alinhada às metodologias de ensino tradicionais, com aulas expositivas e com alta carga de conteúdo teórico. Nessa escola são raras as exceções de professores que se utilizam de metodologias que rompem com a visão tradicionalista de ensino, como por exemplo, utilizando slides em suas aulas, levando os alunos para fora da sala de aula para participarem de dinâmicas, em rodas e conversa ou para a sala de informática.

Em relação as aulas, os alunos evidenciaram uma ausência de discussões que estejam dentro da esfera de questões que abordem conteúdos de cunho mais progressista como questões relacionadas ao movimento LGBTQI+; machismo; feminismo; racismo, dentre outras questões que fazem parte do interesse deles e que são temas pertinentes na atualidade. Em relação a conteúdos relacionados ao racismo estrutural e suas implicações, conteúdo que, mesmo possuindo a devida sustentação legal, como, por exemplo a Lei 10.639/03 – que formaliza a obrigatoriedade das escolas na oferta de conteúdos que tratem a temática do Ensino da África e da cultura Afro-brasileira – não encontram espaço dentro dos planos de ensino dos professores, além de também não serem objeto de discussão nas orientações técnicas, tão pouco nos trabalhos em grupo, os ATPC's.

Além dos aspectos teórico-metodológicos relacionados a exposição dessas questões, os impedimentos e as limitações apresentadas pelos estudantes estão relacionados a uma série

de particularidades que estão imbricados em sua dimensão didática, como as estratégias de ensino, a reorientação da prática docente, a adaptação de conteúdo e a transposição didática. As dificuldades que os professores encontram em ministrar conteúdos de repertórios temático que tenham relação com as transformações políticas e culturais que se processam até a atualidade precisariam ser analisados de maneira mais aprofundada, no entanto iremos analisar esse aspecto de maneira superficial, pois não é nosso objetivo analisar a prática docente de outros professores.

Ressalta-se que a postura política e pessoal de alguns docentes, que, infelizmente, atuam em transversalidade com suas convicções pessoais, contaminando a prática docente com suas visões de mundo enviadas. Alguns docentes, segundo relato dos estudantes, lecionam os conteúdos motivados por inúmeras questões como religiosas; morais; ideológicas e políticas; e quando são questionados pelos estudantes devido a ausência de determinados conteúdos ou pelo trato da temática de maneira enviesada, não conseguem justificar de maneira plausível, ou quando muito, pulverizam determinadas temáticas em meio a outros temas, não atribuindo a importância necessária para temas que são eminentemente relevantes.

Diante do exposto, constata-se que tais questões se demonstram como problemática, pois ao invés de contribuir para desnaturalizar as desigualdades, a instituição educacional passa a contribuir, por meio dessa postura negacionista e/ou omissiva, para que estruturas de dominação e questões sociais como o racismo, a homofobia e o machismo sejam naturalizados e perpetuados.

Em relação ao uso das dependências da escola, alguns professores não-efetivos afirmavam sentir uma diferenciação de tratamento por parte da gestão e dos funcionários efetivos da escola. Uma professora relatou certa vez em uma conversa informal que *não se sentia à vontade para sentar na “mesa maior”, porque sentia que aquela mesa era destinada somente aos professores efetivos*. Nessa escola, na sala dos professores, há duas mesas, uma de vidro bem grande, a que a professora se referiu a “mesa maior”, no centro da sala e uma de madeira mais próximo ao canto da sala.

A configuração da distribuição dos professores nesse espaço geralmente era a seguinte: professores efetivos na mesa de vidro e os professores contratados na mesa de madeira, com algumas poucas exceções. À luz da Sociologia das relações poderíamos estabelecer uma analogia com a obra de Norbert Elias, em que os estabelecidos – os professores efetivos –, ainda que ausentes de diferenças econômicas, sociais ou educacionais,

tendem a fazer distinção dos outsiders – que poderia ser comparado aos categoria O³⁴ –. Na obra de Elias os primeiros negavam o contato com os segundos, exatamente pelo fato de serem recém-chegados.

2.5 A Escola e seu o Entorno

Conhecer a escola e os sujeitos que compõem o âmbito escolar é imprescindível para se compreender a dinâmica dos fenômenos sociais que envolvem esse lugar. Para além de se conhecer os sujeitos da escola demonstra-se muito relevante ampliar o olhar para a comunidade escolar, pois segundo Cândido:

[...] A estrutura total de uma escola é todavia algo mais amplo, compreendendo não apenas as relações ordenadas conscientemente mas, ainda, todas as que derivam da sua existência enquanto grupo social. Isto vale dizer que, ao lado das relações oficialmente previstas, (que o Legislador toma em consideração para estabelecer as normas administrativas), há outras que escapam à sua previsão, pois nascem da própria. dinâmica do grupo social escolar. Deste modo, se há uma organização administrativa igual para todas as escolas de determinado tipo, pode-se dizer que cada uma delas é diferente da outra, por apresentar características devidas à sua sociabilidade própria. (CÂNDIDO, 1974, p.107).

A escola é uma estrutura total, espaço vivo, onde o grupo social se constitui e dá forma à instituição. Nesta perspectiva a escola entendida a partir do olhar sociológico é complexa e sua dinâmica interna só tem sentido se completada pela dinâmica externa. Portanto, os estudantes são protagonistas de suas próprias histórias, ao mesmo tempo, em que são resultados de das relações que carregam das suas diferentes sociabilidades.

Demonstrar aos estudantes a importância de se compreender a escola e os sujeitos que compõem o âmbito escolar, não somente em seu interior, mas também o lugar onde esse espaço está inserido, é fundamental para que exercícios sociológicos como estranhamentos e desnaturalização sejam compreendidos em sua máxima inteireza pelos estudantes, dentro da proposta que se objetivam no Ensino Médio.

Na medida em que os estudantes compreendem o bairro, a escola, a cidade e o país em que estão inseridos, estranhando fatos que lhe são conhecidos empiricamente e

³⁴ Os professores que são admitidos de por meio de contrato são chamados de “Categoria O”, cada ano a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo emite uma portaria que irá normatizar a forma como esses professores são contratados. Esses trabalhadores trabalham sob condições contratuais bem precárias, não possuindo todos os direitos que um professor efetivo possui.

desatualizando-nos, cada vez mais poderão se questionar e compreender cientificamente questões sociais e as instituições sociais que estão imbricadas e compõem esses espaços e a influência que esses lugares exercem sobre eles; compreendendo a maneira como esses espaços os configuram para serem o que são, pensarem da maneira como pensam e influírem na forma como fazem a leitura de si e do mundo.

Nessa direção, o estudo do bairro, dos indivíduos e das dinâmicas que estão presentes neste espaço se demonstram de altíssima relevância, pois a análise de dados por meio dos conceitos sociológicos é uma maneira de desenvolver uma visão crítica das questões ali encontradas. Além de ser um exercício importantíssimo, habitua os estudantes a interpretar o mundo social a partir do instrumental teórico desenvolvido pela Sociologia.

No ensejo de compreender a escola em sua totalidade e não somente analisa-la por meio de suas partes, solicitei aos alunos que elaborassem perguntas para que nós conhecêssemos os trabalhadores e os moradores do entorno da escola. Os indicadores apresentados a respeito da comunidade escolar foram coletados pelos alunos do 2º ano do Ensino Médio. Foram 80 questionários distribuídos para 2 salas que constituem cerca de 80 estudantes. O intuito dessa atividade era de demonstrar a importância da pesquisa científica e de que maneira os pesquisadores conseguem elaborar estudos a partir da coleta e da síntese de dados econômicos, sociais, geográficos etc.

Nesta atividade, realizou-se um esforço de recorte temático, a fim de priorizarmos a coleta de determinados dados que fossem mais relevantes para a nossa pesquisa e que pudessem nos ajudar a aprofundar a análise das condições de vida da nossa comunidade em comparação com os dados da população brasileira. Foram três recortes importantes: trabalho, renda e educação. Após a coleta desses dados os estudantes ficaram responsáveis por tentar comparar os dados obtidos com os índices nacionais de desigualdades de gênero e cor de forma a revelar aspectos importantes dos temas em relação a esses moradores e trabalhadores que compõem nossa comunidade escolar.

Para a construção do questionário algumas etapas foram necessárias. Eu pedi aos estudantes que fizessem algumas pesquisas e sintetizassem em seus cadernos o conteúdo pesquisado. Primeiro que pesquisassem a importância das Ciências Sociais e posteriormente que pesquisassem a diferença entre um problema social e um problema de investigação; diferença entre pesquisa qualitativa e quantitativa. Com os dados transcritos nos cadernos, fizemos uma roda de conversa em que eu apontei algumas que julgava relevante e os indaguei de que forma o pesquisador deve se posicionar durante o trabalho de campo.

Após essa primeira explanação pedi que os estudantes consultassem modelos de questionários socioeconômico e trouxessem para a sala de aula perguntas que eles achassem pertinentes, atuais e relevantes para que nós pudéssemos escolher juntos quais iríamos utilizar para a construção do nosso questionário. Durante 8 aulas nós trabalhamos essa atividade de forma transversal ao conteúdo.

Após a escolha das questões, fomos às ruas e os estudantes se organizaram em grupos de 4 alunos e aplicaram os questionários aos moradores e trabalhadores nas proximidades da escola. Em duas horas os estudantes percorreram aproximadamente 2 km quadrados. A divisão se deu da seguinte forma: eles se dividiram em grupos de 4 alunos e cada grupo recebeu 3 questionários para poderem entrevistar algum morador ou trabalhador. Após duas horas os alunos retornaram com quase todos os questionários respondidos.

Após recolher os questionários, pedi que os alunos descrevessem como foi fazer essa atividade e quais as considerações apreendidas durante o trabalho de campo. Os estudantes se sentiram bastante satisfeitos com a atividade e animados em poder comparar os dados coletados com os índices nacionais.

3.2 Análise dos dados

Com a análise dos dados, espera-se que o estudante, por meio dessa atividade consiga estender a sua capacidade crítica de análise para outros espaços, de modo que esse conhecimento sirva de instrumentos teórico para o auxílio da reflexão e na articulação dessas reflexões e de outras que sejam de natureza semelhante.

Nessa direção, solicitou-se aos alunos que organizassem os dados para melhor compreendê-los. Segundo o relato dos alunos, a maioria das pessoas abertas a conversar eram as mulheres residentes no bairro. Todos os moradores que eles entrevistaram eram brancos e a maioria eram idosos. Eles entrevistaram algumas mulheres negras que se apresentavam como empregadas domésticas e moradoras de locais distantes daquele bairro. Em relação aos comércios próximos a escola, os alunos afirmaram que a maioria dos estabelecimentos comerciais eram de consultórios médicos e pequenos negócios e que a maioria dos donos desses comércios era de homens brancos. Os alunos também foram a um local onde se realizava atividades culturais para crianças carentes. Os estudantes relataram que os monitores e trabalhadores braçais desse lugar eram de mulheres negras e os coordenadores e

professores, constituíam-se majoritariamente de mulheres brancas. Com exceção de um rapaz negro e um rapaz branco, ambos professores de Educação Física.

Ao final dessa atividade, com os dados em mãos, a fim de situá-los da importância dessa disciplina e do papel do pesquisador, eu levei os alunos a sala de informática e pedi que pesquisassem dados nacionais para servirem de fonte de comparação para os dados recolhidos nas ruas.

A nossa principal fonte de comparação foi o conjunto de dados dos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua de 2012 a 2017 e o IBGE 2018. Os estudantes apontaram para semelhanças em relação aos dados relacionados às mulheres. Em geral, as mulheres sofrem mais com a desocupação que os homens, que encontram empregos somente em ocupações de menor remuneração, salvo as mulheres brancas que ainda conseguem chegar a cargos de chefia em número mais elevado que as mulheres pretas. Por meio de um recorte étnico é possível verificar que se ampliam ainda mais as desigualdades, mesmo que o nível de escolarização seja mais elevado, nesse caso pessoas negras recebem em média R\$ 22,30, enquanto brancos na mesma função R\$ 31,90, ou seja, 43,2% a mais para brancos (IBGE, 2018). Triste realidade onde ainda que a população negra consiga diminuir suas desigualdades, cada vez que alcança um nível maior de escolaridade, isso não se torna suficiente para poder equiparar pretos, pardos e brancos em níveis de equidade de oportunidades.

CAPÍTULO 3. ESCOLA E O ENSINO DE SOCIOLOGIA

3.1 Ensino de sociologia e a questão racial em sala de aula

O conjunto de saberes oriundos do campo sociológico se demonstram de altíssima relevância como “instrumentalizador” para os estudantes, pois exerce um efeito bastante positivo sobre suas identidades e sobre sua visão crítica de mundo. A sociologia, quando aliada a outras disciplinas, por meio de práticas pedagógicas didaticamente esclarecidas, como a história, filosofia e a geografia podem contribuir enormemente para a orientação em relação a temática do racismo estrutural e da transformação do olhar dos estudantes promovendo um tipo especial de raciocínio crítico, não somente a essas questões mas em relação a todas as formas de controle do poder e de exploração e subalternização dos indivíduos.

Ciente do papel e da importância das aulas de Sociologia como promotora de transformações e rupturas; e consciente do papel que essa ciência ocupa na matriz curricular desse país, vimos a necessidade de intervenções pontuais por meio do ensino de Sociologia, que foi constatada a partir das indagações dos estudantes em relação a questão e da nítida ausência de conhecimento – ou, por vezes, a noção distorcida em relação aos fenômenos sociais tratados nesse trabalho. Desse modo, por meio da observação participante e da reorientação da práxis, direcionamos esforços em construir conhecimentos nesse sentido, para que os alunos pudessem introjetar e significar os conteúdos dessa matéria de forma dialética. Compreendemos que para tanto, fez-se necessário articular a Ciência Sociológica com os anseios da juventude e seus espaços de socialização; construir, dentre outros objetivos, um diálogo que conseguisse unir estudantes e mobilizar professores; gestão; funcionários e a comunidade escolar; um diálogo que legitimasse a discussão acerca da questão étnico-racial, objetivando a construção de uma sociedade mais justa.

Convergentes aos anseios de nossa pesquisa, nossa perspectiva de trabalho se debruçou em apontar para a possibilidade deste jovem de construir sua identidade sob os pilares da autoaceitação, ao invés da negação de uma imagem positiva de si e de seus pares, com conhecimento crítico em relação ao racismo estrutural, fenômeno social tão característico da nossa sociedade por meio de um ensino que permita que os estudantes negros se tornem conscientes de sua negritude, alinhando tais saberes para além das vivências na escola.

Infelizmente, tratar da questão do negro em sala de aula significa esbarrar em uma série de empecilhos, como a carência de material na escola, a falta de conhecimento de professores e gestores, que, sem dúvidas, são os mais problemáticos. A carência de conteúdo elaborada especificamente para o trato da questão – ou quando muito a presença de materiais que discorrem brevemente a temática – também é um fato que proporciona inúmeras ausências para o desenvolvimento adequado dessas discussões no interior da escola e que necessariamente corrobora para a forma institucional do racismo, pois segundo Gomes e Munanga: “Essas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos, tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipada quanto na ausência da história do povo negro no Brasil.” (GOMES, MUNANGA, 2016, p. 180,).

Os livros didáticos, em geral, evidenciam a presença dos negros apenas no período da escravidão e na condição de escravos, ainda que valorizem sua busca pela resistência e pela rebeldia (SILVA, 2012). É necessário mostrar aos estudantes o protagonismo de africanos e negros no Brasil, através de um novo olhar, que se distancie do olhar do colonizador, suas lutas; sua cultura; suas histórias e toda sua participação na construção dessa sociedade para qual foram trazidos, distantes de suas terras de origem e traçar conexões com a situação política, social e econômica dos negros na atualidade, desnaturalizando e estranhando a posição econômica que os negros ocuparam desde a chegada de seus ancestrais.

Para se tratar especificamente do fenômeno do racismo e suas implicações na sociedade brasileira foi elaborado um plano de ensino bimestral que organizava os conteúdos pautados na matriz de conteúdos de Sociologia que norteia as três séries do Ensino Médio, no qual cada plano continha as particularidades a os conteúdos indicados em cada série.

Foi elaborado – de forma prévia ao início de cada bimestre – Planos de Ensino, discriminando a seleção dos conteúdos, habilidades e competências que deveriam ser desenvolvidos ao longo do bimestre. Esta proposição teve de estar alinhada com os conteúdos normatizados na Matriz de Conteúdos do Estado de São Paulo, com o Currículo de Ciências Humanas e suas Tecnologias e as Orientações Curriculares nacionais, sendo que os conteúdos devem ser pertinentes ao ano/série a ser desenvolvida a temática e a análise da abordagem metodológica dos conteúdos sugeridos, de modo a respeitar os conteúdos básicos da disciplina de Sociologia.

Esse material, também, deve estar alinhado com o material que é fornecido pela SEE, o “Caderno do Professor” e o “Caderno do Aluno”, uma espécie de apostila de conteúdo do programa “São Paulo Faz Escola”. Contudo, devido à ausência desse material na maior parte

do ano de 2018 e da revogação desse programa em 2019, eu optei por não utilizar em 2018 e nem em 2019. Os professores tiveram maior liberdade para poder utilizar outros materiais pedagógicos formulados pelos docentes ou pelos livros didáticos. As mudanças ocorreram em função da transição da BNCC – Base Nacional Comum Curricular – e as mudanças que seriam implementadas depois da sua aprovação.

Em virtude da situação posta, lidar com a ciência sociológica em sala de aula se expressou como um desafio e um compromisso ainda maior, devido à ausência de materiais obrigatórios como o “caderno do aluno”, pois a responsabilidade da escolha e utilização de materiais para o processo de ensino-aprendizagem esteve totalmente sob minha responsabilidade, inclusive a produção e a organização de materiais para avaliação, trabalhos e seminários.

Durante a elaboração de aulas tentei me orientar mediante as particularidades dos estudantes, de maneira a se distanciar de roteiros “arcaicos” e engessados, pautados exclusivamente em livros didáticos e em métodos de ensino estritamente tradicionais, por meio de uma postura autoritarista e naturalizante. Nessa escola, uma postura pautada em metodologia de ensino que estivessem alinhadas as perspectivas das escolas de pensamento tradicional seria inviável, sobretudo pelas dificuldades que esses estudantes possuem em relação as temáticas abordadas na disciplina de Sociologia, algo que foi relatado pelos alunos quando eu me efetivei nessa escola.

Segundo algumas falas eles não entendiam a importância de se estudar temas tão abstratos e que na visão deles pareciam tão distantes, devido à ausência de aplicabilidade e de exemplos que fossem próximos deles. Essa visão foi se modificando rapidamente, e os alunos demonstravam em suas falas e de suas cartas que eles escreviam para mim. Algumas falas dessas cartas se repetiam com frequência como: *“eu sou feliz e grata a Deus pela tua vida, pois o que você me ensinou vai muito além de uma sala de quatro paredes”*; *“Agradeço por ter me ouvido e por todo conhecimento que você me transmitiu sobre as pessoas, sobre o machismo, o racismo, política, economia”*; *“Professora a senhora é nossa fada sensata e eu me sinto muito feliz de saber que o que eu passo é explicado pela sociologia”*, essas falas demonstraram que em pouco tempo de contato, e durante todo o nosso contato, os estudantes sempre afirmavam ter reconhecido a importância de se discutir e refletir questões tão relevantes da sociedade e da vida social.

3.1.2 Teoria Histórico Cultural e o Ensino de Sociologia

Dentro deste dilema e pautando por trilhar o melhor caminho para ensinar e aprender, enquanto tive a incumbência de fazer a escolha dos conteúdos trabalhados e da produção de materiais para trabalhar em sala de aula, eu me ative em me alinhar com a Teoria Histórico Cultural, que ressalta a importância da educação como mediação entre o conhecimento enquanto instrumento de elevação e desenvolvimento das capacidades psíquicas superiores, pautando a minha prática docente em mediações, processo pelo qual os sujeitos internalizam conteúdos que lhe fazem algum sentido, que satisfaçam de certa maneira as suas necessidades. Essa teoria aponta para a importância da qualidade da mediação realizada entre professor e aluno, pois nesse processo o professor se coloca como um profissional de extrema importância, que é parte integrante de um processo de desenvolvimento dos sujeitos por meio dos instrumentos da cultura humana.

A Teoria histórico Cultural de L. S. Vygotsky constitui um referencial quando se pensa na educação como um processo que mobiliza a personalidade integral do aluno, na sua formação como sujeito social e histórico. [...] De acordo com a teoria de Vygotsky, as capacidades humanas não são inatas, mas se desenvolvem durante a vida e se formam durante o processo de assimilação da experiência das gerações anteriores [...] (NUNES, 2009, p. 17 - 18)

Dessa forma, é de nosso entendimento que o professor que ministra a disciplina de sociologia necessita utilizar de sua sensibilidade sociológica para identificar as demandas do público na escola em que leciona e que, ainda, precisa, necessariamente, aliar as teorias sociológicas, ao aporte necessário dos autores clássicos dessa ciência – para viabilizar a prática docente, de modo que o estudante conseguirá compreender a possível relação entre os fenômenos sociais e a realidade conjuntural e estrutural em que ele está inserido, podendo, ser submetido ao constante exercício de reflexão sociológica de desnaturalização e estranhamento³⁵, ampliar seu olhar para fatos sociais consoantes à sua realidade, ampliando

³⁵ “Nas orientações curriculares nacionais (2006) estão apresentados os motivos de se pensar o ensino de sociologia na educação básica a partir de dois movimentos específicos, sendo eles: a desnaturalização e o estranhamento; não por simples escolha aleatória, mas sim por opção metodológica. nestes fragmentos das orientações (2006) percebemos que há uma definição dos sentidos que esses dois conceitos/movimentos devem assumir no ensino médio por meio do ensino de sociologia.” (DANTAS; DIAS, 2019)

sua leitura do campo microssocial ao campo macrossocial, proporcionando aos estudantes o distanciando de leituras distorcidas da realidade, desconstruindo um senso imediatista, superficial, com leituras esvaziadas, reducionistas e opinativas da realidade, distanciando de práticas de ensino “enciclopedistas”, para que as aulas não se tornem, tão somente, a reprodução e a memorização de conteúdos descolados do contexto em que o docente está inserido.

Um papel central que o pensamento sociológico realiza é a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais. Há uma tendência sempre recorrente a se explicar as relações sociais, as instituições, os modos de vida, as ações humanas coletivas ou individuais, a estrutura social, a organização política etc. com argumentos naturalizadores. Primeiro, perde-se de vista a historicidade desses fenômenos, isto é, que nem sempre foram assim; segundo, que certas mudanças ou continuidades históricas decorrem de decisões, e essas, de interesses, ou seja, de razões objetivas e humanas, não sendo fruto de tendências naturais [...]. (BRASIL, 2006, p. 105).

3.2.2 Ensino de Sociologia e o livro didático

O ensino de sociologia surge no Brasil marcado, notadamente, por suas matrizes positivistas, por meio do interesse de militares e opositores, influenciados pelos ideais franceses e revestido de um ímpeto “missionário” de instituir o pensamento positivista em uma nação marcada pela divisão entre republicanistas e monarquistas. Desde seu surgimento o ensino de sociologia enfrentou duros golpes sendo instituída e retirada em diferentes governos sob as mais diversas justificativas. Desde a sua primeira aparição nos currículos escolares, a Sociologia perpassou diversos momentos de instabilidade ao longo da história educacional do país. Antes de seu retorno obrigatório no currículo, as Ciências Sociais sofreram um duro golpe do então presidente da república, o Sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que no ano de 2001 vetou integralmente o projeto de lei 3.178/97 de autoria do Deputado Federal Padre Roque (PT/PR) que tornava obrigatória as disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, sob a alegação de o texto ser contrário ao interesse público, segundo ele:

Assim, o projeto de inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio implicará na constituição de ônus para os Estados e o Distrito Federal, pressupondo a necessidade da criação de cargos para a contratação de professores de tais disciplinas, com a agravante de que, segundo informações da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, não há no País formação suficiente de tais profissionais para atender a demanda que advirá caso fosse sancionado o projeto, situações

que por si só recomendam que seja vetado na sua totalidade por ser contrário ao interesse público. (BRASIL, 2001)

Contudo, o projeto de lei foi aprovado em 2008 e pode contribuir para o retorno da sociologia e da filosofia aos currículos. A publicação dessa Lei representaria uma grande vitória depois de um período de ampla luta por parte de diversos atores políticos e educacionais, porém também significaria o início de grandes reflexões e desafios para o estabelecimento efetivo e para a implementação plena dessa ciência e de todas as suas especificidades. Dentre os diversos desafios institucionais que se colocavam naquele momento para a efetividade do ensino de sociologia no interior das escolas, estava a ausência de materiais didáticos específicos que contemplassem as abordagens e os rigorosos métodos de pesquisa próprios deste campo de conhecimento. A ausência de recursos pedagógicos que abarcassem a especificidade dessa ciência, seus campos de conhecimento distintos, suas tensões e contradições, enfraquecem a construção do processo de ensino/aprendizagem desta disciplina.

Para cada ganho de espaço, outras demandas surgiram, tais como: necessidade de diretrizes e orientações para seleção de conteúdos e métodos de ensino, de materiais didáticos, de professores capacitados, de incremento nas licenciaturas dos cursos de Ciências Sociais, de espaços de formação continuada nas universidades, de elaboradores de questões para as provas de vestibulares, de concursos públicos para professores da disciplina, de professores de Sociologia para as burocracias educacionais, entre tantas outras demandas e desafios que se multiplicaram a partir dessa expansão crescente após 1996. Entretanto, conhecer o campo de luta, que é o currículo, nos ajuda a entender que toda essa expansão não significa consolidação definitiva da disciplina ou de seus conteúdos nas escolas. Lembrar de que como vem ocorrendo a legalização e a legitimação possibilita uma postura mais comedida diante do processo. Postura comedida no sentido de reconhecer que ainda temos que estar atentos às reformas educacionais, mudanças curriculares e alterações na conjuntura política do País e dos Estados. Além disso, é sensato admitir que temos que estruturar as áreas de metodologia e estágio nos departamentos de educação e de ciências sociais para garantir a formação inicial e continuada dos professores, nós temos que multiplicar a produção de materiais didáticos, negociar concursos públicos para professores licenciados na área, desenvolver a pesquisa sobre o ensino da Sociologia, entre outras tarefas. (SILVA, 2010, p. 10).

Segundo o Censo Escolar do ano de 2015 quase a metade dos professores que lecionavam alguma disciplina no Ensino Médio não possuíam formação específica na área.

A disciplina de sociologia sofre ainda mais com a ausência de profissionais formados especificamente para lecionar essa disciplina. Dois anos após a promulgação da Lei que tornava obrigatória a disciplina concomitantemente a disciplina de Filosofia, a revista VEJA publicou uma matéria em que se afirmava que havia um déficit em relação à quantidade de professores com formação específica e a quantidade de estabelecimentos que ofereciam essas disciplinas.

O Congresso Nacional aprovou, no primeiro semestre, duas leis que incluem novas disciplinas nos currículos da educação básica: filosofia, sociologia e música. O problema é que faltam professores para ministrar as matérias, de acordo com um estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes). Diz o órgão que o Brasil tem hoje 31.118 profissionais atuando como professores de filosofia, sendo que, desse total, apenas 23% têm formação específica. Na sociologia, são 20.339 professores atuantes, sendo 2.499 licenciados (12%). Não há números sobre a área de música. (AMOROZO, 2008)

O ideal seria que todos os profissionais que lecionam a disciplina de Sociologia tivessem formação específica na área, sendo inadmissível que profissionais licenciados em outras áreas, principalmente se não fossem licenciados, ministrassem a disciplina. É necessário que professor que ministre essa disciplina possua arcabouço teórico específico para o trato das questões que envolvem essa ciência, além de planejamento específico embasado por teorias metodológicas específicas da área de ciências humanas, para realizar a adequada mediação da compreensão da realidade observável, tornando possível o desenvolvimento nos estudantes de uma visão sociológica, pautada no rigor científico necessário que proporcionem a construção e o desenvolvimento das habilidades ensejadas para a apreensão dos conteúdos da sociologia.

3.3 A sociologia e os materiais escolares

As idas e vindas da Sociologia no currículo secundarista fez com que houvesse constantes cisões na elaboração e no aprimoramento de livros didáticos e materiais escolares voltados para o ensino de Sociologia nas escolas, isso gerou uma série de problemáticas que incidem em problemas atuais. Desde seu retorno como disciplina obrigatória no Ensino Médio – que ocorreu em 2008 – a Sociologia foi incluída no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) somente em 2012.

O PNLD 2012 teve significação especial para a área de Sociologia, pois foi a primeira vez que foram avaliados e distribuídos livros da disciplina desde

seu ingresso como componente curricular obrigatório no ensino médio, no ano de 2008. A importância do PNLD e seu caráter inédito no campo da Sociologia nos fazem supor que os livros inscritos nesse processo são amostra significativa da produção de didáticos da disciplina em todo o Brasil no período de 2009 e 2010, imediatamente após a reintrodução da Sociologia no sistema escolar brasileiro. (MEUCCI, 2014).

Durante um hiato de 4 anos os professores que ministravam essa disciplina se encontravam em situação de total ausência de materiais pedagógicos físicos e específicos como suporte ao conteúdo ministrado em sala de aula. Somente em 2012 teve a primeira chamada pública para que os autores pudessem participar do PNLD, ocasião que oportunizou aos professores que ministravam a disciplina de Sociologia ter o direito de escolher o material que iriam utilizar como apoio pedagógico em sala de aula.

3.3.1 O livro didático e a disciplina de Sociologia

Para o desenvolvimento das temáticas e as atividades previstas foi utilizado o livro didático como apoio pedagógico. A utilização de livros didáticos em sala de aula é uma prática comum entre os docentes da Educação Básica. O livro didático, em geral, é utilizado como material de apoio para a preparação de aulas, na resolução de exercícios e nas práticas de leituras dos alunos. Infelizmente, em geral, os professores das escolas públicas vivem um cenário de escassez de recursos de apoio pedagógico, o que faz com que o professor, por vezes, se utilize irrestritamente do livro didático.

No entanto, o uso desmedido do livro didático, sem o apoio de metodologias científicas e a sensibilidade sociológica do docente, não se caracteriza de forma suficiente para que se desenvolva nos estudantes a capacidade crítica de estranhamento e desnaturalização. É necessário, para uma prática docente politicamente consciente, que o professor responsável pela disciplina de Sociologia carregue consigo a responsabilidade de proporcionar nos estudantes – dentre outras responsabilidades – a reflexão acerca das desigualdades e as questões latentes constituídas no interior da escola e nos processos de socialização em que esses jovens estão inseridos, de modo a proporcionar a ampliação de seu olhar para além do senso comum, desenvolvendo a visão crítica nos jovens.

O Currículo de Sociologia para o Ensino Médio tem como principal objetivo desenvolver um olhar sociológico que permita ao aluno compreender e se situar na sociedade em que vive. Para isso, toma como princípios orientadores a desnaturalização e o estranhamento. Ou seja, a

recomendação de recusar os argumentos que “naturalizam” ou veem como naturais as ações e relações sociais e que impedem de percebê-las como produtos da ação humana na história [...] (BRASIL, 2010, p. 135)

Durante as aulas de Sociologia a utilização do livro didático como recurso pedagógico foi precedido de um processo de sondagem pedagógica, em que o docente analisa os conhecimentos prévios dos alunos em relação ao tema ou ao conjunto de temas que deverão ser trabalhados e a aceitação das atividades propostas no material em relação aos interesses e dificuldades dos estudantes, para averiguar previamente se há possibilidades de rejeição dos alunos em relação à temática e/ou material e as possíveis adaptações que poderão ser feitas para a viabilização do trabalho docente. Por isso, deve ser utilizado como instrumento jamais como único recurso pedagógico, pois, é necessário que os professores se pautem em outros parâmetros científicos e pedagógicos necessários para a construção do processo de ensino/aprendizagem, pois na medida em que o professor olhar para o material didático de forma crítica mais ele conseguirá distinguir maneiras e usos adequados a realidade em que ele estiver inserido.

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. Na maioria dos casos, praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável que consistiria, por um lado, em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral; e por outro lado, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana. (MUNANGA, 2005, p. 15).

Infelizmente, não tive contato com nenhum livro didático que estivesse livre dessa visão “ocidentalizada” da realidade social. Durante o ano de 2018 e 2019, devido às disciplinas do mestrado, em especial a de Metodologia de Ensino, eu tive a oportunidade de analisar grande partes das obras de Sociologia do PNLD de 2015, a análise do material

relevou os limites em relação ao ensino de temáticas como “Continente Africano”; “Cultura Africana”; “Racismo”; “Preconceito e discriminação racial”, dentre outros assuntos pertinentes das relações étnico-raciais. Alguns livros continham uma insuficiência de conteúdo, quando muito, ou a quase ausência dessas questões, sendo tratadas como temáticas de menor relevância ao mesmo tempo que se eleva a importância, somente, de autores clássicos, estadunidense e europeus das Ciências Sociais.

O livro didático pode servir como auxiliar para os professores na construção do plano de aula, para que possam escolher atividades diferenciadas ou até mesmo contribuir no melhor aproveitamento de tempo em sala de aula, da mesma forma que pode dificultar o processo de ensino e o processo de aprendizagem ao não estar de acordo com os objetivos traçados pelo professor, distanciando-se da proposta de ensino e limitando as possibilidades de exploração de conceitos.

Sabemos que não existe o livro didático perfeito, justamente porque ele se constitui num artefato cultural que de alguma maneira deve expressar em suas páginas os conhecimentos, os saberes e as experiências dos estudantes, dos professores e da escola pública de seu tempo. Achemos que é com esse espírito que os autores e autoras dos livros didáticos devem se armar para a escrita do livro didático de Sociologia. (BRASIL, 2017)

Através da análise do livro didático presente nessa escola pode-se perceber a importância que os aspectos pedagógicos (conteúdos e suas atividades) e científicos (teóricos e conceituais) de um livro didático para que seja feita a escolha mais coerente possível, levando-se em consideração uma infinidade de questões que estão inerentes ao processo de ensino-aprendizagem e a realidade social em que o docente esteja inseridos, todos esses aspectos devem ser considerados na escolha do livro como recurso auxiliar no processo de mediação dos conhecimento sociológicos.

Nesse sentido deve-se ressaltar a importância de se trabalhar conteúdos que contemplem as especificidades dos alunos no ensino de se adequar os conteúdos contidos no livro didático à realidade da comunidade escolar onde ele será utilizado. Pois, ainda que a análise da banca do PNLD seja criteriosa, um material pedagógico é produzido apartado da realidade em que ele será utilizado – por vezes – se distanciando não somente de forma física, mas também temporal, pois não é possível a produção de materiais didáticos em larga escala que contemplem as problemáticas vividas em diferentes realidades existentes, de modo a respeitar as especificidades de cada escola.

Uma análise de conteúdos por meio do olhar crítico do(a) professor(a) já pode determinar o direcionamento necessário de conteúdo para seu público e, na medida do necessário, reformulá-los, de modo a atender mais democraticamente as diversas questões a serem refletidas em conformidade com a realidade conjuntural da escola e da comunidade.

Compreendemos a importância de o docente ser subsidiado por materiais pedagógicos, pois a realidade é que muitos professores não possuem formação adequada para a produção de materiais didáticos – o que ao nosso ver seria o ideal – ou sofrerem com a ausência de recursos para produção de materiais, como computador, impressora etc. Somado ao fato que grande parte das escolas sofrerem pela ausência de docente de sociologia ou de docentes que atuam sem a formação específica – advogados, assistentes sociais dentre outros – em Ciências Sociais.

Ressaltamos a relevância que o livro didático possui frente ao atual cenário educacional, pois tal recurso constitui-se como um instrumento, por vezes o único, para o processo de aprendizagem, ainda que o ideal fosse que houvesse a existência e a viabilidade de outros recursos didáticos para que o professor pudesse conjugar a construção do conhecimento sociológico a outras ferramentas pedagógicas. Nesse sentido é papel importantíssimo do professor construir em conjunto com os estudantes práticas de ensino que ensejem uma educação para as relações étnico-raciais, dando ênfase para os aparatos legais e o diálogo com diferentes atores, dentre eles o movimento negro, que sempre assumiu o protagonismo de defender o acesso à educação pela população negra. Acesso entendido como um direito e, ao mesmo tempo, como alavanca de superação do racismo.

3.3.2 Sobre o livro “Sociologia em Movimento”

Embora tenha clareza da necessidade de escolher o material didático-pedagógico mais pertinente à realidade escolar, um dos poucos materiais pedagógicos disponíveis nessa escola – e em geral em grande parte das escolas públicas – é o livro didático. Para elucidar o percurso formativo acerca do assunto “racismo e antirracismo” faremos uma análise do material utilizado no conjunto de aulas que compõem o Plano de Ensino aqui demonstrado, de modo a elaborar uma discussão a respeito dos limites desse material didático em consonância com aquilo que normatiza a lei 10.639/03 e as Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais.

O livro disponível na escola em que ocorreu esse estudo de caso é o “Sociologia em Movimento”, do ano de 2016, os autores colaboradores dessa obra são: Afrânio Silva; Bruno Loureiro; Cassia Miranda; Fátima Ferreira; Lier Pires Ferreira; Marcela M. Serrano; Marcelo Araújo; Marcelo Costa; Martha Nogueira; Otair Fernandes de Oliveira; Paulo Menezes; Raphael M. C. Corrêa; Rodrigo Pain; Rogério Lima; Tatiana Bukowitz; Thiago Esteves; Vinicius Mayo Pires. O livro é volume único e é produzido pela editora Moderna e está em sua 2ª edição.

O livro é dividido em 6 unidades e 15 capítulos. Alguns elementos constitutivos dessa obra são “abertura da unidade” que apresenta o tema a ser trabalhado na unidade; “abertura de capítulo” que relaciona os objetivos e as habilidades a serem alcançados ao fim da leitura do capítulo; “cronologia” com uma linha do tempo que reúne fatos e datas históricas pertinentes a compreensão do tema da unidade; “saiba mais” introduz informações complementares ao assuntos tratados nos capítulos; “considerações sociológicas” essa seção traz alguma reflexão dentro de um quadro propondo uma reflexão e por vezes indica algum tema para discussão em sala de aula; “interfaces”; “glossário”; “direito e sociedade”; “quem escreveu isso”; “atividades”; “indicações”; “movimentação”.

As seis unidades estão em na seguinte sequencia por título: 1 – Sociedade e conhecimento: A realidade social como objeto de estudo; 2 – Cultura e Sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas; 3 – Relações de poder e movimento e sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea; 4 – Mundo do trabalho e desigualdade social. 5 – Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas; 6 – A vida nas cidades do século XXI – questões centrais de uma sociedade em construção.

Para a análise desse livro seguiu-se o guia disponibilizado pelo PNLD, na “Ficha de Avaliação”, que “contém questões que abordam os critérios de avaliação dos livros contidos no Edital de Convocação para Inscrição no Processo de Avaliação e Seleção de Obras Didáticas para o programa Nacional do livro didático 2018 – Ensino Médio” (BRASIL, 2018), utilizaremos também as informações que serão elencadas por meio das próprias informações fornecidas pelo livro.

3.3.3 Conceitos, Teorias e Abordagens

Em suas abordagens o livro traz diversos recursos didáticos para o professor desenvolver nos estudantes a sensibilidade sociológica e o conhecimento necessário para

alargar os horizontes críticos dos alunos através do tratamento temático, conceitual e teórico das questões abordadas ao longo das unidades. Há, também, vários recursos que podem ser trabalhados de acordo com a série/ano dos alunos, para o leitor poder se aprofundar e desenvolver as habilidades necessárias para sintetização do conteúdo como gráficos e infográfico; Linha cronológica de fatos e autores relativos ao assunto tratado na unidade; imagens; dados do IBGE; textos didáticos; instrumentos jurídicos (trechos de leis e artigos); charges; tabelas; dados do PNDA; exercícios de fixação; pesquisas; proposta de debates; temas para roda de conversa; exercícios para o vestibular; sugestões de livros, filmes etc. Nota-se que as páginas são organizadas com fotos e quadros explicativos e os textos sempre vem acompanhados de imagens para elucidar o conteúdo. As 6 unidades trazem nomes imprescindíveis nas Ciências Sociais, perpassando por Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, além de trazer discussões atuais como identidade cultural, movimentos sociais e pós-modernidade.

Em cada início de capítulo o livro convida o leitor a questionar a refletir sobre alguma situação real e em seguida apresenta teorias científicas, conceitos e categorias; autores; fatos históricos e dados científicos que se relacionam com o fato exposto. As atividades propostas não estão somente no campo das atividades teóricas de vestibular, pois o livro traz uma gama considerável de recursos que podem ser utilizados para estimular o estudante a se interessar pela disciplina. Porém, algumas das atividades sugeridas pelo livro são de difícil execução, no que tange a questão da pesquisa sociológica, mas também tem propostas e pesquisa mais simples e de fácil execução, que possuem reflexões que podem promover o desenvolvimento de um olhar analítico para a vida social.

Ainda que um material muito amplo e que contemple muitos temas que são extremamente relevantes nas Ciências Sociais, alguns textos desse livro não possuem alusão clara as teorias que foram utilizadas para a sua composição; os autores clássicos não podem ser facilmente identificados pelo docente que não tenha apreensão teórica desses autores – o que pode vir a comprometer o direcionamento e o aprofundamento de determinadas discussões por falta de rigor – isto pode implicar em um olhar superficial, por parte dos estudantes, em relação à questões que possuem grande relevância no âmbito social, embora esteja presente no manual do professor as bibliografias utilizadas para a composição do texto, faz-se necessária a complementação desses textos para a ampliação da compreensão das Ciências Sociais. Contudo, alguns textos contém uma pormenorização de explicações

conceituais, o que facilita na compreensão da linguagem científica, sem perder de vista o rigor necessário para que o estudante não desenvolva um olhar “vulgar” das Ciências Sociais.

Cada unidade é iniciada por um texto-síntese, que introduz noções prévias acerca do assunto a ser desenvolvido ao longo da unidade. As páginas introdutórias também trazem fotos de notícias como forma a provocar o leitor a refletir. Os três capítulos iniciais da obra apresentam e discorrem os parâmetros teóricos da obra, o quarto capítulo de cada unidade traz a produção científica e textos que remetem ao contexto dos autores que escreveram conceitos que são citados ao longo das primeiras páginas.

3.4 O livro “Sociologia em Movimento” e a questão racial

As diversas questões que envolvem a produção e a sistematização de saberes científicos transpondo-os para saberes escolares – a didatização de conteúdos científicos – faz parte de uma reflexão ampla em diversas áreas da docência e de diversos âmbitos científicos. A transposição didática de conteúdos científicos exige do docente um amplo conhecimento de determinados temas, além de um extenso arcabouço teórico e pedagógico, para que as estratégias didáticas mobilizadas pela prática docente sejam efetivadas por meio da instrumentalização dos conhecimentos escolares pelos estudantes. Nessa perspectiva, o livro didático se constitui como ferramenta importante para auxiliar o professor nesse processo.

Nesse sentido, na ausência de conteúdos que tenham sido adaptados para conhecimento escolar dificulta o trabalho dos professores, pois, ainda que o ideal fosse que os professores tivessem conhecimento científico sobre inúmeros conteúdos que são ministrados no âmbito escolar a realidade se apresenta distante do plano ideal. Por exemplo, em relação ao livro “Sociologia em Movimento”, por exemplo, o docente que opta por utilizar esse livro se depara com a ausência de conteúdos com a temática do negro e do africano.

O tema negro, racismo e discriminação aparece na unidade 3 no capítulo “Cultura e Ideologia”. Embora esse capítulo se debruce a discutir a violência simbólica, não há qualquer menção as violências de cunho étnico-racial, e não menciona o fenômeno do racismo.

As unidades 1 e 2 são as quais se dispõem a tratar de temas fundamentais do campo da Antropologia, trazem desde conceitos básicos da Ciência até discussões mais complexas, respeitando o nível de ensino para o qual ela se propõe. Algumas das questões trazidas no

livro são: etnocentrismo, sociedade, cultura, diferença, alteridade entre outros. Algo a se destacar é que o livro traz autores da Antropologia Brasileira e também traz autores contemporâneos.

No capítulo 3 dessa unidade – Escolas Antropológicas, em que elucida um breve histórico do surgimento da antropológica e em uma linha conecta o tema evolucionismo a colonização da África e da Ásia. No subcapítulo etnocentrismo e relativismo cultural há uma menção as religiões de matriz africana. O capítulo 5 “Raça, etnia e multiculturalismo”, é somente o único capítulo em que se encontra elucidações e referencias claras ao fenômeno do racismo e suas problemáticas. No entanto, mesmo nessa unidade há uma ausência considerável de intelectuais negras e negros.

O destaque é destinado a autores brancos como Florestan Fernandes. No capítulo 1 o texto traz em sua introdução uma notícia sobre uma situação de discriminação vivida pelo editor estadunidense Jhonatan Duran e induz o leitor à reflexão em relação a frases que corroboram com o preconceito étnico-racial. No fim das duas primeiras páginas do capítulo há uma linha histórica que expõe fatos institucionais acerca da luta dos atores negros.

O título 2 “Preconceito, discriminação e segregação” ressalta a importância de se desnaturalizar esses três fenômenos. O subtítulo preconceito traz noções conceituais acerca do termo. Há também um subtítulo intitulado “discriminação”, que tenta diferenciar preconceito de discriminação, e traz em seu corpo uma notícia sobre discriminação em que uma empresa destacava a cor da pele das funcionárias para apresentar aos clientes. Em meio aos textos se misturam dados jurídicos e estatísticos. O quadro “saiba mais” tem um texto em que discorre sobre os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros destacando o princípio da igualdade. Há também, dados, tabelas, gráficos e infográficos, da cartilha elaborada pelo instituto brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) em conjunto com o observatório da cidadania sobre ações afirmativas e sistemas de cotas.

Além dessas informações há um quadro de saiba mais com o título “discriminação contra nordestinos”, um sobre “dia internacional para a eliminação da discriminação Racial” e outro sobre “Apartheid”. O capítulo “raça, racismo e etnia: Aspectos socioantropológicos” em que tem os subtítulos: “teorias raciais e eugênicas”; “a teoria da democracia racial”; “etnia: o reconhecimento das diferenças” e um quadro de saiba mais com o título “A Unesco e a questão racial”.

O capítulo: “multiculturalismo, interculturalidade e ação afirmativa” é constituído por textos que trazem alguns conceitos da Antropologia acerca da homogeneidade cultural e problematiza a questão das cotas raciais. Dentro do capítulo há um quadro de “saiba mais”

com o título “crime de racismo e xenofobia em universidade paulista”, há também o quadro “quem escreveu isso” com um dos raros sociólogos negros presentes nesse livro, que é o intelectual Ahyas Siss, pesquisador e professor do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e indígenas (LEAFRO). O destaque dentro desse capítulo é de um quadro “considerações sociológicas” com o título “um debate sobre as cotas raciais” que traz um breve histórico da implementação da Lei 10.639/2002. As páginas seguintes trazem uma página inteira propondo uma sugestão de debate sobre a Lei 10.639 e uma interface interdisciplinar que traz uma sugestão de discussão sobre “raça e desempenho esportivo: uma falsa polemica à luz das ciências humanas e das ciências naturais.

Na página 242 no capítulo 3: “Brasil: a interpretação da pobreza e o cenário de mudanças e permanências socioeconômicas no subcapítulo “As desigualdades de gênero e de raça no Brasil” – há um texto que expõe dados e analisa de forma interseccional a situação de desigualdade de mulheres negras e mulheres brancas. Além de imagens e charges há destaque também para uma tabela de “rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal, segundo a cor de raça, por regiões metropolitanas (em reais) – a preços de dez/2013” que correlaciona a cor com os rendimentos recebidos em relação a totalidade do rendimento médio por Estado e há um gráfico sobre a “desigualdade de entre os jovens”, retirada da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios que compara o índice de escolarização entre jovens negros e brancos. No fim do texto há um gráfico que traz o percentual de negros na população desempregada.

Após diversos capítulos, nos últimos capítulos do livro o tema raça retorna no capítulo “Gêneros, sexualidade e identidades no texto 5 “Interseccionalidades: raça, classe e gênero: em que se discute a perspectiva do feminismo e os recortes de raça dentro desse movimento, em que texto que traz um quadro – bem tímido – de “Quem escreveu sobre isso “de Letícia Gonzalez, brasileira, mulher e intelectual e militante. Essa é uma das únicas referências a uma mulher intelectual negra no livro todo.

3.4.1 Analisando as contribuições do livro

As discussões sociológicas contemporâneas estão em constante diálogo com as teorias sociais clássicas fundadoras, mostrando-nos que discussões oriundas das ciências humanas se consolidaram enquanto produto de seu tempo e em sintonia com as inquietações engendradas pelos ideais revolucionários aventados pelas modificações profundas causadas pela sucessão de revoluções que promoveram rupturas estruturais que modificaram as

relações materiais vigentes. Dessa forma, destaca-se a importância de teóricos de escolas que fizeram nome nas Ciências Sociais, como a Escola de Chicago, a Escola de Frankfurt e de autores clássicos como Marx, Weber e Durkheim. Contudo, ainda que se reconheça a importância desses autores para compreensão das teorias sociológicas atuais, é relevante que se atribua destaque não somente a figuras europeias e estadunidenses como se tem feito ao longo da institucionalização do ensino de Sociologia nas universidades, com currículos em que se atribui grande destaque para essas figuras ocidentais e o silenciamento de outros sujeitos relevantes para as ciências sociais.

No livro *Sociologia em Movimento*, por exemplo, são poucas as passagens em que de fato há uma visão pautada no que Nilma Gomes denomina “Sociologia das Emergências”, em que os intelectuais negros tem espaço para exporem suas reflexões, pelo contrário, são centenas de páginas dedicadas exclusivamente para a elevação das correntes sociológicas e filosóficas europeias e estadunidenses. Ainda que se trata de um livro brasileiro, produzido para ser utilizado em escolas brasileiras, não se há destaque relevante a intelectuais brasileiros, o que, ao meu ver é uma postura que merece ser refletida, pois nossa tradição intelectual das ciências sociais possui inúmeros intelectuais de grande renome como a grandiosa Lélia Gonzalez; nossa ex-ministra Nilma Lino Gomes e Sueli Carneiro, dentre outros de grande renome como Artur Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Milton Santos, Oracy Nogueira dentre outros diversos, muitos ausentes nessa produção e outros com um mísero quadro no canto da página.

Neste material didático, nas poucas páginas destinadas a compreender sociologicamente os mecanismos que reproduzem o racismo, o negro é tratado apenas como um objeto de estudo, o que distancia a possibilidade dos educandos de atenderem suas inquietações e conseguirem dar sentido as problemáticas que eles se deparam cotidianamente, o que do ponto de vista da Teoria Histórico Cultural seria um problema, pois se os estudantes necessitam de processos de mediação para significarem suas inquietações.

Em seu trabalho de mestrado Wellington Santos faz uma análise da maneira como diversos livros didáticos do PNLD de 2015 abordam a questão da temática étnico-racial e negra e constata algo que vai no sentido das análises aqui apresentadas em relação ao livro “Sociologia em Movimento”;

O mesmo não acontece, por exemplo, quando se trata de discutir eventos históricos que marcaram, acima de tudo, a sociedade europeia e sua relação de poder com o resto do mundo. De tal maneira que, todos os livros didáticos da pesquisa reservam muitas páginas – quando não capítulos inteiros – para debater a Revolução Industrial, Revolução Francesa e todas

as transformações sociais possíveis através de marcos referenciais brancos (europeus e estadunidenses). (COSTA, Welligton, 2017, p.108).

Há também de se destacar a absoluta ausência de grandes revoluções e eventos que exaltem a figura do negro como a Revolta da Vacina e a Revolução Haitiana. Esse ponto, ao meu ver, é um dos mais problemáticos. Aqueles que leem esse livros didáticos e os professores que pautam sua atuação docente exclusivamente nesses livros, transmitem a ideia de que os negros somente foram escravizados, quando muito, lutaram pela sua liberdade – embora a ideia da princesa benfeitora seja muito presente no imaginário dos estudantes – tudo aquilo que se considera como heroico e revolucionário foi protagonizado por homens brancos.

Além de compreender as limitações de um material didático, qualquer que seja, é necessário ressaltar que os docentes, sobretudo da área de Ciências Humanas devido a quantidade menor de materiais didáticos produzidos se comparado com as disciplinas das áreas de ciências exatas e biológicas, precisa desenvolver um repertório variado de recursos a serem utilizados durante as aulas, como, por exemplo: aulas expositivas, seminários, trabalho em grupo, visitas etc. Sempre se indica a importância de se desenvolver a criticidade dos estudantes, contudo há uma altíssima relevância em se adotar uma postura crítica, enquanto docente, em relação a sua própria prática docente.

Dessa forma, o conhecimento acerca de conceitos fundamentais e estratégias didáticas são de grande relevância para a compreensão da ciência sociológica e da sua importância como disciplina presente na grade curricular do ensino médio brasileiro. Evidentemente que qualquer livro didático possui uma série de limitações e que muitas são corrigidas com as críticas que lhe são feitas, contudo, nosso intuito aqui não é servir de carrasco, tão pouco somente apontar as falhas, mas sim, objetiva demonstrar algumas questões a fim de promover reflexões sobre as limitações desse material didático e as eventuais dificuldades que os docentes podem enfrentar na utilização desse material.

CAPITULO 4 - A ESCOLA E O RACISMO

4.1 O Racismo percebido e vivido – professores e alunos

Durante os anos que trabalhei nessa escola, presenciei diversas situações em que estudantes não se sentiam representados em falas de alguns professores e profissionais que se dispunham a falar sobre alguma temática que houvesse discriminação, pois, por vezes, eles percebiam que além de uma falta de tato com a temática a ser desenvolvida, havia, uma carga pesadíssima de opiniões de cunho meramente pessoal, destituídas de qualquer cientificidade, causando comoção e questionamento por parte dos estudantes presentes. Infelizmente, com a aplicação dos questionários evidenciou-se uma lacuna em relação, não somente à formação dos professores dessa escola, mas também em relação ao conteúdo previsto na lei 10.639/03.

As relações ali presentes são reflexos de uma sociedade estruturalmente e institucionalmente desigual, que funciona sob pilares discriminatórios. A pesquisa conseguiu nos elucidar que – ao contrário do que os sujeitos ali presentes acreditam – a dinâmica das relações raciais nessa escola expressou ser permeada por conflitos problemáticos e emblemáticos, embora o imaginário dos sujeitos que convivem nesse espaço escolar esteja configurado, nitidamente, sob as falácias que dão forma ao mito da “democracia racial”, em que a imagem da convivência harmoniosa entre todos aqueles sujeitos se demonstraria, supostamente, de forma democrática e pacífica cotidianamente.³⁶ Percebe-se que as falas revelam como aquilo que já avançou do ponto de vista da história e da própria ciências sociais, na realidade social é reinterpretado, como uma expressão muito forte do desdobramento do mito da democracia racial, que mascara as verdadeiras faces da opressão que racismo constrói.

Em contramão de retrocessos como esses, a Lei 10.639/03³⁷ foi um importante passo na busca do reconhecimento da importância da cultura negra e da ancestralidade africana, pois ela garantiu legalmente espaços nas aulas para que os educadores pudessem construir caminhos que tornassem possíveis elucidar, não somente o sofrimento e as inúmeras

³⁷ A sanção da Lei nº 10.639/2003 e da resolução CNE/CPI/2004 é um passo inicial rumo à reparação humanitária do povo negro brasileiro, pois abre caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir danos materiais, físicos e psicológicos resultantes e das formas conexas de discriminação (BRASIL, 2004, p. 22)

injustiças que o povo africano e seus descendentes passaram fora de suas terras, devido à ampla exploração de seus corpos em virtude de um complexo sistema econômico, mas também que estudantes – e a sociedade em geral – consigam identificar o nexo existente entre esse sistema de exploração, que durou séculos e a consequente omissão do governos que sucederam esse sistema escravagista, que permaneceram inertes perante as barbáries ocorridas em terras brasileiras e as condições precárias de existência, que a população negra enfrentou e ainda enfrenta. Contudo, na medida em que se afere que a maior parte dos professores das escolas em geral, especialmente nas públicas pelo público que recebe, desconhece o teor dessa lei, esses dados nos indicam uma demanda urgente, a de fiscalização da aplicação dessa lei e o respeito a seu conteúdo.

Segundo a pesquisa que apliquei aos professores que consta no APENDICE C, a maioria dos professores exerce à docência há mais de vinte anos como apontou a pesquisa, 37% dos professores, sendo que 18% afirma nunca ter tido contato com a referida lei, 55% não teve contato na formação, mas teve somente na escola e 18% teve contato por meio da formação. Quando a pergunta foi **“Você acredita que seja função da escola trabalhar a questão do racismo/discriminação étnico-racial visando sua superação na sociedade?”**

(1) *Sim*

(2) *Sim.*

(3) *Plenamente.*

(4) *Praticamos esse trabalho de tentar superar o racismo*

(5) *Sim*

(6) *Não só dá escola e sim da sociedade como um todo.*

(7) *Sem dúvida.*

(8) *Como função não, pois se houvessem respeito de uns pelos outros nada disso seria necessário.*

(9) *Sim, da escola e da família.*

(10) *Somente com o conhecimento das religiões poderemos diminuir o preconceito.*

Ainda que muitos professores tenham respondido afirmativamente, acreditando ser papel da escola fazer discussões que ensejam uma sociedade mais justa e igualitária, algumas ainda representam uma certa incompreensão acerca do papel da escola e das disciplinas na formação dos indivíduos e de sua importância na construção de espaços que permitam que os estudantes possam desenvolver uma visão crítica sobre um passado de desajustes e injustiças que engendrou uma situação estrutural de desigualdade e que modula as relações passadas e presentes.

Chama-se atenção também ao papel central que a religião ocupa no pensamento de alguns indivíduos, que norteiam suas ações partindo, por vezes, não de critérios científicos, mas sim de critérios morais e religiosos. Isso é uma questão problemática, pois essa mentalidade engessada em relação a questões sociais centrais, são negligenciados, levando-se em consideração a composição racial do grupo atendido essa postura torna-se um amplificador das tensões raciais no interior dessa escola.

Embora não sejam recorrentes – pelo contrário, ações dessa natureza eram raras, por parte de outros professores – houve um certo esforço, mesmo que bastante tímido, por parte de alguns poucos professores em realizar ações pedagógicas para que se implementasse e se viabilizasse ações que objetivassem a reflexão acerca das diversas formas de discriminação como racismo, homofobia e machismo. Contudo havia também um presente incomodo por parte daqueles professores que não se pronunciavam favoravelmente diante de questões dessa natureza, o que tornava ações de natureza simples algo bastante conturbado devido a comoção que atividades que envolvessem essas temáticas causavam entre os professores e os funcionários.

As ações realizadas nesse sentido, ainda que bem intencionadas, claramente careciam do necessário embasamento pedagógico, aporte teórico e epistemológico, sendo elaborados, por vezes por professores ou profissionais sem o devido cuidado científico e metodológico adequado para discussões desse aporte, incidindo em falas carregadas de senso-comum o que contribui para um cenário em que além de não se minimizar e desconstruir pensamentos e atitudes discriminatórias, causam desconforto e confusão em seus interlocutores, devido a pluralidade e diversidade imensa de ideias dessa natureza.

Há ainda uma dificuldade ainda maior quando se discute a questão do ensino da África. Alguns professores além de possuírem um total desconhecimento em relação a lei 10.639/03, ignoram totalmente saberes relacionados, além de não expressarem nitidamente a intenção em tentar adequar suas disciplinas para o trato da temática, isso somado a ausência – ou a insipiência – da temática nos materiais disponíveis nas escolas.

Todas essas questões apresentadas somadas aos preconceitos trazidos pelos estudantes, dificulta sua desconstrução e facilita a sua reprodução, sendo a disciplina de Sociologia, por vezes, a única a trabalhar essas temáticas. Entretanto não basta apenas “pincelar” esse tema, é preciso que o professor(a) possua rigor teórico e conceitual em realizar a mediação didática adequada desse conteúdo, para que não se incorra em um efeito mais deletério para a temática, que é a da perpetuação de equívocos e distorções, de modo ampliar os preconceitos. Ressalta-se então, segundo o professor Kabenguele e a professora

Nilma, que alguns fatores são responsáveis pela perpetuação de equívocos que recaem sobre a imagem e a história do continente africano, de sua cultura e da história dos africanos no Brasil alguns deles são:

- (1) a existência do racismo em nossa sociedade, produzindo e disseminando uma visão negativa sobre o negro. Expressões marcantes do racismo podem ser percebidas nas piadas racistas formuladas no dia a dia e na associação que muitas pessoas fazem entre negro e criminalidade. Negro e pobreza; negro e sujeira, dentre outras;
- (2) a falta de divulgação de pesquisas e livros que recontam a história do negro brasileiro, destacando-o como sujeito ativo e não como vítima da escravidão e do passado escravista. Basta pensar quantas vezes ouvimos ou lemos sobre líderes negros que atuaram nos movimentos de luta durante e após a escravidão; quantas vezes participamos de debates com pesquisadores negros e brancos sobre a participação ativa dos negros no Brasil, ou ainda, quantos documentários e programas informativos sobre esta temática são veiculados na televisão e outros meios de comunicação;
- (3) A crença de que no Brasil não há racismo e de que os diferentes grupos étnico-raciais aqui existentes, nos quais está incluído o segmento negro, viveram uma situação mais branda de exploração e escravidão quando comparados com a realidade de outros países. Ao fazer essa afirmação equivocada muitas pessoas costumam comparar a situação racial no Brasil com a de outros países, em diferentes épocas, nas quais as pessoas negras viviam em regime de segregação, separadas dos brancos em território, bairros ou guetos, sem usufruir dos mesmos direitos e não podendo conviver nos mesmos espaços que os brancos. Para superar essa visão deturpada é preciso lembrar que toda e qualquer forma de racismo é perversa. Sendo assim, qualquer conjunto de ideias e práticas que considere um grupo racial como superior e outro como inferior deve ser combatido. (MUNANGA; GOMES, 2016 p. 67-8)

Em relação ao gênero, o quadro de professores dessa escola é constituído grandemente por mulheres, a maioria dos professores dessa escola e de mulheres, 90% mulheres brancas e com alguma religião ligada ao cristianismo, quase 95% das respostas indicava isso. Essa realidade é reflexo de um dado maior, em que segundo o Censo Escolar de 2018, 80% dos docentes que atua na rede estadual de educação do Estado de São Paulo é do gênero feminino e segundo o Datafolha que 83% dos brasileiros é de religiões cristãs, sobretudo as mulheres, em que quase 99% é de religiões de matriz cristã. Essa realidade faz com que se torne ainda mais difícil que se leve para os saberes produzidos pelas religiões de matriz africana para dentro da escola, na tentativa de se minorizar as extensas hostilidades que essas religiões sofrem cotidianamente³⁸ e que isso pressupõe negar não somente a religião africana em si, mas tudo aquilo que está ligado a África.

³⁸ Segundo uma pesquisa realizada nos anos de 2011 a 2014, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no ano de 2016 a cada 100 denúncias recebidas na delegacia que eram tipificadas

Ainda que muitas mudanças tenham ocorrido nas últimas décadas, mesmo hoje é possível se deparar com uma série de preconceitos que põem em risco a seriedade das religiões afro-brasileiras. Leigos se põem a falar delas sem conhecê-los minimamente. Recorrem a surrados estereótipos que, além de reforçar preconceitos, não têm validade sociológica, antropológica nem tampouco religiosa. Empregam definições preestabelecidas desprovidas de fundamentação e contextualização histórica. Sempre depreciativo, o preconceito estigmatiza pessoas e grupos sociais, cristaliza crenças e clichês, provocando generalizações errôneas e apressadas, como aquelas proferidas por um pedestre interpelado na Paulista, a mais badalada entre todas as avenidas de São Paulo. Um estudante de jornalismo perguntou-lhe: “O que é candomblé?”. Sem vacilar, respondeu: “É uma coisa ruim, que leva as pessoas pra trás; se fosse boa, se chamaria ‘boacumba’; lembra galinha preta...”. (SANTOS, 2013, p.19).

Ainda que a constituição determine a laicidade do Estado e de suas instituições não é incomum presenciar situações de desafetos pelos educadores em relação as religiões de matriz africana. Frisa-se aqui que demonstrar desafeto com qualquer religião é crime tipificado no Art.º 5 da Constituição Federal, proferir palavras de ódio ou de desapresso especificamente as religiões de matriz africana constitui crime de injúria racial tipificado no Art. 140, parágrafo 3º, do Código Penal. Ainda que a lei seja um mecanismo eficiente para obstruções de ações de discriminação, sem dúvidas, a melhor forma de combater o preconceito e a intolerância é pela via educacional e pela elevação moral dos grupos que compõem as minorias sociais. Contudo, para que isso se torne realidade é preciso que os professores sejam adequadamente formados nos cursos de Ensino Superior e que sejam continuamente capacitados para lidarem com as diferenças.

Evidencia-se, entretanto, que o Estado tem se omitido em capacitar os professores e uma postura de não compromisso em fiscalizar a aplicação da lei, vias importantíssimas para suprir as falhas no processo de formação dos docentes, endossando práticas de ódio e desrespeito a minorias. Isso é lamentável e vergonhoso, pois em uma nação onde mais da metade da população possui em sua ascendência, nitidamente, raízes africanas, não oferecer capacitações que visem a formação para o cumprimento do conteúdo previsto na lei 10.639/03 de forma metodologicamente comprometida e com o rigor científico que essa temática exige é negar a dignidade a nação brasileira, em especial com os setores negros da sociedade, além de representar uma desonestidade com os milhões de africanos que foram retirados de suas terras – por meio de um processo diaspórico forçado – mortos, perseguidos, cruelmente torturados, mas que também construíram cultura, resistência e conhecimento

nesse território, relegando sua cultura e sua história ao esquecimento, para que em seu lugar haja a elevação daqueles que foram seus algozes.

Em relação aos questionários, algumas falas e dados nos chamaram atenção devido a relativização do fenômeno do racismo por parte de estudantes e professores. Muitas respostas não conseguem associar práticas racistas em um contexto mais amplo, reduzindo o racismo a somente agressões físicas relatando a inexistência de práticas racistas na dinâmica dessa escola, algo que além de ser uma leitura equivocada da realidade, por parte desses estudantes e professores, é reflexo do racismo estrutural que consegue minorizar e naturalizar agressões tão significativas como a ausência de representatividade nos concursos de beleza promovidos pelas escolas, onde as meninas pretas estão ausentes, e, quando muito, se tem a presença de uma parda em meio a diversas meninas brancas, como aconteceu nessa escola, em que como foi demonstrado é integrada grandemente por estudantes negras.

Cerca de 40% dos professores respondeu que raramente presenciou situações de racismo, cerca de 36% afirmou que presenciou esporadicamente e 22% afirmou que presenciou frequentemente. Uma parte considerável dos professores parece naturalizar as ofensas cotidianas que os estudantes negros sofrem. Este é um problema que tange a situação do racismo no interior das escolas, que é produto da falta de cursos de capacitação em relação a temática e da ausência de cobrança da presença desse conteúdo, que muitas vezes aparece diluído em meio a outras temáticas. Contudo, essa percepção majoritariamente se contrapõe as falas dos alunos que serão expostas a seguir:

Questionário do apêndice B

- (1) Existe a típica brincadeira entre amigos, mas nada que seja grave ao extremo*
- (2) Não que eu vi, mais acho que um pouco porque existem pessoas tontas. Mais no 2C não lembro de nenhuma dessas situações. (No trabalho com o ensino fundamental se eu não me engano tinha adolescentes que passaram)*
- (3) Não que eu tenha visto*
- (4) Racismo Não. HOUVE MAIS PRECONCEITO.*
- (5) dentro da escola não presenciei, ou não me lembro*
- (6) por mim nunca pois muitos tem medo de mim*

Questionário do apêndice D

- (1) Não que eu veja*
- (2) Não que eu vejo*

- (3) *Existe a típica brincadeira entre amigos, mas nada que seja grave ao extremo*
- (4) *Não que eu vi, mais acho que um pouco porque existem pessoas tontas. Mais no 2C não lembro de nenhuma dessas situações. (No trabalho com o ensino fundamental se eu não me engano tinha adolescentes que passaram)*
- (5) *Não que eu tenha visto*
- (6) *Racismo Não. HOUVE MAIS PRECONCEITO.*
- (7) *dentro da escola não presenciei, ou não me lembro*
- (8) *por mim nunca pois muitos tem medo de mim*
- (9) *No caso o único negro da minha sala sou eu hehe, então até hoje nesse momento nunca ouvi e nunca ninguém me falou que havia acontecido algo do tipo com meu nome.*
- (10) *Acredito que sim*
- (11) *Que eu sabia não*
- (12) *Nunca percebi*
- (13) *Na minha sala nunca presenciei, agora em outras salas ou em outro lugar da escola não sei porque também nunca vi*
- (14) *Não que eu saiba!*
- (15) *Que eu saiba nunca teve situação de racismo na escola*
- (16) *Comigo não mais com as outras pessoas não sei dizer*
- (17) *Nunca vi*
- (18) *Nunca presenciei, então acredito que não*
- (19) *Não, na minha sala me dou bem com todos e me respeitam*
- (20) *Não que seu vejo*

Essas falas foram coletadas no questionário do apêndice B e D. Ainda que alunos tenham respondido que nunca presenciaram situações discriminatórias dentro da escola, na medida em que se fomenta a discussão em sala de aula ou nos corredores da escola, os alunos apresentam inúmeros casos de discriminação que sofreram dentro da escola. O que me pareceu, com a convivência com os alunos, que o preconceito nessa escola acontece em maior grau de forma velada. Fica claro nas falas de alguns estudantes que eles sofrem com a diferenciação e a constante discriminação, mas essa diferenciação não aparece de forma explícita, mas sempre de maneira eufemística, seja na forma de se referir aos alunos ou de lembra-los, se utilizando de expressões que tentam mascarar seus preconceitos, seja na ausência de discussões que construam formas positivas dos estudantes fazerem a leitura de si e da própria realidade racial.

Professores e alunos, concebem o racismo por meio de casos de violência física e/ou verbal expressa, que tem como motivo de ataque, maneiras que objetivem desqualificar fenótipo da vítima, de modo que casos de discriminação que destoam do que comumente se concebe como racismo, além de não serem identificados como prática racista, tornam-se, praticamente, imperceptíveis ao olhar da maior parte dos sujeitos dessa unidade escolar. Somente alguns alunos, em geral alunos negros, conseguiram identificar as práticas racistas que vão além desse conjunto de intersecção das relações raciais.

Contudo, o questionário do apêndice D em que foi coletada as respostas somente dos estudantes negros demonstrou uma outra perspectiva em relação a discriminação. Tais alunos indicaram que as demonstrações raciais não são somente as formas mais agressivas e explícitas e que práticas racistas e posturas discriminatórias veladas, como por exemplo, por meio da segregação dos estudantes negros, também devem ser consideradas como expressão de racismo.

(1) Sim; A situação foi bem recente, nesse começo de ano eu prestei um vestibular para estágio e o resultado foi bem excelente, pois eu passei, mas era um vestibular que os aprovados tinham que esperar abrir vagas no órgão que prestou o concurso. Portanto eu sou uma pessoa bem ansioso e não consegui ficar esperando e fui até o local perguntar sobre as vagas, no momento que eu cheguei lá fui atendido por guarda de segurança, até aí tudo emlele me disse pra esperar dar 13:00hr da tarde, pois era o momento em que os funcionários voltava do horário de almoço, então eu esperei, apesar de estar bem cansado porque fui direto da escola, ou seja, estava com o "lindo" uniforme do A escola. Quando já tinha passado um bom tempo, mas ainda não era o horário certou percebi que vários garotos de escola estavam entrando para ir no mesmo lugar onde eu iria, sendo assim fui até o guarda se já podia entrar, ele me disse que ainda não era a hora e que era pra mim continuar esperando, beleza. Quando finalmente deu o bendito do horário ele me deixou entrar e assim me explicou o caminho até a sala, no momento em que estava passando pelo corredor até a certa sala, reparei que o "humilde" guarda estava vindo atrás de mim, achei estranho porque desde quando eu estava lá na recepção ele não saiu do balcão, mas continuei indo, entrando na sala percebi que os funcionários já estavam lá a muito tempo e que já estava até atendendo os meninos que eu vi entrando antes do horário "certo". Bem nessa hora eu não entendi o real motivo do guarda ter feito isso, mas acredito que graças ao pé conceito que existe em relação a minha escola ele tenha ficado "um pouco" apreensivo.

(2) Sim, Me Chamavam de Cabelo Duro de Preta Feia, as meninas brancas me batiam e roubavam o meu dinheiro afirmando que preta macaca não podia ter dinheiro

(3) Sim, as pessoas me zoavam por que eu tinha cabelo cacheado

(4) Já passei, na minha antiga escola quando eu tinha 12 ano, tinha uns meninos que ficava falando um monte de palavras racistas. Era uma das piores sessão, quando eles falavam essas coisas eu ia embora muito triste, tinha vez que eu nem queria ir pra escola no outro dia.

(5) Sim , na escola e na casa da minha tia com a minha prima menor ... Na escola eu aprendi a esquecer e não me preocupar tanto, mas com a minha prima foi diferente que ela é praticamente meu sangue... E praticou o racismo comigo de uma forma tão feia e que fiquei bem triste ..

Como fica evidente nesse conjunto de falas, os alunos possuem uma certa compreensão daquilo que se constituiria o fenômeno do racismo, contudo, eles somente conseguem identificar aquilo que é denominado pelo código penal como injúria racial. Essa terminologia é uma das únicas facetas do racismo que são abordadas pela mídia, que raramente veicula reportagens que demonstrem os outros vieses do fenômeno do racismo. Os alunos, dessa forma, atrelam suas vivências às experiências que assistem nos noticiários, principalmente, nos noticiários esportivos, em que envolvem casos de injúria racial contra jogadores de futebol e que recebem grande atenção da mídia e da população. Na maioria das vezes em que eu perguntei aos alunos o que seria racismo muitos traziam para as discussões exemplos de jogadores de futebol e quando questionados sobre outros exemplos de manifestações de racismo, eles demonstravam desconhecimento.

Em relação à questão que indagava se os alunos acreditavam que a escola estivesse dedicando esforços para a superação do racismo, muitos elegeram a disciplina de sociologia como o único espaço em que essas discussões aconteciam, além de elevarem a importância dessa disciplina como instrumento de desconstrução de preconceitos.

Se respondeu “sim” na questão anterior, poderia escrever quais ações implicam na redução do fenômeno que estão sendo articuladas no interior da escola?

(1) Está Tendo mais conversa sobre esse assunto, está tendo palestra também

(2) Aulas da professora de Sociologia, Conscientização, trabalhos com o ensino fundamental.

(3) Eles fazem cartazes, tem palestra, debates nas salas de aula, passam textos para conscientizar, Histórias de pessoas que combatem o racismo.

(4) Nossa professora de Sociologia trabalha bastante sobre isso... Além de cartazes e vídeos, até mesmo palestras ...

*(5) Matérias que fala desse fenômeno, conversas sobre isso!!
através de palestra contra esse tipo de discriminação/racismo etc...*

Suspensão, conversa e etc.

(6) as escolas NÃO estão 100% preparadas para algo assim. muitos acho engraçados e pensando que são apenas uma brincadeira.

(7) Nas aulas de sociologia principalmente

(8) As aulas de sociologia e explicações na aula de filosofia

(9) Sim, tanto na matéria de sociologia como na de inglês entre outros

(10) Percebe-se principalmente nas aulas de filosofia e sociologia, que as professoras abordam muito sobre esse tema, fazendo com que os alunos se conscientizem e entendam que a cor ou a raça não interfere em nada do que o outro é, que somos iguais e devemos respeitar as diferenças do próximo.

(11) Eu acho que sim, mas isso não significa que não exista pôr em toda escola existe algum tipo de discriminação por cor, opção sexual dentre outros tipos de racismo. Uma ação que ajuda vem das aulas de sociologia que trata como a assunto a sociedade e tudo mais ajuda os alunos a entenderem sobre a sociedade que vivemos que vem se modificada a cada dia mais.

(12) Ações como conversas com os alunos cartazes nos ensinando a respeitarmos as pessoas não importando a sua cor ou sua raça, estamos aprendendo a ter convívio social e aceitar que as pessoas são diferentes.

(13) Debatermos sobre o assunto nas aulas de sociologia.

(14) Não é algo que ensina sobre o racismo de como não fazer de como ver etc. São umas ou duas disciplinas que as professoras, como sociologia se empenha mais pra fala e nos lembra sempre do racimo.

Fica evidente por meio das falas dos alunos a percepção deles na importância desta ciência em ressignificar assuntos que são tão próximos deles. Eis que nesse ponto encontra-se a beleza e a maior dificuldade do ensino de sociologia. A dificuldade é a de que todos eles vivem e viveram antes de chegarem nesse momento, o momento de estarem perante essa disciplina, eles possuem uma certa compreensão que foi forjada por meio de suas aferições empíricas, em relação ao fenômenos que são discutidos por essa ciência, entretanto, no momento em que os estudantes conseguem sair das camadas superficiais dos fenômenos sociais, eles passam a compreender a importância dessa ciência. No entanto essa relevância foi constituída ao longo de um processo, pois no início das aulas, algo que me chamava muito atenção era a quantidade de estudantes religiosos e o quanto a religião determinava os pensamentos deles, o que se demonstrou um impasse no início das aulas, pois assim que os estudantes ouviam os temas das aulas havia um efeito cascata, pois muitos estudantes se negavam a participar das aulas.

Como já foi mencionado outra característica marcante nessa escola é a religião. A religião protestante é muito presente nessa escola e em geral os estudantes que vem dessas regiões periféricas são os que, em sua maioria, frequentam essa religião. Esses estudantes se excluía do convívio dos demais, nessa relação o pertencimento étnico-racial é um fator menos importante para os requisitos do convívio cotidiano.

Houve uma situação um tanto quanto peculiar em que uma dessas estudantes me disse ao longo das aulas que somente passou a se dedicar para compreender a disciplina, quando: *“o pastor chegou em mim e disse que tinha uma pessoa muito importante na minha vida e que eu estava me negando a ouvi-la, mas essa pessoa havia sido enviada por Deus para ser instrumento de conhecimento em minha vida e que essa pessoa era muito abençoada e que iria abrir a mente dela”*. Esse relato é um tanto estarrecedor, pois escancara a forma como a igreja tem dominado a mente desses jovens de maneira até mesmo a legitimar as autoridades na vida das pessoas.

Contudo, não demorou mais que um bimestre para que os alunos percebessem a importância dessa disciplina e que ela iria dar sentidos as suas inquietações. Ao longo das aulas os alunos se mostraram cada vez mais abertos para o diálogo, sobretudo aqueles estudantes que se identificavam diretamente com os temas tratados nas aulas. Eu permaneci nessa escola de 2017 até o início de 2020. Algo que me pareceu bastante evidente ao longo desses anos é de que as turmas em que eu ministrei a disciplina de Sociologia desde 2018 se mostraram muito mais críticos e abertos ao diálogo do que as turmas de 3º de 2017 e de 2018, além de um crescente número de egressos que foram aprovados no vestibular e ingressaram no Ensino Superior.

Ressalta-se aqui a importância de ações que integram estudantes e professores, de modo que esses profissionais conheçam seus jovens e tomem conhecimento de suas angústias, anseios e sonhos, assim como normatiza a LDB, professores e gestores, e os demais profissionais da educação, possuem compromisso com a formação de milhões de jovens em um lugar privilegiado por excelência para o trato de questões dessa natureza, dessa forma o ensino de sociologia no interior da escola tem a oportunidade ímpar de orientar estudantes e professores, com rigor científico que somente essa ciência social possui, para que se tornem protagonistas e dessa forma consigam “converter vítimas da opressão em atores políticos que protagonizam a resistência e a luta” (GOMES, 2017, p 11).

Uma das perguntas do questionário pedia para que os alunos respondessem se eles acreditam que exista uma relação entre pobreza e racismo. Destacarei algumas respostas que nos oportuniza análise:

(1) *Não, pois cor não define classe social, porém muitos negros(a) não tem a mesma oportunidade com empregos e outras coisas por conta do racismo de muitos.*

(2) *Sim, a maioria das pessoas que sofrem racismo são pessoas negras de muita baixa renda*

- (3) *Não necessariamente, mas para os racistas de plantão isso seria um combo*
- (4) *Não pois conheço muitas pessoas negras que são bem sucedidas, ou que já nasceram com uma família boa*
- (5) *Sim, porque pela pessoa não ter condições boas os outros se acham superiores a ele. Que muitas vezes se uma pessoa ver alguém em situações difíceis acha que poderia querer roubar*
- (6) *Não necessariamente, porque vejo pessoa que estão numa classe social alta e ainda sim sofrem racismo, então acho que não tenha nenhuma ligação*
- (7) *Sim e não. Muitas pessoas que sofrem racismo não têm a oportunidade de melhora de vida. Geralmente pessoas que sofrem com o racismo não tem oportunidade iguais a outros tipos de pessoas, a discriminação por conta da cor da sua pele te tira muitas oportunidades e acessibilidade a trabalho e a estudo. Sendo assim pessoas negras não saem da pobreza. E ao que conseguiriam de alguma forma sair dessa condição, ainda assim sofrem racismo.*
- (8) *as pessoas negras ainda existem racismo mais não essa indiferença basta a pessoa luta pelos seus direitos que são iguais a todos*
- (9) *Sim, porque todos acham que porque é negro ter que ser pobre*
- (10) *Algumas pessoas podem acreditar que sim pelo fato de a pessoa não ter nada algumas pessoas críticas e achamos que são modo até de preconceito né, mas acho que não existe pobre e muito menos o racismo uma coisa bonita*
- (11) *Não, em minha opinião as duas coisas são completamente diferentes, a cor da pessoa não define o status financeiro dela, e nem o status financeiro da pessoa não define a cor que ela possa ter nascido.*
- (12) *não, raça não define classe social, você pode ser branco e pobre, negro e rico, não tem padrão*
- (13) *Sim. Porque com o racismo ainda tem muita influência no mundo atual, existem diversas pessoas com esse pensamento, o que pode acabar causando o desemprego, a falta de educação adequada, moradia e etc.*
- (14) *Não, por quê temos muitos atores e atrizes negras que sofrem racismo e eles não são pobres então racismo não tem a ver com pobreza*
- (15) *Não, muitas pessoas acabam ligando essas duas palavras com o mesmo tema, mas eu não acho.*
- (16) *Não, porque racismo é mais voltado a cor, cultura, etnia. Eu acho que não tem muitas pessoas que sofre racismo porque é pobre é claro que o preconceito, mas racismo não, tem uma grande diferença.*
- (17) *Com certeza. Pela história do nosso país, pela escravidão acredito que os negros infelizmente são vistos como inferiores, pela falta de oportunidade possuem baixa renda e gera pobreza.*
- (18) *Sim porque já sofremos preconceitos por ser pobre, quando o negro então sofre o dobro a sociedade sempre que vê um pobre e negro já diz que é bandido.*
- (19) *Não, pode ser mais um motivo mais para algumas pessoas independentes da classe social ainda tem preconceito*

(20) Não, pois o racismo acontece com todo tipo de pessoa, sendo rica ou não

(21) Não...pois hoje em dia tudo é motivo pra racismo. Ninguém liga para os teus sentimentos

(22) Não pois várias pessoas que têm dinheiro também sobre de racismo não importa sua condição financeira

(23) Em um local de trabalho pode ser que sim porque já ouvi falar que "o negro ganha menos que um branco".

(24) Não, só porque é negro tem que ser escravo n tem nada a ver e ser pobre e negro

Diante das respostas acima percebe-se que, de modo muito presente, o ideário do mito da democracia racial ainda permanece de forma bastante arraigada na mente da maior parte da população brasileira, inclusive de estudantes negros, que sob o julgo de ideologias que camuflam as práticas racistas, faz com que atos discriminatórios sejam naturalizados, tornando a tarefa de desconstrução dos preconceitos e superação das práticas discriminatórias, tarefa eminentemente árdua.

Partindo dessas respostas, percebe-se que elas corroboram com o pensamento social e com o senso comum, que não conseguem compreender a dimensão do fenômeno do racismo e as suas implicações econômicas, sociais e políticas em que negros estão submetidos, atualmente. O fator econômico é essencial na discussão do racismo haja vista os inúmeros indicadores sociais que apontam no sentido de uma profunda desigualdade material em que essa parcela da população está inserida. Segundo Sueli Carneiro,

[...] Como vivemos em um país apartado racialmente. de fato, as disparidades nos índices de desenvolvimento humano entre brancos e negros revelam que o segmento da população brasileira auto declarado branco apresenta em seus indicadores socioeconômicos -renda, expectativa de vida e educação -padrões de desenvolvimento humano compatíveis com os de países como a Bélgica enquanto o segmento da população brasileira autodeclarado Negro (pretos e pardos)apresenta índice de desenvolvimento humano inferior ao de inúmeros países em desenvolvimento como a África do Sul que há menos de 2 décadas erradicou regime do apartheid.” (CARNEIRO, 2011, p. 18).

Desse modo, a questão econômica está imbricada nos diferentes vieses, visto que o fenômeno do racismo, de forma contrária ao que os estudantes e os professores acreditam, não está somente atrelado a aquilo que é visto nos meios de comunicação, se expressando

somente por meio de injúrias raciais, mas também está atrelado a questões da esfera econômica, questões psicológicas; sociais; culturais e institucionais.

Outro dado interessante foram as repostas recolhidos por meio do questionário do apêndice B que fez indagações para que os alunos descrevessem o que pensavam quando escutavam a palavra negro:

- (1) Alguma pessoa já querendo fazer algum ato de racismo*
- (2) Que é a cor da pessoa, ou alguém está sendo racista dependendo da situação*
- (3) Bom, depende da frase em que esta palavra está sendo usada, ser for por exemplo apenas uma descrição de alguma pessoa, tudo bem não vejo problema, mas se for uma acusação por conta de a pessoa ser negra, acho ridículo.*
- (4) Lado positivo: beleza, história, vidas importantes. Lado negativo: Dor, sofrimento, racismo.*
- (5) Alguém querendo fazer racismo*
- (6) dependendo da forma que a pessoa falar eu vou pensar que é racista*

Foram cerca de 10% das respostas falando que se remete à palavra racismo. Isso demonstra que em suas teias de significados a palavra negro está imbricada com as experiências negativas que tiveram ao longo de suas vidas, geradas em grande medida devido racismo estrutural que por meio de seus diversos mecanismo inferioriza esses sujeitos atrelando a suas existências as marcas de uma vida de subordinação e desigualdade. Devemos ressaltar que segundo GOMES; MUNANGA (2016): A perpetuação do preconceito racial em nosso país revela a existência de um sistema social racista que possui mecanismos para produzir as desigualdades raciais dentro da sociedade.” (p. 178)

Em um primeiro momento, quando eu comecei a lecionar nessa escola eu sempre indagava os alunos em relação a definição da palavra racismo e da palavra negro e preto o que eles achavam de serem chamados dessa forma. Muitos estudantes afirmavam que não gostavam de serem chamados de pretos ou de negros, pois achavam ofensivos, quando as respostas eram essas eu sempre perguntava “e se eu chamar alguém de branco, já viu alguém abaixar o tom de voz quando chama alguém de branco? Ou já viu alguém ter que fazer alguém malabarismo para chamar alguém de branco? Por que ninguém se ofende de ser chamado de branco e se ofende de ser chamado de preto?”. Os alunos diziam que preferiam ser chamados de “moreno”, termo esse que é um conhecido do movimento negro por ser mais uma

estratégia eufemística de soterrar a negritude dos indivíduos, solapando a consciência desses indivíduos, fazendo com que eles tenham de se negar enquanto sujeitos negros.

As hipóteses levantados no início de nossa trajetória foram confirmadas, infelizmente estudantes e professores não compreendiam o fenômeno do racismo estrutural em sua totalidade, tomando a parte pelo todo, ou seja, para eles as práticas racistas estavam ligadas diretamente com ações de violência que estivessem expressamente evidentes, que fossem devido a cor da pele. Contudo, por meio de rodas de conversa e de aulas expositivas, ao longo de tempo eles perceberam que existiam outras variáveis que determinavam esse fenômeno. Apesar da aparente semelhança que existe superficialmente entre os diferentes alunos, um olhar mais atento é capaz de analisar as diferentes problemáticas que se apresentam e que denunciam a reprodução das violências institucionais que sofrem grupos historicamente desfavorecidos. Embora eles tenham ampliado sua compreensão em relação a esse fenômeno alguns estudantes não apresentavam dificuldade em compreender as formas institucionais de racismo. Quando se perguntou no questionário se eles conseguiriam definir a palavra racismo isso ficou bem evidente:

- (1) Preconceito por achar sua etnia superior a outra por conta da cor da pele e isso se*
- (2) fortalece por mentes ignorantes*
- (3) Racismo é todo preconceito, ato de ódio, repugnância, raiva e sentido de inferioridade sobre negros*
- (4) conjunto de teorias e crenças que estabelecem uma hierarquia entre as raças, entre as etnias*
- (5) É o ato de atitudes preconceituosas, discriminatórias em diferenças biológicas entre os povos*
- (6) Quando você não lhe dá bem com a pessoa pelo fato de ser de cor diferente de você*
- (7) Racismo é o preconceito baseado na raça das pessoas, como se achar superior a outra pela cor de sua pele.*
- (8) Não, por que o racismo não é só a pessoa xingar uma pessoa negra, tem vários outros modos dentro do racismo que eu não saberia explica*
- (9) Racismo é um preconceito que causa uma discriminação por conta das diferenças sociais, raciais, e entre outra, o racismo apesar de ser algo que ocorreu a muitos anos atrás, ainda continua tendo muitos casos do racismo pelo mundo, principalmente em escolas.*
- (10) Pra mim é preconceito criado baseado em diferenças biológicas, atos e crenças que levam a "superioridade".*

Essa limitação em relação ao fenômeno do racismo e a naturalização do preconceito se tornou evidente quando eles responderam que já haviam presenciado situações de racismo dentro da escola, onde a maioria dos estudantes respondeu que já ter visto, contudo, havia uma parte considerável de alunos que afirmava nunca ter presenciado ou não se lembrar. Das 39 respostas foram 17 respostas negativas e 21 afirmativas. Isso é bastante preocupante, pois evidencia a maneira como o racismo estrutural atua camuflando e distorcendo o olhar dos indivíduos, naturalizando as práticas racistas.

Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros, podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos. [...] A forma institucional de racismo, ainda segundo esses autores, implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com seu apoio indireto, elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Essas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos, tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipada quanto na ausência da história do povo negro no Brasil. Manifestando-se ainda nos meios de comunicação de massa (propagandas, publicidade, novelas), que insistem em retratar o negro e outros grupos étnico-raciais que vivem uma história de discriminação, de maneira indevida e equivocada. (GOMES, MUNANGA, p. 180, 2016).

A segregação desses indivíduos, em sua maioria pretos e pardos, influi na reprodução das desigualdades sociais. Toda essa série de diferenças descritas vão contribuir para dificultar a ascensão social desses indivíduos, o que engendra a perpetuação de um novo ciclo de pobreza, em que seus ascendentes estão submetidos. As condições de vida precárias, as diferenciações constantes ao longo de suas vidas, implicarão na incapacidade, ou na pouca capacidade do indivíduo em ascender socialmente.

Um indivíduo nascido dentro de uma família de desempregados, morando em uma localidade como a descrita no segundo caso, vai ter uma série de deficiências de recursos desde a sua primeira infância, o que vai impossibilitá-lo de conseguir outros ativos quando for mais velho e assim por diante, formando um processo cumulativo que culminará na reprodução das desigualdades sociais. Por exemplo, ao não contar com um clima cultural adequado em seu local de moradia, a criança poderá ter sérias dificuldades em aproveitar os ativos fornecidos pelas escolas, o que por sua vez irá dificultar a sua entrada no mercado de trabalho formal. Cria-se assim um ciclo vicioso, do qual dificilmente os indivíduos nascidos nessas localidades conseguirão se livrar: filhos de ricos provavelmente serão ricos, e crianças nascidas nesse contexto de pobreza provavelmente continuarão pobres. (SALATA, 2020).

A Sociologia das relações, de Norbert Elias é uma obra importantíssima que nos ajuda a compreender a relação desses grupos. Em analogia a sua obra “Os estabelecidos e os *outsiders*”, os grupos que são das áreas no entorno da escola seriam os estabelecidos e os indivíduos oriundos de camadas periféricas seriam os *outsiders*, pois, assim como em sua análise da cidade de Weston Parva (que segundo o autor foi um nome fictício utilizado na obra para não referenciar a cidade original em que ocorreu esse estudo) há uma estrita relação de discriminação e exclusão social características na dinâmica social dessa escola.

Há uma evidente coesão entre os indivíduos de mesma cor e camada social, com raríssimas exceções – por exemplo, os estudantes brancos que faziam parte das igrejas dos colegas negros se juntavam e conviviam próximos a estes estudantes. Alguns alunos, ainda que com uma mentalidade mais crítica, nunca se questionaram do “porque” não se aproximaram ou nunca criaram laços fortes de amizades com indivíduos pretos. Quando questionados eles alegam que seria por possuírem diferenças de personalidade.

Assim como na obra de Elias, há muitos grupos de estudantes nessa escola que nunca dissolveram seus laços de amizades, formando uma coesão tão rígida ao ponto de não permitir que outros indivíduos façam parte de seu grupo, mantendo a mesma formação por todos os anos em que estudaram nessa escola. Essa configuração social demonstra que a influência em outros aspectos da vida desses alunos reproduz a lógica dessa organização em seus espaços de socialização fora da escola, tais como em sua organização familiar; índices de envolvimento com tráfico; criminalidade; amizades fora da escola; dentre outras.

Observando a dinâmica dos alunos no cotidiano da escola e analisando os dados obtidos por meio dessa pesquisa algo que se evidenciou foi que os estudantes brancos, em geral, não se agrupavam com os demais estudantes negros. Um exemplo expressivo foi que no ano de 2020, alguns estudantes de uma sala ‘A’ de estudantes majoritariamente brancos foram misturados com os alunos de outras salas, que possuem uma heterogeneidade maior que essa sala ‘A’, que estudavam juntos há 5 anos. Esse fato engendrou um conflito intenso entre esses estudantes e os demais. Eles se recusavam em permanecer naquela sala e alegavam que a dinâmica deles eram diferentes.

4.2 Estudantes negros

Eu desenvolvi um questionário específico para os estudantes negros da escola. Eu fui em todas as salas de aulas do Ensino Médio do período da manhã e pedi para que aqueles

estudantes que se identificassem como pretos ou pardos respondessem a um questionário específico. Ao todo consegui coletar 79 respostas.

Pelo que eu identifiquei, aqueles alunos que se dispuseram a responder o questionário são os estudantes, que em sua maioria, não conseguem acompanhar a dinâmica escolar, alguns deles, inclusive não alfabetizados. Também são esses estudantes, que com maior frequência, abandonam a escola. A escola sofre com a taxa de retenção e de evasão escolar, no ano de 2019, dos cerca de 500 estudantes matriculados no Ensino Médio aproximadamente 120 foram retidos por abandono ou por baixa frequência e a grande maioria são de rapazes negros do 9º ano e do 1º ano do Ensino Médio, muitos infelizmente pegos pelo “canto da sereia” do narcotráfico, o que corrobora com o dados do PNDA de 2012-2017 e do IBGE de 2018 que afirmam que crianças e jovens negros entre 7 e 14 tem 38% mais chance de estar fora da escola.

Sem minimizar o impacto da situação socioeconômica dos pais dos alunos no processo de aprendizagem, deveríamos aceitar que a questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afrodescendentes, apagadas no sistema educativo baseado no modelo eurocêntrico, oferece parcialmente a explicação desse elevado índice de repetência e evasão escolares. Todos, ou pelo menos os educadores conscientes, sabem que a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do “Outro” e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana. Como escreveu o historiador Joseph Kizerbo, um povo sem história é como um indivíduo sem memória, um eterno errante. Como poderia ele então aprender com facilidade? As consequências de tudo isso na estrutura psíquica dos indivíduos negros são incomensuráveis por falta de ferramentas apropriadas. Mas elas existem certamente e devem, como mostra bem Franz Fanon no seu livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*, prejudicar o sucesso escolar do aluno negro e de outros submetidos ao mesmo tratamento (MUNANGA, 2005, p. 18).

O questionário trouxe alguns dados interessantes para analisarmos, dentre eles algumas experiências discriminatórias que esses indivíduos passaram fora e dentro da escola.

Embora alguns estudantes e professores afirmem inexistir o preconceito nesse lugar foram inúmeras as vezes em que presenciei e até sofri preconceito nessa escola. Os alunos se apelidam os estudantes negros de palavras altamente pejorativas, praticamente todos os estudantes pretos tem apelidos, o que demonstra o caráter desumanizador do preconceito, pois a dignidade de ser chamado pelo nome é negada a esses sujeitos, assim como seus ancestrais que eram destituídos de seus nomes e tinham suas raízes e histórias negadas por

aqueles que os escravizavam. Apelidos como *macaco*; *tição*, *tifú*, *asfalto*, *negueba*, *pretinho*, *negão* dentre outros são os vocativos que são utilizados para nomear esses indivíduos.

Um dos indicativos que legitima essa constatação são as falas dos alunos e as respostas que foram recolhidas no questionário aplicados exclusivamente aos alunos negros. Selecionei algumas respostas que julgo serem relevantes para nossa análise. Pedi para que os alunos descrevessem seus traços físicos, pois “a identidade de um indivíduo tem seu início no processo que se dá a partir do seu olhar para si próprio e do olhar do ‘outro’ para ele. (RODRIGUES, 2012, p. 61). Por isso que compreender a leitura que esses estudantes possuem de si se constitui em um importante processo para a reorientação de práticas pedagógicas que engendrem a resolução de instâncias conflituosas, mas que, também, colaboram para a formação de um indivíduo melhor.

De todas as respostas coletadas a maior parte delas destacavam partes do corpo que constituem o imaginário social daquilo que se considera um “negro ideal” com lábios grossos, nariz largo e cabelos crespos. Algumas respostas foram:

[1] *Cabelo crespo raspado, lábios carnudos e nariz grande*

[2] *Eu sou uma menina baixinha com a pele negra, sou um pouquinho gordinha, tem um beijo não muito grande, tenho cabelo cacheado*

[3] *Baixinho gordinho olhos preto cabelo preto pardo*

[4] *Sou muito feio*

[5] *Morena, uma altura boa, gordinha.*

[6] *Morena, magrinha, baixinha, cabelos ondulados*

[7] *Sou moreno tenho cabelo cacheado sou alto, magro, sou preto*

A identidade dos sujeitos negros está “intrinsecamente ligada à sua relação com o seu próprio corpo, no qual foram inscritos, ao longo da história, valores e crenças negativas que tendem a deprecia-lo.” (RODRIGUES, 2012, p. 61). Por meio dessas falas é possível perceber a carga negativa que esses indivíduos têm em relação aos seus próprios traços físicos. Dessa maneira o corpo se inscreve como “veículo de expressão de opressão, que constrói no indivíduo diversos sentimentos contraditórios de rejeição, negação, sofrimento, dor, aceitação, resistência, mas também felicidade.” (RODRIGUES, 2012, p. 61). Infelizmente essas falas são reflexos da ausência de representatividade significativa nos grandes meios de comunicação, os quais eles são bastante conectados, e do reconhecimento de si como diferente do referencial de beleza branca que nas sociedades ocidentais é tido no pensamento social como referência.

Ademais, outro dado relevante foi a quantidade de respostas de alunos negros que afirmaram que gostariam de mudar algum traço do próprio corpo. As meninas sem dúvidas são as que mais sofrem com a negação das características do negro. Uma grande parte das meninas alisa seus cabelos, ao serem indagadas muitas afirmaram que gostariam de manter seus cabelos com a textura natural, mas que o sentimento de rejeição lhes impede de fazer isso.

Em outra questão pedi aos estudantes que respondessem “O que você gostaria de mudar”, como já era de se esperar grande parte desses indivíduos afirmou que se pudesse mudar alguma coisa mudaria o cabelo. Das 74 respostas cerca de 35% afirmou querer mudar o peso e cerca de 13% responderam querer mudar os cabelos, isso é resultado do padrão instituído em que incute nos indivíduos a ideia de que para se tornar belo é necessário estar alinhada ao ideal de beleza europeu – mulheres brancas, magras e loiras – resultado de um cenário social que introjetou no imaginário social que as mulheres precisam se espelhar em um ideal de beleza inalcançável, que torna essas mulheres corpos tristes, resultado de uma complexa realidade das relações sociais edificadas em um alicerce racista, produto de uma cultura em que o pensamento colonial é expressamente presente e permeia até hoje na sociedade brasileira. O desejo de mudar o cabelo está ligado a rejeição do próprio corpo em busca de aceitação, na fuga dos estigmas que recaem sobre a textura crespa. Dessa maneira:

O cabelo de negro, visto como “ruim”, serve de expressão ao racismo e a desigualdade racial que recai sobre esse sujeito social. Acreditar que o cabelo do negro é “ruim” e que o do branco é “bom” expressa um conflito construído historicamente e culturalmente e que busca legitimar o negro como ser inferior [...] A situação vivida pelo negro constrói um olhar distorcido em relação a si próprio e ao seu grupo étnico-racial e possibilita a introjeção do racismo. Na busca pelo reconhecimento e pela possibilidade de existir positivamente, ele rejeita o seu próprio corpo e o manipula para construir uma imagem mais inclusiva, nesse caso, mais próxima da estética branca. (RODRIGUES, 2012, p. 62).

As meninas negras sofrem ainda mais intensamente esse processo de negação, pois todas essas imagens e leituras de si perpassam o campo social e é demarcado ainda mais intensamente com a convivência com outros indivíduos em situações constantes de negação e ofensa aos traços negroides por meio de diversas formas, algumas mais diretas como ofensas revestidas de simulacro de brincadeira e outras de forma indireta institucionalizando padrões daquilo que é considerado um nariz bonito, cabelo bonito etc., essa última é a forma velada do preconceito racial que se apresenta na forma de violência simbólica. As negras de

pele mais clara – que nessa escola se constituem como a maioria dentro do número de estudantes –, que estão dentro de uma escala cromática em que é possível fazer modificações nos traços fenotípicos, na busca de traços mais “socialmente aceitáveis” se submetem as tentativas de branqueamento, pois

[...] no caso do Brasil, país com elevado grau de miscigenação, as pessoas que possuem um tom de pele mais claro – em consequência de relações inter-raciais – teriam mais dificuldade em reconhecer sua negritude, aproximando-se do ideal de branquidade inerente à nossa sociedade colonizada por europeus. (COSTA, Wellington, 2018, p. 48).

Esses indivíduos então, acabam cedendo à pressão constante que exerce a violência simbólica, que age de modo a forçar os indivíduos a se encaixarem no padrão estabelecido e que causam danos terríveis para a construção da autoestima e da identidade dos jovens negros.

Ressalto aqui a profunda relevância de se instituir diálogos com esses sujeitos, em especial com as meninas negras, na busca de romper com a escola e um sistema escolar que aprofunda as desigualdades e que [...] cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força. (BOURDIEU, 2001, p.311).

É necessário que se desconstrua o ideal da brancura – que faz com que indivíduos negros renunciem a própria negritude diante dos padrões institucionalizados – é necessário que a escola e a educação como um todo, instituem ações efetivas na luta contra padrões hegemônicos e aos mecanismos de discriminação que os estudantes estão submetidos, pois estes indivíduos enfrentam ao longo de suas trajetórias processos intensos marcados por contextos de desigualdade social e de recursos, o que interfere nos diferentes sentidos que esses indivíduos constroem ao longo de suas trajetórias enquanto jovens. A escola e os educadores precisam concentrar esforços a fim de “de atenuar as diferenças entre os diferentes sujeitos que permeiam seu interior, ensinando o negro a ser detentor do próprio corpo, pois, sem dúvidas não ser dono sequer do espaço do seu próprio corpo é herança pesadíssima que o negro carrega” (SANTOS, Rufino, 2016, p. 36)

4.2.1 Meninas negras

É evidente que na sociedade brasileira há uma profunda desigualdade em que mulheres negras estão submetidas e o lugar que o racismo estrutural destina a essa parcela da população. Por meio de um recorte de cor e gênero, quando se analisa os índices econômicos, culturais e sociais a respeito da diferença entre homens brancos e mulheres pretas é homérica, se esses dados fossem analisados de maneira isolada poderia se dizer que tratariam de países distintos. São inúmeros os problemas que participam para a construção deste estado permanente de desigualdades neste país, mas, seria impossível discuti-los todos neste trabalho. Por isso, fizemos um recorte para tratarmos das discussões que dialogam com mais intensidade com aquilo que foi observado durante a elaboração deste estudo.

A primeira problemática estaria na ausência de afeto para os indivíduos negros e de como a aceitação social repercute intensamente na autoestima de meninas negras e o papel da escola nesse processo. A escola como agente socializador produz marcas profundas, principalmente para as meninas negras, que se deparam constantemente com a negação do afeto desde a infância. Nesse doloroso processo de exclusão - seja na escola ou na sociedade como um todo - do(a) negro(a) de pele mais retinta é o que mais sofre com a violência simbólica³⁹, principalmente a menina/mulher negra.

Na construção de sua identidade, a mulher negra, seja sua pele de tonalidade escura ou clara, constrói sua corporeidade e *incorpora* um movimento tenso de rejeição/aceitação, negação/afirmação do corpo. Essa aceitação vai depender da sua trajetória de vida, a inserção social, das possibilidades de convivência em espaços onde a cultura negra e as raízes africanas não sejam vistas de maneira negativa. (grifos da autora). (RODRIGUES, 2012 p. 63).

Nesse sentido, o afeto atua de maneira significativa na constituição da soma de nossas vivências. Algo que me era bastante incomodo foi a constatação de praticamente nunca ouvir a voz das meninas pretas. Havia uma em particular que durante os 3 anos do Ensino Médio em que fui sua professora ela simplesmente nunca ergueu a mão para falar em público e quando falava quase não ouvia sua voz, sem dúvidas, uma voz durante reprimida/silenciada pelo racismo.

Considerando a sua importância, as práticas discursivas no interior da escola devem contribuir para que os diferentes indivíduos possuam representatividade, acolhendo as diferenças, atentando-se, sempre, para colaboração da constituição de uma diversidade

³⁹ O conceito de violência simbólica que utilizo neste trabalho é o elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu.

multicultural tolerante, em que os diferentes indivíduos sejam contemplados, pois, o processo de socialização, que é o processo por meio do qual os indivíduos constituirão e demarcarão suas diferenças, perpassa pelas práticas discursivas, no qual a linguagem exerce função fundamental.

A maior parte das respostas se referiu a palavras negativas ou ideias negativas sobre si. Foram inúmeras as respostas que associavam negação da beleza dos corpos pretos e a palavra racismo. Esse dado tem retratado a triste realidade dos indivíduos negros, sobretudo as meninas negras, que, inseridos em uma sociedade racista, na busca da aceitação em uma sociedade que cultua um padrão branco e europeu, negam os seus próprios traços para tentarem galgar degraus na luta pela aceitação social e como fuga aos estigmas da negritude. Essas meninas crescem e se deparam com uma triste realidade social, que há muito tem sido discutida, mas que infelizmente não alcança a relevância necessária no pensamento social, que é a dificuldade de mobilidade social e de independência emocional, relegando as mulheres negras a uma realidade cruel em que:

[...] conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em "uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida. Esses se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; numa expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação às mulheres brancas; num menor índice de nupcial idade; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (CARNEIRO, 2000, p.5)

O fato de esses alunos apontarem reiteradamente para a questão do cabelo e do nariz está imbricada com a questão da corporalidade e dos traços negroides, pois o corpo é marcado pelas chagas de uma história de inferioridade, que se engendra de diversas formas, em se tratando dos negros, esse processo se modificou em diferentes épocas, ganhando novos contornos e diversos embates.

Algumas outras respostas se referiram à questão do peso, houve uma quantidade muito grande de frases do tipo “sou gorda e feia”, segundo Joyce Maria Rodrigues isso se dá porque “o corpo se inscreve e se constrói, culturalmente e historicamente, no meio social. Portanto, o espaço escolar é constituído por diversas identidades sociais e culturais, dentre eles – de gênero, de geração, de pertencimento étnico-racial”. (RODRIGUES, 2012 p. 64).

A pesquisa aponta a necessidade de discussões que abordem a questão da beleza e dos padrões de beleza, pois, além dos dados, foram inúmeras as vezes em que as estudantes solicitaram que eu incluísse no conjunto das aulas discussões desse tipo, principalmente as

estudantes negras. A ausência dessas discussões na escola faz com que haja a exaltação de traços “caucasoides”, engendrando a supervalorização desses traços em detrimento do fenótipo negro.

O racismo é um sistema perverso e cruel que, no caso brasileiro, possui algumas especificidades. Dentro do âmbito escolar ele atua de modo a delapidar a autoestima e a confiança de si, recursos inerentes aos diversos mecanismos de discriminação, resultando em estigmas que recaem sobre indivíduos de fenótipo negro. Tais estigmas visam normatizar os comportamentos, domesticar os corpos e manter esses indivíduos em situação de subalternidade, situações que foram constatadas nas respostas dos alunos.

O ensino de Sociologia pode, por meio de uma práxis negra,⁴⁰ articular os estudantes em suas relações interpessoais de modo a mobilizar uma possível unidade, para combater as práticas racistas no âmbito escolar, desalinhando e conscientizando os atores escolares sobre as problemáticas do racismo e tornando possível o reconhecimento da ancestralidade africana – e da importância desses povos enquanto matriz cultural dessa nação – e da consciência de si enquanto sujeito protagonista de sua própria história.

Por isso os discursos presentes no âmbito escolar exercem papel determinante na construção das identidades que permeiam seus espaços. As práticas discursivas estão estruturadas pela estrutura escolar e pelas instituições sociais presentes em nossa cultura. Atenta-se ao fato de que a escola medeia processos não somente em seu interior, mas também determina as relações sociais em seu exterior, pois possuem o poder de influenciar na constituição de diversas esferas da vida social.

4.3 Roteiro didático para roda de conversa com o tema “Racismo e suas reflexões na sociedade brasileira”

Assim como relatei os anos de 2018 e 2019 foram anos difíceis em relação a existência de materiais didáticos, 2018 os cadernos dos alunos chegaram ao fim do ano, por isso resolvi não utilizá-los, pois já havia trabalhado com materiais próprios e com o auxílio

⁴⁰ O conceito de “práxis negra” aqui apresentado faz alusão ao conceito da forma como definiu Clóvis Moura – de fazer a ruptura epistemológica com autores dos estudos raciais no Brasil na primeira metade do século XX –, pois acreditamos ser de grande importância que se apresente aos alunos não somente as contribuições da Sociologia no âmbito das questões que envolvem o negro no Brasil, mas também que se apresente e se valorize as grandes contribuições de pesquisadores, figuras políticas e atores sociais negros, que muito contribuíram para esse debate, mas que são escamoteados pelos materiais didáticos disponíveis aos professores e gestores das Educação Básica.

do livro didático durante todo o ano e no ano de 2019 houve a transição do Currículo Paulista e a proibição de uso dos cadernos dos alunos, com isso não houve material físico durante a maior parte do ano e o único material que chegou às escolas era totalmente limitado contendo 9 páginas de conteúdo totalmente não comprometido com o rigor científico que a Sociologia exige para que consiga empreender as discussões científicas adequadamente, por isso mais uma vez eu decidi optar pelo direito de não utilizá-lo.

A partir de 2018 com o início das observações para o presente trabalho, constatei, por meio da observação e das rodas de conversa com os estudantes, que apesar de o racismo ser discutido na mídia, na escola e nos meios virtuais, meios os quais uma boa parte dos estudantes dizem ter acesso, há uma constante negação da presença de práticas racistas e segregacionistas na escola pesquisada, pois ficou evidente em um conjunto de falas uníssonas – presenciadas por mim nas rodas de conversa que foram ministradas na disciplina de Sociologia – que “não há racismo, pois nunca vi ninguém ser agredido e ofendido por ser negro”, ou seja, há a existência de uma narrativa que concebe racismo somente por meio de práticas interpessoais e explícitas.

Uma das atividades que eu percebi de maior aceitação dos alunos e que durou 4 aulas do mês de novembro, ou seja, do último bimestre foi a atividade que irei descrever a seguir. Foi utilizada em salas do primeiro ano do Ensino Médio. Essa atividade⁴¹ foi desenvolvida utilizando exemplos de maneira transversal aos principais interesses dos alunos: futebol, maquiagem e redes sociais. Assim como eu imaginava, essa atividade teve uma ampla aceitação pelos alunos que adoraram ver dois times de futebol expostos na folha da atividade.

Essa atividade seguia um roteiro com perguntas que deveriam ser respondidas oralmente, que consta no APENDICE B, pedi para que os estudantes, antes de iniciar as atividades tentassem imaginar os autores dos textos. Com raríssimas exceções os alunos imaginaram os autores brancos com cabelos brancos, o que para eles demonstraria o padrão da intelectualidade, praticamente não sendo cogitada a ideia por alguns de aqueles textos terem sido escritos por intelectuais negros. Perguntei aos alunos se eles já se questionaram o porquê sempre atribuem a intelectualidade a homens brancos, alguns argumentaram que nunca viram entrevistas na TV em que mulheres negras expusessem sua “opinião ou explicassem algo” científico.

⁴¹ Essa atividade foi realizada posteriormente à aplicação dos questionários aos alunos. Utilizei esse momento para poder expor as respostas que coletei por meio do questionário do APENDICE A, B e C.

A fim de demonstrar ao alunos que o fenômeno do racista era multifacetado e que poderia se apresentar de outras formas além de ofender os colegas de modo expresso e presencial, que o racismo estrutural atinge os indivíduos de outras formas por meio de diversos mecanismo que só conseguem ser identificados com o pensamento crítico por meio do exercício da reflexão científica, eu construí essa atividade para discutir em conjuntos com eles as questões inerentes a forma como os indivíduos fazem a leitura de mundo de si.

A atividade foi respondida totalmente de forma oral em formato de roda de conversa, na medida em que eu indagava os alunos eu pedia para que cada um respondesse individualmente as perguntas. A primeira pergunta foi “Racismo é somente tentar ofender alguém pela cor?”. As respostas dos alunos se concentraram em dizer que não, embora a maioria não conseguisse argumentar sua resposta

Pedi aos alunos que olhassem as seguintes imagens e respondem as perguntas da folha.

Figura 1 – Equipe de Futebol da Irlanda



Fonte: GOOGLE

1. Quantas pessoas de cores diferentes você consegue enxergar?
2. Você se identifica com algumas delas?

Em relação a primeira pergunta todos os alunos responderam que todos eram da mesma cor e que nenhum aluno se identificava com eles – na sala eram todos negros –

Depois pedi que os alunos analisassem a segunda imagem:

Equipe 2 – Equipe de futebol da França



Fonte: GOOGLE

Ao olharem essa imagem eles ficaram eufóricos, eu perguntei a eles o porquê da euforia e eles começaram a nomear todos os jogadores e dizerem ser seus ídolos. Perguntei se havia cores diferentes e eles indicaram ao menos 7 cores distintas e disseram que se identificavam com os jogadores. Em seguida pedi para que respondessem as perguntas da folha:

3. Com base no que você vê nessa imagem, quantas raças você acha que existem?

4. É mais fácil identificar diferenças entre a primeira foto ou na segunda?

As respostas foram inúmeras, mas a maioria disse haver duas raças brancos e negros. Em relação a segunda pergunta eles responderam que não conseguem diferenciar os jogadores da primeira foto, mas conseguem facilmente diferenciar os da segunda. Fizemos a leituras dos textos da folha e ao fim dessa atividade, pedi para que os estudantes abrissem o Instagram⁴² de seus celulares – visto que grande parte possuía internet – e que olhassem na

⁴² Instagram é uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos online.

aba de “atividade” analisar o que os colegas andam curtindo. Ao me relatarem que a maioria era fotos de pessoas eu pedi que me descrevessem essas pessoas. Os meninos em geral haviam curtido fotos de meninas brancas e magras e as meninas de cantoras e personagens de série também magras e brancas. Nesse momento eu os questionei o porquê de não curtirem ou não praticamente não seguirem o perfil de pessoas negras ou de outras etnias/cor além da branca e magras. Os alunos em geral não souberam responder, mas logo perceberam que a resposta era óbvia e “alva como a neve”.

Em se tratando de questões sociais, sempre há a necessidade de se demonstrar teoricamente aos estudantes que os fenômenos sociais não são naturais, por isso eu expliquei aos alunos que essas preferências que são atribuídas as questões exclusivamente de gosto, na verdade são produto da nossa cultura racista. Assim como bem elucida Bourdieu, o gosto não é um “dom divino”, ele é moldado pela cultura e secundariamente pela origem social. Portanto o racismo é existente na sociedade brasileira e atua desvalorizando e inferiorizando o corpo negro diante do corpo branco, marcando intrinsecamente a trajetória de vida do negro e principalmente a construção da sua identidade étnico-racial (RODRIGUES, 2012) seja querendo ser como o branco, seja desejando um relacionamento exclusivamente com pessoas que se aproximem da brancura.

Para compreender os dados de maneira didática e poder apontar aos estudantes intersecções em relação aos problemas que eles vivenciam cotidianamente, após o término das atividades eu mostrei aos alunos as respostas coletadas no Google formulário. Os estudantes ao lerem as respostas dos colegas e dos professores se sentiram tão eufóricos que grande parte quis se identificar e contextualizar o fato respondido no questionário e a forma como reagiram e como lidaram com aquela situação. Isso demonstra a necessidade que esses sujeitos possuem de externalizar essas angústias que são acumuladas ao longo de sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho trouxemos reflexões e propostas para se pensar possibilidades e recursos para a construção da dignidade e da ressignificação da autoestima dos estudantes negros, por meio do ensino de Sociologia. As atividades desenvolvidas ao longo do período se mostraram acertadas, no que diz respeito ao diálogo que o ensino de sociologia consegue ensinar com os jovens, ao discutir temas que estão tão arraigados às suas realidades e que os estudantes possuem dificuldade de compreenderem de forma crítica devido a naturalização de fenômenos que são expressão de suas vidas cotidianas.

Sem dúvidas, o ensino de Sociologia é um importante aliado para a construção e acumulação de saberes nesta etapa tão delicada da vida desses jovens que é a adolescência. No entanto, o conhecimento não é um fim em si mesmo, ele precisa ser contextualizado e “instrumentalizado”, e à isso se deve a magnitude da docência dessa ciência, pois por meio da prática docente e do processo de ensino-aprendizagem é possível demonstrar aos estudantes as intrincadas relações que eles vivenciam, significando essas vivências, de modo que esses jovens consigam compreender a dimensão de fenômenos sociais que são tão presentes em suas vidas, exercendo um papel fundamental em sua visão de mundo e das leituras que fazem de si e dos outros, além de compreenderem seu papel no mundo e na estrutura social por meio de um raciocínio novo: o raciocínio sociológico, que possibilita a esse sujeito não somente uma mudança cognitiva, mas o “instrumentaliza” para que possa intervir nos locais em que ele estiver inserido.

O ensino de Sociologia se faz em uma prática necessária e a Sociologia um saber necessário, pois ambos medeiam, não somente as ações no âmbito escolar, mas muito além, atua na socialização da juventude, em seus modos de viver, em suas lutas, seus posicionamentos. As falas dos estudantes evidenciam que questões problemáticas em nossa sociedade merecem atenção especial, pois demonstram claramente a importância de se constituir diálogos e reflexões antirracistas, questão fundamental nas escolas de Educação Básica e de ensino superior, para que se vislumbre uma sociedade em que cada geração possua a capacidade crítica e de autonomia intelectual para questionar as violências e injustiças impingidas a grupos historicamente prejudicados e massacrados.

Os resultados do conjunto de dados coletados nos levaram a confirmar nossas hipóteses que apontavam no sentido da urgência de ações que visam implementar políticas pedagógicas que engendrem rupturas e inovações em práticas docentes naturalizadoras das diversas formas de discriminação e segregação existentes na sociedade brasileira. Essa

ruptura é possível por meio de um trabalho constante e contínuo que correlacione concepções ancoradas em estereótipos discriminatórios e práticas exclusivistas – que visam excluir uns e incluir outros de forma sistemática.

Urge que se suprima essas práticas, que novas concepções de ensino emergjam, e que se ressignifique pensamentos cristalizados, por meio da valorização de práticas inclusivas, que vão ao encontro de perspectivas que permitam a escola ser um lugar de pertencimento racial dos diferentes sujeitos; que consiga cindir padrões heteronormativos, supremacistas, patriarcais, misóginos, classistas e racistas, que somente atendem interesses de classes hegemônicas e de grupos privilegiados, distanciando-se de práticas discursivas e de narrativas colonizadas que servem de exaltação e endeusamento de figuras historicamente reconhecidas como genocidas de povos originários – que são objeto de orgulho e exaltação nos livros que contam a história desse país.

É imperioso que se subverta essa lógica, de modo a produzir novos discursos, ressignificação de símbolos no interior dessa escola e de outras. Contudo, sabemos – na pele – que essa nunca foi, não é e nunca será uma tarefa fácil, pois questões que envolvem etnicidade são difíceis de lidar na sociedade, e, especificamente, nas políticas públicas, pois trata-se de uma lógica estrutural, o racismo estrutura o modo de funcionamento da sociedade, os pensamentos e as ações dos indivíduos. Infelizmente, mesmo após evidentes avanços que devem ser creditados a uma série de atores, o racismo ainda é uma inegável realidade presente em nossa sociedade.

Por consequência, temos que ficar ininterruptamente alertas para que se barrem os constantes retrocessos que se apresentam, por inúmeras vias, em especial as dos agentes públicos, para que anos de avanços não se transformem em uma sucessão de involuções. Evidencia-se, nesse sentido, a necessidade de se discutir a respeito das diferenças e fomentar as discussões acerca de possíveis caminhos para a resolução de um problema existente, pois, deixar de se discutir as questões étnico-raciais é permitir a abertura de terrenos férteis para ideias que afirmam a inexistência do racismo, seja na sociedade brasileira, seja em outros países em que persista a existência desse fenômeno.

Como já afirmamos, defendemos que a escola, e especificamente a de Educação Básica, seja o lugar/meio pelo qual é possível avistar possibilidades para a contenção de diversas formas de violência. É imprescindível para que se vislumbre possibilidades possíveis para a atuação na luta para a superação dos preconceitos, “instrumentalizar” os estudantes e os professores de modo a construir práticas pedagógicas que viabilizem a reflexão e práxis que erijam um novo olhar acerca da dignidade e da ressignificação da

autoestima dos estudantes negros, pois não havendo práxis pedagogicamente elaborada e direcionada com o fim de superar as mazelas engendradas na sociedade brasileira, a escola em igual medida, pode atuar como o lugar de aprofundamento das desigualdades, pois não são raras as demonstrações de racismo e discriminação étnico-racial no interior desses espaços.

A escolha de investigar as relações discriminatórias por meio de um estudo de caso e da pesquisa-ação se deu por, assim como já afirmamos, considerarmos a escola um lugar que, não somente pode atuar reproduzindo desigualdades, mas, também por ser um espaço privilegiado no combate e na desconstrução das desigualdades por meio de pedagogias e metodologias cientificamente esclarecidas e politicamente conscientes. Havia a latente necessidade de se compreender e de se explicitar sociologicamente as práticas discriminatórias que compõem o cotidiano escolar, em especial as veladas, que passam despercebidas pela maior parte dos sujeitos. Tais práticas muitas vezes não são percebidas, ou – quando muito – são percebidas, mas são minorizadas pelos sujeitos, tratando questões dessa natureza de forma eufemística, retratando essas formas de discriminação por meio de simulacros de “brincadeiras”, e naturalizando tais práticas, alegando ser parte do cotidiano dos estudantes, assim como demonstramos analisando as falas dos professores.

Ensejou-se com esse trabalho, orientar alunos, responsáveis, professores, comunidade escolar, equipe gestora e funcionários por meio de ações direcionadas, com objetivo principal de oferecer uma ruptura do silenciamento dos atores escolares, que sofrem com os reveses da exclusão material, econômica e cultural, além dos matizes da violência simbólica, violência essa que, exerce sua coerção sobre os indivíduos negros e exerce seu papel no sentido de força-los a se encaixar no padrão estabelecido, alisando os cabelos, por exemplo, e que causam danos terríveis para a construção de uma autoestima positiva e na construção de uma identidade étnico-racial, especificamente dos jovens negros do ensino médio.

Diante de nossas constatações iniciais e dentre outras questões pessoais, quando nos propusemos a construir esta investigação, havia um questionamento latente que se apresentava cotidianamente após eu presenciar reiteradas situações discriminatórias e os frequentes casos de racismo no interior da escola em que eu lecionava: "De que maneira o jovem negro de escola pública, que está exposto as diversas facetas do ímpeto da discriminação social e que tem para si renegadas todas as formas de viver a plena construção de oportunidades, poderia se tornar sujeito de sua própria história e construir sua identidade pautada em princípios de auto aceitação, por meio de uma educação orientada sob princípios da negritude, alinhando tais saberes para além das vivências da escola?". Ficava cada vez

mais evidente que a reflexão e a indagação eram ainda necessárias, porém devia-se para além disso, agir, ou seja, a práxis era o meio pelo qual se poderia modificar aquela realidade posta em minha frente.

Dentre os nossos apontamentos, considerando os desafios que o ensino de sociologia enfrentou e enfrenta enquanto prática “instrumentalizadora” e humanizadora para professores e estudantes, estão a edificação de um diálogo com a juventude e com os atores sociais dessa escola, que evidencie os contornos de práticas racistas e discriminatórias e a letalidade dessas práticas e destinar esforços que vão ao encontro da necessidade da busca de didáticas ativas pautadas na análise da prática docente e da ação dos estudantes por meio da “sociologia da emergências” e da “Sociologia das ausências” categorias analíticas preconizados pela professora Nilma Lino Gomes, que os utiliza na análise do silenciamento dessa ciência por meio da ausências de autores que apresentam uma contra narrativa imperialista e colonizadora.

Ressaltamos o papel do ensino de sociologia nessa árdua missão, de se colocar como instrumento de conscientização e mobilização dos estudantes, mediando o processo de aprendizagem para ressignificar os sentidos que os estudantes possuem de si e da própria vivência, principalmente os estudantes negros, apropriando-se dos saberes produzidos pelos movimentos sociais, em especial ao movimento negro, que acredita ser a pedagogia e a epistemologia, duas dimensões do mesmo processo. Acreditamos que as transformações da sociedade se dão por meio da denúncia de sujeitos trivializados; assim como nos ensina a professora Nilma Lino Gomes.

É necessário que se introduza ao trabalho intelectual e a prática docente bibliografias que sob a análise da sociologia das ausências, são silenciados no ensino tradicional eurocentrista e colonialista, com narrativas que exaltam os colonizadores. Há uma necessidade urgente de se substituir leituras que retirem o protagonismo de sujeitos históricos relevantes para a construção cultural, política e social da sociedade. O ensino de sociologia consciente e embasado em teorias científicas que sejam embasada contrárias a colonização do pensamento e da desconstrução do pensamento colonial; reflete nas práticas docente exaltando a importância da luta dos setores negros como força transformativa e como “instrumentalizadora” de conhecimentos que humanizem os sujeitos negros, evidenciando narrativas que dignifiquem a população negra.

Nesse processo a academia se torna uma importante aliada por meio das significativas produções científicas acerca do protagonismo dos sujeitos negros e das formas de superação das diversas matizes de desigualdades e preconceitos, contudo o conhecimento científico

produzido pela academia não chega a população negra e pobre, por isso o ensino de sociologia é um importante aliado, pois ele se torna um decodificador para alunos e estudantes negros, que são maioria nas escolas públicas de educação básica

Visamos, dessa forma, construir práticas pedagógicas que aliem os saberes acadêmicos convertendo-os aos saberes escolares, oportunizando aos estudantes a oportunidade de desenvolverem a capacidade de transformar seus espaços de atuação como atores políticos corresponsáveis pela mudança de configuração de uma mentalidade que consiga compreender que problemas estruturais como pobreza, desigualdade social, racismo e estratificação, são problemas sistêmicos e somáticos, que engendram um cenário marcado notadamente pelo contraste ainda mais nítido entre diferentes setores da sociedade.

Devido a isso, buscamos ao longo desses dois anos, possibilidades e recursos para a construção da dignidade e da ressignificação da autoestima dos estudantes negros, de modo a possibilitar não somente a minha prática docente, mas também apontar caminhos a outros professores dentro das possibilidades do Currículo Nacional e da Matriz de Conteúdos, de modo a discutir e permear direções e eixos norteadores para o enfrentamento do racismo no contexto escolar e construção de saberes que possibilitem a construção da identidade dos jovens negros de escola pública por meio das aulas de sociologia.

Conseguimos por meio dos questionários e da observação da dinâmica das relações raciais no interior dessa escola pública, constatar a forma perversa como o racismo atua, de forma excludente minando constantemente a autoestima desses alunos. Ao longo das aulas de sociologia e de alguns eventos, promovemos um amplo debate sobre o *modus operandi* do racismo – concebido por nós como um dos pilares das desigualdades econômicas, social e culturais engendradas na estrutura da sociedade brasileira – pulverizou o pensamento de estudantes de Ensino Médio desta escola, no ensejo de desconstruir a mentalidade de muitos desses sujeitos.

Este trabalho me proporcionou uma oportunidade ímpar de voltar a esse espaço, enquanto professora e consciente dos processos que sofri nessa escola enquanto aluna, e isso, sem dúvidas, foi algo que me impulsionou grandemente. No período em que estudei nessa escola eu nunca tive a oportunidade de compreender quem eu era e porque estava submetida aquela cadeia de discriminações e negações. As experiências que tive naquele espaço como estudante e posteriormente como professora, sem dúvidas, fizeram-me compreender que à Educação Básica, em grande medida, compete o papel de servir como instrumento de transformação social, e que, aos professores se destina uma parcela do árduo trabalho dialético de desconstruções e ressignificações.

Diante do exposto, constatamos que, frente às desigualdades instituídas, ser professor é um ato revolucionário, pois a educação além de se constituir como campo fértil para debates e transformações, em contraposição, sofre com a reiterada negligência em todas as esferas do poder estatal, além dos frequentes desafios que se colocam diariamente frente aos profissionais da educação, seja da Educação Básica, seja na de Ensino Superior. Tais desafios nos colocam em uma posição de constante vigília, seja para se posicionar perante os desmontes que recaem sobre os nossos ombros de forma autoritária ou pela necessidade de reflexões que visem a superação das problemáticas que nos assolam cotidianamente por meio de metodologias que instrumentalizam os professores na busca de um processo de ensino-aprendizagem que proporcione o pensamento livre e crítico e a humanização dos sujeitos.

Concluimos, afirmando que o ensino de sociologia, se politicamente consciente e engajado na transformação social e emancipação intelectual dos indivíduos, pode atuar realizando a tradução intercultural das teorias, por meio de uma interpretação crítica do docente. Por isso, como professora e acadêmica me incumbi da missão de contribuir na luta pela construção de uma sociedade igualitária por meio da minha atuação como docente e na concretização deste trabalho. Anseio por um país em que haja a promoção da igualdade, pela participação justa e expressiva das minorias sociais, pois isso, além de ser um cenário eminentemente necessário é um importantíssimo passo para a concretização da efetiva democracia no Brasil. Vivemos!

REFERÊNCIAS

- AMOROZO, Guilherme. **Novas matérias não têm professores**. Disponível em: (AMOROZO, 2008) - <https://veja.abril.com.br/brasil/novas-materias-nao-tem-professores/>. Acesso em: 27 jul. 2008.
- ABREU, Martha (Org.). **O negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Prisa Edições, 2012. p. 115-138.
- ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: EDUSC. 1998
- AZEVEDO, Carlos Willian de. 2018. **Da Eliminação Dos Indesejáveis: Conversações Entre O Racismo De Estado De Michel Foucault E O Campo Educacional**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Paulo. 102 p. Garulhos. 2018.
- BOURDIEU, P. **Efeitos de lugar**. In: _____. (Coord.). **A Miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 159-166.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001
- BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRASIL. **CPI Assassinato de jovens**. Relatório final. Brasília, 2015.
- _____. **Currículo do Estado de São Paulo – Ciências Humanas e suas Tecnologias**, 2010. Em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/43/Files/CHST.pdf>. Acesso em: 20/04/2018.
- _____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. 2004.
- _____. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015**. Sociologia: ensino médio. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2014.
- _____. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. 2006.
- _____. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.
- _____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**. 2000.
- CALADO, Maria da Glória. **Escola e enfrentamento do racismo: as experiências das professoras ganhadoras do Prêmio Educar para a Igualdade Racial**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. 231 p. São Paulo. 2013.

CÂNDIDO, Antônio. **A estrutura da escola**. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1974. p. 107-128.

CARDOSO, L. **O branco 'invisível': um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil [Período: 1957-2007]**. Dissertação (Mestrado em Estudos Sociais), Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de Relações Étnicas e Raciais**. São Paulo, Selo Negro/Summus, 2000.

CARNEIRO, Sueli. **"Mulheres em movimento"**. In: REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS, 17(49):117-132, São Paulo, set/dez, 2003.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo : Selo Negro, 2011.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão Ética Racial no Brasil: A questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Attar, 2005.

CINTRA, Éllen Daiane. **Jovens negras no ensino médio público e privado no DF: um estudo comparado e interseccional sobre suas vivências e percepções do racismo**. 2018. 216 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

COSTA, Sérgio, **Paradoxos do Pensamento Anti-Racista Brasileiro no começo do século XX**. In: Teoria e pesquisa. Jan/Jun 2003. São Carlos, UFSCAR. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/58/48>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

COSTA, Wellington Navarro. **Sociologia em "mangas de camisa": representação do negro brasileiro nos livros didáticos**. 2017. UFRGS. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Acesso em: 20 ago. 2017.

DANTAS, Daniely Nascimento Marreira; DIAS, Wilian Marques. **Ensino de sociologia em questão: a história da sociologia na educação básica e a questão de debates étnico-raciais**. 2019. Editora Aurora. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/9769>. Acesso em: 10 fev. 2020.

DAMATTA, R. **Notas sobre o racismo à brasileira**. In: SOUZA, J. (org.). Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos. Brasília: Ministério da Justiça, 1993, p. 69-74.

DAYRELL, Juarez 2006, Barcelona. **A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização Juvenil**. Campinas: Cedes Unicamp, 2007. 21 p. Disponível em: <<http://www.s13cielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

_____. **O jovem como sujeito social**. Minas Gerais: UFMG Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. **A Música entra em cena: O Rap e o Funk na socialização da juventude em Belo Horizonte.** TESE (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** **Tempo [online].** 2007, vol.12, n.23, pp.100–122.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES (Florestan) . – **O Negro no Mundo dos Brancos.** Editora Global, São Paulo. 2007. 303 págs.

FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alessandra Borges (Org.). **Relações étnico– raciais e Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. 215 p.

FRANCKLIN, Eugene Oliveira. “ACEITAÇÃO AFRO”: **as mídias sociais digitais na revalorização e afirmação da identidade negra.** 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/4055>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? IN: Lua Nova, nº70. São Paulo, 2007.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal.** Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1999 [1933].

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1958.

GOMES, Alberto Albuquerque. **ESTUDO DE CASO – PLANEJAMENTO E MÉTODOS: ESTUDO DE CASO – PLANEJAMENTO E MÉTODOS.** 2008.

Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuanc%20es/article/viewFile/187/257>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **Pensar a educação, pensar o racismo no Brasil.** In: FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Nevez da; FERNANDES, Alessandra Borges (Org.). **Relações Étnico–raciais e Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza, 2011. p. 93–144.

GRINBERG, Keila. **Escravidão e cidadania no Brasil.** In: DANTAS, Carolina Vianna;

GUIA, Livro didático. **SOCIOLOGIA.** Brasília: PNLD, 2015.

GUIMARÃES, A. S. A. **A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra.** Novos Estudos – CEBRAP, n. 81, p. 99-114, jul. 2008.

_____. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **Intelectuais negros e formas de integração nacional.** Estudos Avançados, v. 18, n. 50, p. 271-84, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100023>.

_____. **Preconceito racial: modos temas e tempos.** 2 ed. — São Paulo. Editora Cortez, 2012.

_____. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 1999.

HASENBALG, C. A. **A discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Tradução de Patrick Beurglion. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOFBAUER, Andreas. **Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo** no Brasil. 2011. Disponível em:
https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_finalc3adssima_2011.pdf

IBGE, **Coordenação de População e Indicadores Sociais.** - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LAZZARINE, Roseane Dos Santos. **O Desmentido no Ensino Fundamental Público: Facetas de um racismo clivado e mascarado.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2018.

LOPES, Vera Neusa. **Racismo, Preconceito e Discriminação.** in Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: MEC, 2005, p. 185-204.

MATTOS, Hebe; ABREU, Marta. **Uma conversa com os professores de história sobre "As diretrizes curriculares nacionais" para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** In: DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe;

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (Org.). **O negro no Brasil.** Rio de Janeiro: Prisa Edições, 2012. p. 63–71.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEUCCI, Simone. **Notas sobre o Pensamento Social Brasileiro nos Livros Didáticos de Sociologia,** Revista Brasileira de Sociologia, 2014.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola. Brasília: Ministério da Educação.** Secretaria de Ensino Fundamental. 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf

_____. **Negritude:** Usos e sentidos 2ed. SP. Ática 1998.

_____. **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004

MUNANGA, Kanbengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** 2. ed. São Paulo: Global, 2016. 224 p

NDOMBELE, Eduardo David Tanguy. **NEGRITUDE: CONTRIBUTO PARA O RESGATE DA IDENTIDADE CULTURAL EM ÁFRICA. REVISTA FÓRUM IDENTIDADES, ITABAIANA: GEPIADDE**, p. 49–66, dez. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/viewFile/4737/3961>>. Acesso em: 01 Ago. 2018 às 12:45.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil** (<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf>)

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil: a escravidão acabou? a vida cotidiana dos escravos Negritude e sexualidade.** 10. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1991. 78 p.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RODRIGUES, Joyce Maria. **A relação do corpo para a identidade Negra** In: FELINTO, Renata (Org.). **Culturas Africanas e Afro-Brasileiras em sala de aula.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SALATA, André Ricardo. **Segregação Urbana e Reprodução das Desigualdades Sociais: um estudo sobre os atuais bairros pobres urbanos e sua influência na trajetória de seus moradores.** 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10919/8633>. Acesso em: 01 maio 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. « **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências** », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 63 | 2002. Acesso em 01 de maio de 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1285>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>

SANTOS, Joel Rufino dos. **A questão do negro na sala de aula.** São Paulo: Global, 2016.

SCHWARCZ, L. K. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Almir Rogério da. 2018. **Dinâmica das relações raciais na educação escolar básica.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2018.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. **Quando as questões de gênero, sexualidades, masculinidades e raça interrogam as práticas curriculares: um olhar sobre o processo de co/construção das identidades no cotidiano escolar.** Rio de Janeiro, 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/** Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Andreia Cristina Attanazio. “Eu quero ser sujeito da minha própria história e, inclusive, dona do meu próprio cabelo”. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2018

SILVÉRIO, Valter Roberto. **DOSSIÊ RELAÇÕES RACIAIS: OS CAMINHOS DO ANTI-RACISMO NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA**. 2003. Teoria e Pesquisa UFSCAR Jan/Jul. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/54/44>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

SIQUEIRA, Kárpio Márcio de. **LINGUAGEM MUSICAL: Uma Abordagem da Música Sob a Perspectiva Arte-Educativa**. *Revista Rios Eletrônica* – Revista Científica da Fasete ano 2 n. 2 dezembro de 2008. Disponível em: <https://www.fasete.edu.br/revistarios/media/revistas/2008/2/linguagem_musical.pdf>. Acesso em 01 de Nov. 2018 às 10:09.

SOUZA, Edileuza Penha de (Org.). **Negritude, cinema e educação: Caminhos para a implantação da Lei 10.639/2003**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2011. 182 p.

USP IMPRENSA NEGRA PAULISTA. [S. l.], 2019. Disponível em <<http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/>> acessado em 18 de maio de 2019.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à Sociologia** - São Paulo: Atlas, 1981.

APENDICE A - MODELO DE QUESTIONÁRIO DOS ESTUDANTES
.....**UNESP – Universidade Estadual Paulista**

QUESTIONÁRIO PARA A PESQUISA:

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA: DIALOGANDO
COM O ENSINO DE SOCIOLOGIA

ANO/SÉRIE _____ Data de nascimento ____/____/____

1. Qual seu gênero? ☐ masculino ☐ feminino ☐ Outro: _____
2. Qual sua cor? ☐ branca ☐ preta ☐ parda ☐ amarela ☐ indígena
3. Descreva abaixo o que você pensa quando escuta a palavra “Negro”:
4. Você saberia descrever o significado da palavra “racismo”?
5. Se a afirmação da pergunta acima foi positiva, você já presenciou algum caso de racismo fora da escola?
6. Você já presenciou algum caso de racismo dentro da escola?
7. Você acredita que exista uma relação entre racismo e pobreza?

APENDICE B - MODELO DE QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS NEGROS

.....

UNESP – Universidade Estadual Paulista

QUESTIONARIO PARA A PESQUISA:

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA: DIALOGANDO
COM O ENSINO DE SOCIOLOGIA

NOME (Opcional) _____

ANO/SÉRIE _____ Data de nascimento ____/____/____

1. Qual seu gênero? () masculino () feminino () Outro: _____

2. DESCREVA AQUI SEUS TRAÇOS FISICOS

3. Você já sentiu vontade de mudar algo em seu corpo? O que?

Sobre o racismo e as questões implicadas em torno do fenômeno

4. Situações de racismo são presentes no interior das salas de aula e nos outros espaços de convívio dos estudantes nesta escola?

5. Acredita que esta escola tem articulado esforços para a diminuição deste fenômeno, através das disciplinas e das ações da equipe gestora? Poderia descrever?

APENDICE C - MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

.....

UNESP – Universidade Estadual Paulista

QUESTIONARIO PARA A PESQUISA:

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA:
DIALOGANDO COM O ENSINO DE SOCIOLOGIA**

1. Qual seu gênero? ☐ feminino ☐ masculino ☐ outro: _____
2. Data de nascimento ____/____/____
3. Qual sua cor/etnia? ☐ branca ☐ preta ☐ amarela ☐ indígena
4. Qual sua religião?
 - ☐ Católica
 - ☐ Evangélica
 - ☐ Espirita
 - ☐ Candomblé
 - ☐ Umbanda
 - ☐ Ateísta/Não possui
 - ☐ Outra
5. Qual seu nível de escolaridade?
 - ☐ Ensino superior incompleto
 - ☐ Ensino superior completo
 - ☐ Magistério
 - ☐ Especialista
 - ☐ Mestrado
 - ☐ Doutorado
 - ☐ Pós-doutorado

☐ Livre Docência

Caso tenha respondido que possui ensino superior

6. Em qual instituição realizou o curso?

☐ Faculdade pública e curso presencial

☐ Faculdade pública curso semipresencial

☐ Faculdade particular e curso presencial

☐ Faculdade particular curso semipresencial

☐ Faculdade privada curso EAD (Curso à distância)

Em relação à prática docente

7. Qual seu tempo na docência?

☐ Um ano ou menos

☐ Mais de dois anos

☐ Mais de cinco anos

☐ Mais de dez anos

☐ Mais de vinte anos

Em relação à legislação 10.639/03 que torna obrigatório o Ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio

8. Sua formação lhe proporcionou contato em relação a temática: Ensino de História e Cultura Afro-brasileira?

☐ Sim

☐ Não

☐ Razoável

Sobre o racismo e as questões implicadas em torno do fenômeno

9. Situações de racismo/discriminação étnico-racial são presentes no interior das salas de aula e nos outros espaços de convívio dos estudantes nesta escola

☐ Frequentemente

☐ Esporadicamente

☐ Raramente

☐ Nunca

10. Você acredita que seja função da escola trabalhar a questão do racismo/discriminação étnico-racial visando sua superação na sociedade?

APENDICE D - ATIVIDADE DESENVOLVIDA NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA SOBRE DESIGUALDADE RACIAL

Segundo Sérgio Costa: “No caso do Brasil, país com elevado grau de miscigenação, as pessoas que possuem um tom de pele mais claro – em consequência de relações inter-raciais – teriam mais dificuldade em reconhecer sua negritude, aproximando-se do ideal de branquidade inerente à nossa sociedade colonizada por europeus.”

Racismo é somente tentar ofender alguém pela cor?

Nas próximas aulas vamos discutir sobre outros desdobramentos sobre o fenômeno do racismo

Analise a imagem abaixo:

Figura 1 Equipe de Futebol da Irlanda



Fonte: Google

1. Quantas pessoas de cores diferentes você consegue enxergar?
2. Você se identifica com algumas delas?

Agora analise a imagem agora:

Figura 2 Equipe de Futebol da França



Fonte: Google, seleção francesa de Futebol

Responda novamente as perguntas 1 e 2.

3. Com base no que você vê nessa imagem, quantas raças você acha que existem?
4. É mais fácil identificar diferenças entre a primeira foto ou na segunda?

Nós herdamos dos gregos e do cristianismo a polaridade branco-preto como expressão da pureza e do demoníaco. Lembramos o véu negro de Teseu, quando retornou de Creta, como símbolo da derrota, e o seu véu branco como sinônimo da vitória. Os eleitos, no cristianismo, vestem túnicas brancas e os diabos são negros. E esse dualismo se encontra até mesmo no nosso jogo de cartas! Sem nos darmos conta, essa ligação da negrura com o Inferno, a morte, as trevas da noite e o pecado não deixa de exercer influência sobre nossa visão dos africanos, como se uma maldição estivesse colada a sua pele. Segundo o sociólogo Antônio Sérgio Guimarães “[...] Do mesmo modo, os mouros, ou seja, os povos árabes, através de seus filósofos, sabiam que a preferência da cor branca pelos europeus e a designação dos outros povos de “negros” se devia a seu etnocentrismo”.

Segundo Guimarães na passagem mencionada de seu livro “Preconceito de Cor”, o preconceito na forma tal qual se debruçam sociólogos, antropólogos e diversos teóricos, possui algumas raízes que engendraram parte do que se conceitua como preconceito racial. Segundo o autor a passagem sugere que foram os europeus que de maneira tácita passaram a valorar as diferenças fenotípicas que possuíam em comum para se distinguir de outros povos.

[os] europeus passam a chamar a si mesmos de brancos, aceitando a designação que lhes é dada reservadamente pelos mouros, quando o contato com os povos “negros” se torna permanente e faz-se necessária uma designação genérica que reflita mais que a situação geográfica” (Guimarães, 2012, p.13).

Você já se questionou o “por que” de conseguir identificar tão facilmente as nuances de cores entre pardos e pretos? (Reflita por exemplo as cores das maquiagens, as bases claras nomeados todas de branca e as para peles negras possuem inúmeras classificações)

Figura 3 Paleta de cores para base



Leia o trecho abaixo para a discussão:

O BRANCO-OBJETO: O MOVIMENTO NEGRO: SITUANDO A BRANQUITUDE

Autor: Lourenço Cardoso

“A branquitude, ou identidade racial branca, se constrói e reconstrói histórica e socialmente ao receber influência de escala local e global. Não se trata de uma identidade racial homogênea e estática. *A branquitude modifica-se no decorrer do tempo. De acordo

com o contexto, por exemplo o nacional, ser branco pode significar *ser poder* e *estar no poder* (CARDOSO, 2008, p. 204-210). Porém, atualmente, quanto ao significado branquitude significar poder, já se observa uma mudança de 360° em países como: África do Sul, Brasil, Venezuela, Bolívia e Estados Unidos, isto se nos restringirmos ao poder executivo, porque o não-branco, ou próprio negro, alcançou o poder de chefe de Estado; todavia, é uma tendência que seria uma exceção e não regra.

A branquitude permanece significando poder. A identidade racial branca é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e materiais palpáveis que colaboram para reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e o do racismo. Uma proeminente teórica desse tema, Ruth Frankenberg, define a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável no qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (FRANKENBERG *apud* PIZA, 2002, p.71; FRANKENBERG, 1999b, p. 43-51). Em outras palavras, a identidade racial branca não se considera uma identidade racial marcada. Em nossa sociedade prepondera o pensamento de que o branco não possui raça ou etnia. O branco não se encaixaria nos grupos, muitas vezes, denominados como minoria racial, étnica ou nacional (CARDOSO, 2008, p. 173-198). A branquitude procura se resguardar numa pretensa ideia de invisibilidade; ao agir assim, ser branco passa a ser considerado como padrão normativo e único de ser humano. Considerar o branco como único grupo sinônimo do ser humano, ou ser humano “ideal”, é indubitavelmente uma das características marcantes da branquitude em nossa sociedade e em outras.”

- **Já refletiu porque você acha algumas pessoas bonitas e outras não?**
- **Quem são as pessoas que vocês seguem no *Instagram*? Descrevam para nós.**
- **Há alguma semelhança entre essas pessoas? Quais?**

Diante do exposto o que vocês acham importante ressaltar?